

Legislação: Precauções para o registro de entidades sociais no CMAS

Gestão: RH precisa ter "jogo de cintura" também no setor social



BRASIL – Edição 33 – ano VII – 2008

filantropia[®]

Responsabilidade Social & Terceiro Setor



ISSN 1677-1362

Exemplar avulso: R\$ 12,90

Franquias sociais

Multiplicando iniciativas de sucesso

Apresentador de programas de TV e rádio, o jornalista é referência na divulgação das boas práticas ambientais

Entrevista
André Trigueiro



PUBLIQUE SEU BALANÇO SOCIAL

com quem entende de

TERCEIRO SETOR E RESPONSABILIDADE SOCIAL



- ◆ Redação e análise de dados
- ◆ Modelo Ibase e Ethos
- ◆ Criação e diagramação
- ◆ Impressão e distribuição

SOLICITE UM ORÇAMENTO:

(11) 2978-6686

zeppelini@zeppelini.com.br



editora responsável pela



www.zeppelini.com.br

Alô Brasil, o nosso povo quer mais!

Com o tema “Vai-Vai acorda Brasil. A saída é ter esperança”, a Escola de Samba Vai-Vai conquistou o Carnaval de São Paulo neste ano, pregando que a educação, além de representar o futuro de uma nação, é a principal esperança para se diminuir a violência urbana e a desigualdade social.

Mote que talvez não traga nenhuma novidade, afinal as mais de 300 mil organizações sociais brasileiras não só sabem disto como protagonizam no dia-a-dia esta receita dentro de seu campo finito de ação. A inovação talvez esteja na pré-disposição em aliar a arte e o folclore do samba brasileiro – visto e admirado por todo o mundo – com um assunto de tamanha importância para as futuras gerações.

O enredo veio de encontro a diversos movimentos sociais em prol da educação. Entre eles – e muitas vezes encabeçando os demais – está o Todos pela Educação, que possui cinco metas a serem desenvolvidas até o ano de 2022; sendo uma delas a de que 100% dos jovens completem ao menos o ensino médio, e que este seja gerido com qualidade.

Khaled Hosseini escreve em seu livro *O Caçador de Pipas* que “quando você mata um homem, está roubando uma vida. Está roubando da esposa o direito de ter um marido, roubando dos filhos, um pai. Quando mente, está roubando de alguém o direito de saber a verdade. Quando trapaceia, está roubando o direito à justiça”.

Quando tiramos dos jovens o direito à educação, roubamos deles a oportunidade de uma vida socialmente justa, de ter uma profissão qualificada e à competitividade no mercado de trabalho. Estamos roubando de um ser humano o direito à dignidade.

Estatísticas recentes demonstram que 98% das pessoas têm grau de instrução igual ou superior ao dos pais. Ou seja, se os pais têm a 4ª série, a chance de seus filhos estudarem até o mesmo ano ou ultrapassá-lo é de 98 em 100. Isso significa que, se conseguirmos estabelecer que 100% da população conclua o ensino médio – sanando o analfabetismo funcional por uma única geração –, teremos um futuro sem retrocesso, pois os filhos desta geração tendem a fazer o mesmo esforço dos pais para completar seus estudos e até avançá-los.

Assim, parafraseando o samba-enredo desfilado no Anhembi no início de fevereiro...

Brilhou na arte a esperança e iluminou nossas vidas com o doce afã. Tocando, encantando e transformando as mentes do amanhã com o dom da musicalidade, criando acordes de dignidade. Na grande ópera do Carnaval, a força da cidadania a trilhar. Vamos gritar aos quatro cantos desta pátria mãe gentil: Pra sempre vou te amar, ACORDA BRASIL!

**“Educação pra ser
feliz! Com união,
vencer a corrupção.
Passar a limpo
este país!”**

Refrão do samba-enredo
da Escola de Samba
Vai-Vai no Carnaval 2008

Marcio Zeppelini

marcio@revistafilantropia.com.br

 Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia.** 

**Zeppelini Editorial Ltda.**

Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Administração
Mauro Zeppelini

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Assistente
Carolina Brascioli

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Jornalista responsável
Elaine Iorio (MTB 43.306/SP)

Assistente de redação
Paula Craveiro (MTB 39.316/SP)

Coordenação editorial
Paola Martins Viveiros

Coordenação de produção
Adriano Aguiar

Revisão
Viviane Rodrigues

Diagramação
Arthur Leandro de C. Ribeiro

Rafael Tadeu Sarto

Renata Ariane Rosa

Vinicius Pinheiro Mendes

Atendimento
Raquel Siqueira Gomes

Stefany Herrán Martins

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 6824-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo

Marcelo Monello

Marcio Zeppelini

Marcos Biasioli

Mauro Zeppelini

Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta

Anísia Sukadolnik

Antonio Brito

Custódio Pereira

Felipe Mello

Fernando Credidio

Milú Villela

Ricardo Falcão

Roberto Ravagnani

Idealizadores



www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



www.zeppelini.com.br

Organizações parceiras



www.acaovoluntaria.org.br



www.apaebrazil.org.br



www.advbfm.org.br



www.cantcidadao.org.br



www.voluntariado.org.br



www.facaparte.org.br



www.gife.org.br



mcvolunt@terra.com.br



www.sp.senac.br

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou integral de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

www.revistafilantropia.com.br



12 Entrevista

André Trigueiro

Jornalista referência na área ambiental, pós-graduado em Gestão Ambiental, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC-Rio

22 Contabilidade

Organização jurídica e administrativa de entidades religiosas e beneficentes de assistência social

Separação entre as atividades deve estar clara, de preferência com a criação de pessoas jurídicas distintas



30 Capa

Franquias sociais: multiplicando iniciativas de sucesso

Quando o assunto é disseminar práticas de cidadania, quanto mais franquias sociais existirem no mundo, melhor para todos!

50 Especial

Comércio justo para todos

Mobilizador do mercado nas comunidades, o *fairtrade* procura dar chances aos pequenos produtores



Gente que faz o bem	04	
	06	Acontece
Notícias do Planalto	10	
	16	Comunicação
Captação de recursos	18	
	20	Legislação
Gestão	24	
	36	Artigo
Reflexão	38	
	40	Responsabilidade socioambiental
Voluntariado	47	
	54	Inclusão
Serviços	59	
	62	Mão dupla
Vitrine social	64	

diálogo social

AGENDA DE CURSOS E WORKSHOPS

TERCEIRO SETOR

São Paulo, 14 de março de 2008

CNAS - Certificado de Filantropia: Segurança Jurídica para conquistá-lo e mantê-lo

São Paulo, 28 de março de 2008

Mobilização de Recursos por meio de Incentivos Fiscais

Belo Horizonte, 04 de abril de 2008

Elaboração de Projetos Sociais e Culturais e sua Captação de Recursos

São Paulo, 08 de abril de 2008

Empreendedorismo, Gestão e Captação de Recursos para Projetos Ambientais

Informações e inscrições:

www.dialogosocial.com.br

Consulte outros temas abordados:

- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais
- Voluntariado Empresarial

OUTRAS INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br

(11) 2281-9643

(11) 7864-1745

Parceira oficial:

filantropia
Responsabilidade Social | Terceiro Setor

Consulte-nos sobre consultoria e cursos *In Company*

Compartilhando o bem

Sucesso no esporte, o técnico Bernardinho retribui à sociedade formando jovens cidadãos

Por Paula Craveiro

Em toda sua trajetória profissional, Bernardo Rocha de Rezende – o Bernardinho – sempre foi um exemplo de garra, liderança, motivação e perseverança, seja no papel de jogador de vôlei, de assistente técnico ou como técnico da Seleção Brasileira de Voleibol feminino e masculino. Esses exemplos, porém, não são vistos apenas no âmbito profissional; também são claramente notados em sua atuação no campo social.

Há cerca de dez anos, Bernardinho ajudou a criar o Centro Rexona Ades de Voleibol, que reuniu uma equipe profissional de vôlei para uma ação socioesportiva voltada a crianças e adolescentes. Inspirado no bom funcionamento do primeiro projeto, em março de 2003 ele fundou o Instituto Compartilhar (IC).

“Embora longe de ser um mundo perfeito, o esporte apresenta modelos positivos para a sociedade, e é cada dia mais reconhecido como uma importante ferramenta no processo educacional e de inclusão social, por sua capacidade de motivar e inspirar positivamente”, afirma Bernardinho nesta entrevista à **Revista Filantropia**, em que fala sobre os projetos do instituto e os benefícios do esporte para a formação da cidadania.

DIVULGAÇÃO / IC



Revista Filantropia: *Quando começou seu engajamento na área social?*

Bernardinho: Sempre me preocupei com a falta de perspectiva e oportunidades para os jovens, e com o sucesso que obtive com o esporte, achava que deveria retribuir à sociedade tudo o que havia conquistado. Assim, em 1997, formei uma parceria com a empresa Unilever e o Governo do Estado do Paraná para levar à Curitiba uma equipe feminina de voleibol junto com um projeto social de iniciação esportiva.

Foi o primeiro passo para desenvolvermos o projeto Centro Rexona Ades de Voleibol, hoje chamado de Programa Rexona Ades – Esporte Cidadão, que atende a mais de 3.500 crianças e adolescentes em todo o estado.

Filantropia: *Quais os projetos desenvolvidos pelo IC?*

Bernardinho: Hoje, o instituto atende a aproximadamente 4.700 crianças e adolescentes em cinco estados brasileiros: Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo. No Paraná, contamos com 26 núcleos de iniciação esportiva. No Estado do Rio Grande do Norte, atendemos a 200 jovens em Natal. Em São Paulo, atuamos na cidade de Casa Branca, no interior. No Rio Grande do Sul, temos dois núcleos instalados na Serra

Gaúcha. Já na capital carioca, estamos com o Núcleo Forte do Leme – Rio/RJ, do projeto Esporte em Ação, e, na serra fluminense, em Miguel Pereira, com o Super Ação.

No Programa Socioesportivo, utilizamos a metodologia do Miniesporte, cujo principal aspecto é a adaptação às fases de crescimento e desenvolvimento motor da criança. Essa característica proporciona mais motivação para aprender o esporte e possibilita a aprendizagem de uma modalidade esportiva sempre vinculada às características do jogo e seguindo uma progressão pedagógica ideal. Basicamente, partimos da idéia de que se uma criança consegue realizar os fundamentos de um esporte de maneira lúdica e prazerosa, ela se sentirá mais motivada para ficar nas aulas e melhorar seu desempenho.

Filantropia: *Como a entidade se mantém financeiramente?*

Bernardinho: No começo, eu era o principal financiador do Instituto Compartilhar. Porém, sempre buscamos iniciar os projetos tendo em mente o trabalho em rede. Isto significa que as parcerias são fundamentais para a sustentabilidade dos projetos. Buscamos, em um primeiro momento, apoio do poder público para disponibilizar os espaços esportivos e, sempre que possível, os professores que já fazem parte do sistema público de ensino.

Depois, nossa tarefa é facilitar a busca de parceiros privados, geralmente locais, e que tenham mais vínculo com o público do projeto, para financiar os custos de materiais, uniformes, realização de eventos, entre outros. O IC disponibiliza a metodologia de iniciação, coordena as ações e serve de facilitador para que os parceiros interajam e para que o grau de excelência do projeto seja mantido.

Filantropia: *Quais são as dificuldades enfrentadas pelo IC?*

Bernardinho: A principal dificuldade é manter a sustentabilidade dos projetos. Para uma criança, é desanimador quando um projeto fecha as portas, ainda mais quando os beneficiados já fazem parte de camadas excluídas da sociedade. É mais um sonho ceifado, mais uma oportunidade marcada negativamente na vida delas. Por isso, a nossa preocupação é garantir a continuidade das atividades e a excelência no atendimento.

Além do trabalho em rede, o instituto também desenvolveu um programa de doação por pessoas físicas, chamado Amigos do Compartilhar, que gera outras possibilidades de renda. Acreditamos que, com o tempo e a solidez do IC, outras empresas nos apoiem por acreditar na eficácia do esporte como instrumento de educação e transmissão de valores da vida.

Filantropia: *Quais as conquistas de seu trabalho social até hoje? O que ainda falta conquistar?*

Bernardinho: Ainda falta muito! Mas acho que já tivemos conquistas muito importantes, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de valores nas crianças e

adolescentes. É gratificante ir aos projetos e ver a metodologia sendo aplicada, a dedicação dos alunos, a coletividade despontando como parte da rotina de todos. Abranger tantas realidades diferentes em todo país também é uma conquista, sinal de que o esporte – no nosso caso, principalmente o voleibol – é algo pelo qual os jovens se relacionam, se interessam.

Nosso próximo passo é a avaliação dos projetos. O Núcleo Forte do Leme – Rio/RJ, do projeto Esporte em Ação, será o piloto para o desenvolvimento de um sistema de monitoramento e avaliação que acompanhará os efeitos da prática esportiva nas crianças e adolescentes nos ambientes do projeto, da escola e da família. Com essa avaliação, queremos comprovar a relevância do esporte na formação de cidadãos.

Filantropia: *Quais os benefícios que o esporte pode trazer a essas crianças e adolescentes?*

Bernardinho: O Instituto Compartilhar considera o esporte uma excelente ferramenta para a formação dos jovens e, conseqüentemente, para auxiliar em sua inclusão na sociedade. Primeiro, porque o esporte atrai e motiva o indivíduo, por representar um desafio e proporcionar a sensação gratificante da superação, de se conseguir aprender uma modalidade e superar limites do próprio corpo. Claro que a visibilidade nos meios de comunicação também motiva, afinal, muitos atletas hoje se tornam ídolos e apresentam um padrão de vida que é o sonho de muitos jovens.

E, no contexto pedagógico, o esporte estimula a convivência com outras pessoas, o senso de equipe, além de transmitir valores como respeito, cooperação, amizade,



Crianças do projeto Esporte em Ação, do Núcleo Forte do Leme (RJ)



Bernardinho participa de palestra em escola pública

comprometimento e ética, por exemplo. Além disso, ainda é uma ótima alternativa de lazer, preenchendo o espaço livre de crianças e adolescentes com uma atividade produtiva e saudável. Desta maneira, auxiliamos a assegurar o direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de brincar e ter acesso ao lazer e ao esporte.

Filantropia: *Qual a sua opinião sobre o Terceiro Setor no país?*

Bernardinho: Acho que o Terceiro Setor já está enraizado no país, fazendo um bom trabalho para preencher as deficiências do Estado e até para democratizar a política, no sentido de aumentar a participação da sociedade civil. Ainda assim, é preciso cuidar para não confundir os papéis sociais de cada setor, pois o Estado não pode se acomodar nem o Terceiro Setor pode assumir responsabilidades que não são suas. O importante é que trabalhem juntos, cada um com responsabilidades definidas, para assegurar o acesso aos serviços.

Filantropia: *Se fosse possível realizar apenas um desejo para melhorar o mundo, o que você pediria?*

Bernardinho: Pediria mais ética. Não só na política, mas em todas as atitudes das pessoas, para que pensassem nas conseqüências de suas ações em um sentido mais amplo, de participação na sociedade. 



Bernardinho e as crianças atendidas pelo Instituto Compartilhar

Instituto Compartilhar
 www.compartilhar.org.br

Futura ISO 26000 progride em Viena

Com 20 resoluções aprovadas, o Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social da ISO (WG SR) decidiu em sua 5ª plenária, realizada entre 5 e 9 de novembro, em Viena, na Áustria, que é tempo de avançar um pouco mais. Foi elaborada a quarta minuta do documento (WD.4), com a recomendação de que se atinja o estágio de Committee Draft (CD) na próxima reunião, agendada para setembro de 2008, em Santiago, no Chile. Espera-se que a ISO 26000 seja publicada em 2010. No atual estágio do trabalho (WD), o objetivo é continuar construindo consenso entre os especialistas. Já na fase de CD, a meta será a obtenção de consenso entre os organismos nacionais de normalização e as organizações internacionais participantes. A plenária contou com a participação de cerca de 400 especialistas de todo mundo.



Eduardo de São Thiago, assessor de Relações Internacionais da ABNT e co-secretário do WVG SR

Brasil está entre líderes de reflorestamento

O Brasil plantou cerca de 16 milhões de árvores em 2007 e garantiu vaga entre os maiores reflorestadores do mundo, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). As informações fazem parte da iniciativa da ONU de plantar 1 bilhão de árvores em 2007. Apesar da boa notícia, o Brasil ficou muito aquém de países como México e Mainmar, que possuem territórios bem menores que o brasileiro. Entre os campeões estão: México, com 217 milhões; Quênia, 100 milhões; Ruanda, 50 milhões; Coreia do Sul, 43 milhões; Mianmar, 20 milhões; e finalmente, Brasil, com 16 milhões. Os países em desenvolvimento e pobres superaram muitos países ricos. A Europa respondeu por cerca de 10% do total plantado, já a América do Norte, por apenas 5,6%. A África foi o continente que mais plantou, com 60,4% do total. Em seguida, vem a América Latina, com 27,4%. A agência informou ainda que mais de 1,5 bilhão de árvores foram plantadas no ano em todo o mundo.

www.pnuma.org/brasil



Mozart Neves Ramos, presidente executivo do movimento Todos Pela Educação e um dos envolvidos no encontro

A educação que precisamos para o país que queremos

O Movimento Brasil Competitivo (MBC), o Todos Pela Educação e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) realizaram em São Paulo, em 30 de novembro, o encontro "A educação que precisamos para o país que queremos". O objetivo foi proporcionar ampla discussão sobre o tema e sua importância para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil, de maneira sustentável. A discussão envolveu gestores públicos, educadores, empresários, economistas e gestores de organizações sociais, fundações e institutos.

www.mbc.org.br
www.todospelaeducacao.org.br

Incentivo à criação de unidades de conservação marinhas

O Programa Costa Atlântica para a conservação das Zonas Costeira e Marinha sob Influência do Bioma Mata Atlântica anunciou em 14 de janeiro o resultado do 1º edital do Fundo Costa Atlântica, que tem como foco o apoio a projetos para criação e consolidação de Unidades de Conservação Marinhas. Serão aplicados R\$ 180 mil em cinco projetos a serem desenvolvidos nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Ceará e Piauí. Os recursos são provenientes do Bradesco Capitalização e da Copebrás-Anglo American.

www.sosmatatlantica.org.br

O programa Costa Atlântica é promovido pela Fundação SOS Mata Atlântica



O secretário Nacional da Juventude, Beto Cury, fala na reunião do Conselho Nacional de Juventude para o lançamento da pesquisa

Participação social e política

O Unicef, a Fundação Itaú Social e o Instituto Ayrton Senna apresentaram, em novembro de 2007, a pesquisa "Adolescentes e jovens do Brasil: participação social e política". Realizado pelo Ibope Opinião com mais de 3.000 jovens de 15 a 19 anos em todo o Brasil, o estudo traz subsídios para políticas públicas. Os entrevistados expressaram visão crítica em relação ao país, destacando preocupação com questões coletivas, como corrupção, discriminação racial e insegurança. No entanto, faltaram referências positivas sobre como participar e mudar a história. Mais do que gerar dados estatísticos, o estudo inicia um processo de consulta a ser continuado por iniciativas de organizações governamentais e não-governamentais.

www.fundacaoitausocial.org.br
<http://senna.globo.com/institutoayrtonsenna>
www.unicef.org.br

7º Rally Mega Cidadão reúne 520 pessoas

A 7ª edição do Rally Mega Cidadão, realizada em 8 de dezembro, em Itu (SP), reuniu 146 equipes e premiou os três primeiros colocados nas categorias: Graduados e Turismo. Na primeira, os vencedores foram José Eduardo Machado de Paula (piloto) e Sandro Marcelo Martins Pio (navegador) e, na segunda, venceu a dupla campeã do ano passado: Gladston José de Oliveira (piloto) e Fernando Davanco (navegador). O principal objetivo do rally é arrecadar alimentos com a ajuda dos inscritos e de empresas patrocinadoras. Esta edição recolheu 35 toneladas, que foram encaminhadas à entidades assistenciais de Itu e região. O evento contou com o apoio da Federação de Automobilismo de São Paulo (Fasp) e da empresa Totem.

www.itu.com.br/megacidadao



A organização da 7ª edição foi realizada por colaboradores e parceiros da Mega Sistemas

O futebol que transforma vidas

Jovens de ONGs de países sul-americanos participaram do 2º Encontro Sulamericano de Futebol de Rua, realizado entre 26 de novembro a 2 de dezembro, em Assunção, no Paraguai. As ONGs participantes integram a Red Sudamericana de Futbol Callejero, que trabalha com jovens de periferias em situação de risco pessoal e social. O objetivo do projeto é utilizar da prática do esporte para resgatar e desenvolver valores humanos como respeito, cooperação, solidariedade e lealdade, além de ser uma ferramenta transformadora de caráter. O Brasil foi representado pela Fundação Eprocad, de São Paulo, e pelo Projeto Jovem Cidadão, do Maranhão.

www.eprocad.org.br

Convenção de Bali é fraca em conteúdo

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ocorrida entre 3 a 14 de dezembro, em Bali, na Indonésia, chegou a um acordo e lançou o Mapa do Caminho para as negociações de clima nos próximos dois anos. Os governos reuniram-se para discutir o futuro tratado que deverá cortar até 2020 as emissões de gases do efeito estufa dos países desenvolvidos entre 25 a 40%, abaixo dos níveis medidos em 1990. Ao final da convenção, a delegação dos Estados Unidos, sob pressão de outras nações, juntou-se à maioria absoluta dos países e acordou com o processo internacional. Entretanto, sua participação custou muito caro ao planeta: um acordo fraco em conteúdo. "Perdeu-se a oportunidade de se chegar a um acordo muito mais ambicioso e iniciar já algo realmente importante para o planeta e para a vida", afirmou Denise Hamú, secretária-geral do WWF-Brasil – organização participante do evento.

www.wwf.org.br



Convenção de Clima da ONU, em Bali

Soluções energéticas para comunidades de baixa renda

Entre 4 e 6 de dezembro, foi realizado em São Paulo o seminário "Sustentabilidade no fornecimento de energia elétrica para comunidades de baixa renda", uma iniciativa da AES Eletropaulo, em parceria com a International Copper Association e Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional. Com mais de 140 participantes, de 20 cidades da América Latina, África e Ásia, o evento compartilhou experiências sobre soluções inovadoras, socialmente responsáveis e sustentáveis, focadas em segurança, confiabilidade e eficiência energética para expansão do acesso ao serviço de eletricidade às populações de baixa renda dos centros urbanos. O principal assunto do encontro, no entanto, foi a apresentação dos primeiros resultados do projeto-piloto para Eletrificação das Favelas e Redução de Perdas, que ocorreu, simultaneamente, no Brasil e na Índia.

www.copperinfo.com
www.eletropaulo.com.br
www.usaidbrasil.org.br



Seminário reuniu 140 participantes, de 20 cidades da América Latina, África e Ásia

Jovem é público prioritário de instituições privadas

O IBGE divulgou, em 7 de dezembro, os resultados da Pesquisa das Entidades de Assistência Social Privadas Sem Fins Lucrativos (Peas), que traça um perfil detalhado destas instituições e apresenta informações sobre qualificação profissional, fontes de financiamento, tipo de atendimento ofertado e infra-estrutura disponível para a realização do trabalho. A pesquisa, desenvolvida em parceria com o MDS e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pretende auxiliar o processo de implantação do Sistema Único de Assistência social (Suas). O atendimento aos jovens de 15 a 24 anos é uma marca das entidades de assistência social privadas. Das 16.089 instituições brasileiras, 52% têm esse público com alvo de suas ações. Em seguida, de acordo com as faixas etárias, está a população de 25 a 59 anos (51%), 7 a 14 anos (46,9%), 60 anos ou mais (44,5%) e até 6 anos (43,6%).

www.iadb.org
www.ibge.gov.br
www.mds.gov.br

Unicef lança o relatório “Progresso para as crianças”

Em dezembro de 2007, o Unicef lançou um novo relatório que traz informações sobre os progressos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. “Progresso para as crianças: uma análise estatística de um mundo para as crianças” é o 6º número de uma série de relatórios nessa linha lançados desde 2004. O Brasil é citado como um dos países a caminho de atingir os ODMs nos itens: mortalidade entre menores de 5 anos – de acordo com o IBGE, a taxa no país é de 29,9 por mil nascidos vivos –; na taxa de atendimento na educação primária (97,6%); e na população com acesso a água de qualidade – 98% na área urbana e 81% na área rural. O relatório mostra ainda que, entre 1996 e 2000, as taxas de aleitamento materno exclusivo aumentaram em muitos países. Além dos progressos na sobrevivência infantil, avançou-se na área de educação, igualdade entre os gêneros e proteção infantil.

www.unicef.org

Socioeconomia solidária em Limoeiro do Norte

O 1º Seminário de Socioeconomia Solidária do ano foi realizado em 10 de janeiro, em Limoeiro do Norte (CE). A proposta do evento foi trocar experiências entre as entidades conveniadas ao Fundo Cristão para Crianças em ações do gênero junto às comunidades atendidas. A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS) e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) foram co-responsáveis pela organização do evento, realizado pela rede de entidades conveniadas ao Fundo Cristão para Crianças do Baixo Vale do Jaguaribe.

www.fundocristao.com.br



Apresentação Cultural da Cia. de Dança Maria Fumaça durante o seminário

Ciclo de fomento de alianças intersetoriais

Em 24 de janeiro foi realizado, na cidade de Manga (MG), o 1º Ciclo de Fomento de Alianças Intersectoriais de 2008, realizado pela Promotoria da Comarca de Manga e pelo Centro Mineiro de alianças Intersectoriais (Cemais), com o suporte do Centro de Apoio Operacional ao Terceiro Setor do Ministério Público de Minas Gerais (Caots) e a parceria do Instituto de Governança Social (IGS) de Minas Gerais. O evento teve como objetivo fortalecer a aliança intersectorial e identificar as reais necessidades da sociedade local. A ação mobilizou aproximadamente 500 lideranças de nove municípios da região – Manga, Montalvânia, Missões, Jaíba, Montes Claros, Januária, Janaúba, Miravânia, São João das Missões e Matias Cardoso – e reuniu prefeitos, vereadores, líderes da sociedade civil, de organizações sociais e da iniciativa privada.

www.mg.gov.br



No bairro de Cacuia, em Nova Iguaçu (RJ), crianças aguardam para entrar na tenda

Cinema gratuito para 300 mil espectadores

Após percorrer cidades cortadas pela Via Dutra nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, entre agosto e dezembro de 2007, o Cine Tela Brasil encerrou as exhibições gratuitas de cinema no ano contabilizando, após três anos de atividades, mais de 300 mil espectadores, que assistiram às sessões de filmes brasileiros exibidos dentro da tenda itinerante. Ainda na Via Dutra em 2007, o Cine Tela Brasil realizou duas oficinas de vídeo gratuitas em São José dos Campos (SP) e Volta Redonda (RJ), destinadas a jovens interessados em produção audiovisual.

www.cinetelabrasil.com.br

Fernando Rossetti é o novo presidente da Wings

O secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Fernando Rossetti, foi eleito o novo presidente da Worldwide Initiatives for Grantmakers Support (Wings), rede global de iniciativas de apoio a investidores sociais privados. A organização reúne mais de 140 associações de doadores e apoiadores da filantropia nos cinco continentes. “A Wings é uma ação aparentemente abstrata, mas realmente importante, que contribui para que organizações como o Gife façam melhor seu trabalho no apoio a fundações e institutos, que realizam investimento social privado”, esclarece o novo presidente.

www.wingsweb.org

Advogados em prol das entidades do Terceiro Setor

Foi realizado em 11 de dezembro de 2007, no escritório do dr. Ives Gandra da Silva Martins, um encontro de diversos advogados que militam em prol da defesa dos direitos das entidades que atuam junto ao setor social. O encontro teve a missão de debater o Marco Legal do Terceiro Setor, o futuro da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) nº 2028 e as recentes alterações legais, bem como a importância da sinergia dos profissionais que defendem as instituições. Ao final do encontro, ficou decidido que será criada uma entidade que vise abranger os estudos relacionados ao direito do Terceiro Setor, para que a discussão não se perca e a união resulte na garantia de que as entidades terão seus direitos observados.



Advogados participantes do encontro, que debateu o Marco Legal do Terceiro Setor

Capacitações da Rede Parceria Social

Em 11 de janeiro, 75 pessoas líderes de projetos sociais – selecionados pela Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul – começaram a frequentar as aulas das primeiras turmas de capacitação da Rede Parceria Social, promovidas pela ONG Parceiros Voluntários. Neste ano, 500 integrantes de 250 projetos gaúchos participarão das capacitações, que têm o objetivo de qualificar os métodos de gestão das organizações da sociedade civil, otimizar os resultados de suas ações e colaborar com as políticas públicas e com o desenvolvimento social do estado. A Rede foi criada em 2006 pela secretaria para melhorar a atuação tradicional do estado na área, otimizar recursos destinados pelas empresas privadas à ação social, potencializar a atuação das entidades sem fins lucrativos e criar condições para incrementar a sustentabilidade do Terceiro Setor.

i www.parceirosvoluntarios.org.br
www.sjds.rs.gov.br



Secretário Fernando Schüler (de terno) fala sobre a importância da capacitação para a realização dos projetos

Brasil sobe no ranking de mortalidade na infância

O Brasil melhorou 27 posições no ranking de taxa de mortalidade na infância (menores de cinco anos), segundo o relatório *Situação Mundial da Infância 2008 – Sobrevivência Infantil*, divulgado em 22 de janeiro pelo Unicef. O estudo avalia a situação geral da primeira infância (crianças de até 6 anos de idade) em 194 países, e o Brasil é uma das 60 nações selecionadas para a contagem regressiva para 2015 – quando se pretende atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio –, como prioritários no combate à mortalidade infantil. Apesar de a taxa de mortalidade na infância estar bem abaixo da média mundial (72 mortes a cada mil nascidos vivos), o Brasil entrou nesse grupo devido ao número absoluto de óbitos. De acordo com o relatório, em 2006, 74 mil crianças morreram no Brasil antes do quinto aniversário.

i www.unicef.org.br



Capa do relatório *Situação Mundial da Infância 2008*

Corporações disponibilizam patentes ecológicas

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) – composto por cerca de 200 empresas internacionais – e a IBM, em parceria com Nokia, Pitney Bowes e Sony, fundaram o Eco-Patent Commons (EPC), um portfólio de patentes inovadoras e ambientalmente responsáveis, disponível em um site público e exclusivo para esse fim. A oferta dessas patentes visa estimular pesquisadores, empreendedores e empresas de todos os tamanhos e de qualquer segmento de mercado a criar, aplicar e desenvolver seus produtos, processos e serviços de modo a ajudar a preservar e respeitar o meio ambiente. Os benefícios esperados incluem: conservação de energia ou melhorias na eficiência energética ou de combustíveis; prevenção da poluição; uso de materiais ou substâncias ambientalmente preferíveis; e ampliação das oportunidades de reciclagem.

i www.wbcd.org/web/epc

Bovespa apresenta nova carteira do ISE

Desde 1º de dezembro de 2007, está em vigor a nova carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) – indicador composto de ações emitidas por empresas que apresentam alto grau de comprometimento com sustentabilidade e responsabilidade social. Ingressaram no portfólio os ativos de sete companhias: AES Tietê, Cesp, Eletrobrás, Light S/A, Sabesp, Sadia S/A e Weg. Ao mesmo tempo, outras oito empresas tiveram seus ativos excluídos: ALL América Latina, Celesc, Gol, Itaúsa, Localiza, Tam S/A, Ultrapar e Unibanco. A nova carteira vigora até 30 de novembro de 2008, reunindo 40 ações emitidas por 32 empresas de 13 setores, que totalizam R\$ 927 bilhões em valor de mercado.

i www.bovespa.com.br

Caixa Melhores Práticas 2007 premia dez projetos

A Caixa Econômica Federal divulgou, em 10 de dezembro, os vencedores do Prêmio Caixa Melhores Práticas 2007/2008. Temas como sustentabilidade, habitação, desenvolvimento local, inclusão social e gestão ambiental encontraram na prática a resposta para melhorar a vida de milhares de brasileiros. Ao todo, dez projetos foram premiados: Acre Preserve (AC); Artidéias (ES); Babaçu é Vida (MA); Cidade Cidadã (RJ); Energia Limpa (SC); Floresta Viva (BA); Glória à Casa (PB); Onde Moras (PR); Rede Social (ES); e Varjada (PE).

i <http://melhorespraticas.caixa.gov.br>

Movimento lança Observatório Cidadão e Fórum

Em comemoração aos 454 anos da capital paulista, o Movimento Nossa São Paulo lançou em 24 de janeiro quatro iniciativas: apresentação dos 130 indicadores sociais, ambientais, econômicos e políticos da cidade de São Paulo; apresentação do processo de acompanhamento do desempenho da Câmara Municipal e do Orçamento Municipal de São Paulo; apresentação da pesquisa Ibope de percepção da população paulistana sobre a cidade, a administração e os serviços públicos ofertados em São Paulo; e lançamento do 1º Fórum Nossa São Paulo – Propostas para uma cidade justa e sustentável.

i www.nossasaopaulo.org.br

Relatório analisa direitos humanos no Brasil em 2007

Resultado do trabalho de pesquisa de 28 organizações de defesa dos direitos humanos, o *Relatório Direitos Humanos no Brasil 2007* foi organizado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e traz um panorama sobre as violações de direitos humanos no Brasil este ano. O estudo contém dados sobre violência no campo; balanço sobre a política agrária no Governo Lula; agronegócio e sua ligação com a violação dos direitos humanos; segurança pública no Estado do Rio de Janeiro; direito à educação e à alimentação; a situação da mulher; e políticas internacionais.

i www.social.org.br

Notícias do Planalto

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional

A Presidência da República, por meio da Casa Civil, publicou em 26 de novembro, no Diário Oficial da União, dois importantes decretos da área de segurança alimentar e nutricional. O decreto nº 6.272 dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Já o decreto nº 6.273 cria a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. A criação da Câmara, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), tem como finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal na área de segurança alimentar e nutricional. Ela será presidida pelo secretário-geral do Consea, o ministro Patrus Ananias, e integrada pelos seus representantes governamentais titulares e suplentes.

www.presidencia.gov.br

Índios ganham centro de assistência social

Foi inaugurado em 13 de dezembro o Centro de Referência de Assistência Social (Cras), em Dourados (MS), co-financiado pelo MDS, na Aldeia Bororó, que atenderá a cerca de mil famílias indígenas das etnias guarani-kaiowá, guarani-nhandeva e terenas. No local, serão desenvolvidos projetos de inclusão produtiva para as famílias, como artesanato e cultivo de hortas. Haverá, ainda, um núcleo do ProJovem Adolescente, além de encaminhamento aos programas sociais conforme às necessidades das famílias. Atualmente, o MDS co-financia 3.242 Cras, presentes em 2.624 municípios, cobrindo 47% do território nacional. O Ministério tem previsão da construção de mais nove Cras em terras indígenas devidamente identificadas, com regularização atestada pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

www.mds.gov.br

Comitê Gestor de Ações Indigenistas para MS

Constituído por 14 órgãos do governo federal e coordenado pelo MDS, o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Cone Sul do Mato Grosso do Sul começou a funcionar formalmente no dia 23 de janeiro. O grupo é responsável por articular, avaliar e monitorar as ações da União nas aldeias indígenas guarani-kaiowá e guarani-nhandeva. As ações do comitê começaram ainda em 2005, como resposta aos altos índices de mortalidade entre crianças daquelas etnias. Com a formalização, a expectativa é que a relação da esfera federal com o Estado e os municípios seja fortalecida, a fim de se atingir resultados mais eficazes nas políticas desenvolvidas na região.

www.mds.gov.br

Consea define prioridades e agenda da nova gestão

Na reunião plenária do Consea, realizada em 28 de novembro, um dia após a solenidade de posse, os conselheiros definiram uma agenda de prioridades, listando as principais frentes de atuação. Na ocasião, o conselho também estabeleceu uma lista de propostas sobre o Sistema, o Plano e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Algumas das prioridades definidas são a agenda social do governo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), recursos genéticos, mudanças climáticas, orçamento e controle social. Ainda foram definidas a agenda internacional do Consea e o acompanhamento de projetos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

www.planalto.gov.br/consea



Presidente Lula assiste ao discurso do ministro Patrus Ananias na cerimônia de posse do novo presidente do Consea, Renato Maluf (ao centro), que antecedeu a plenária do conselho

Avaliação dos programas de proteção social de crianças

O diretor de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Roberto Wagner Rodrigues, integrou em 29 e 30 de novembro de 2007 a reunião promovida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em Londres, Inglaterra. O encontro visou estimular políticas de avaliação do impacto dos programas de proteção social de crianças e redução da pobreza. Focalizados nas famílias, os programas sociais do governo federal atendem diretamente milhares de crianças. Dados do MDS mostram que ações como transferência de renda, construção de cisternas, fortalecimento da agricultura familiar e proteção social, atuando de maneira integrada, têm melhorado a qualidade de vida do público infanto-juvenil.

www.mds.gov.br

Encontro debate envelhecimento com qualidade de vida

Representantes de 57 países se reuniram entre os dias 4 e 6 de dezembro, em Brasília, para discutir os desafios das políticas públicas destinadas às populações idosas. A "2ª Conferência Intergovernamental Regional América Latina e Caribe para o Envelhecimento – Madri + 5" foi promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da ONU, e tem o apoio do governo brasileiro por meio do MDS e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada à Presidência da República. O encontro apresentou um balanço da situação da população idosa após cinco anos da 2ª Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, realizada em 2002 em Madri, na Espanha.

www.onu-brasil.org.br



O ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, e o secretário executivo da Cepal, José Luis Machinea

Vencedores do prêmio Direitos Humanos 2007

Promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, a cerimônia de entrega da 13ª edição do Prêmio Direitos Humanos 2007 ocorreu em 11 de dezembro, em Brasília, e contou com a presença do vice-presidente, José Alencar, ministros e autoridades. Também estiveram presentes a primeira-dama Marisa Letícia Lula da Silva, o presidente da Câmara dos Deputados Arlindo Chinaglia, a Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff, o Ministro-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República e o Ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Os ganhadores, cujos trabalhos em defesa dos direitos humanos foram merecedores de reconhecimento nacional, receberam um certificado e uma obra de arte criada pelo artista plástico Siron Franco.

www.presidencia.gov.br



O secretário especial dos Direitos Humanos, ministro Paulo Vannuchi, discursa durante a cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos 2007

6ª Conferência Nacional de Assistência Social

Cerca de 2.000 pessoas se reuniram em Brasília, entre os dias 14 e 17 de dezembro, para discutir propostas de aprimoramento para o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e reafirmar compromissos e responsabilidades do setor. Durante as discussões, foi aprovada a moção de repúdio contra o projeto de lei nº 1.763/2007, que prevê pagamento de um salário mínimo para as mulheres não interromperem a gravidez provocada por estupro. Para a então secretária executiva do MDS, Márcia Lopes, o objetivo do encontro foi interpretar os compromissos e dar qualidade às decisões tomadas durante as discussões. Outras propostas aprovadas durante a Conferência Nacional foram divulgadas após o evento. Quanto ao projeto de lei nº 1.763/2007, ele está pronto para ser votado na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados.

VALTER CAMPANATO/ABR



Ministro Patrus Ananias e o vice-presidente, José Alencar, participam da abertura da conferência

Autonomia para mulheres atendidas pelo Bolsa Família

O Projeto de Inclusão Produtiva para Mulheres do Programa Bolsa Família, iniciativa da Prefeitura de Fortaleza (CE), por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), e do Distrito de Assistência Social da Secretaria Executiva Regional V (SER-V), prevê dar condições para que essas mulheres garantam sua autonomia, alcançando mais qualidade de vida para suas famílias. A aula inaugural aconteceu no dia 18 de janeiro, na capital cearense, e o projeto está previsto para durar seis meses. Cerca de 1.500 mulheres devem ser atendidas nas duas etapas: formação básica que consta de aulas de economia solidária e organização social, e qualificação profissional, nas modalidades de culinária, confecção, serviços e construção civil.

www.fortaleza.ce.gov.br

Mais de R\$ 1 milhão na qualificação da proteção social

Portaria editada em 21 de dezembro pelo MDS permite que mais 50 municípios de diferentes regiões do Brasil passem a receber recursos do governo federal como incentivo para o reordenamento dos serviços de acolhimento a crianças, adolescentes e idosos. Estas cidades – com mais de 100 mil habitantes – foram identificadas a partir de levantamento da rede de acolhimento realizado pelo ministério, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), junto aos gestores municipais. Com esta iniciativa, os municípios passam a receber co-financiamento do MDS, o que equivalerá a repasses que variam de R\$ 3,4 mil a R\$ 9 mil mensais, conforme seu porte. No total, incluindo o aumento de valores repassados para municípios e estados que já ofereciam o serviço de acolhimento com co-financiamento do governo federal, o MDS deve investir mais de R\$ 1 milhão.

www.mds.gov.br

Programa italiano de combate à desigualdade social

O ministro do MDS, Patrus Ananias, participou no dia 24 de janeiro, em Brasília, da abertura do “Programa Integrado de Emergência para a Promoção de Serviços Socio-sanitários para Mulheres, Adolescentes e Crianças em Condições de Vulnerabilidade”, dividindo a mesa com o embaixador da Itália no Brasil, Michele Valensise, e o ministro Paulo Wagner de Miranda, da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O programa é desenvolvido, desde 2000, pelo governo da Itália em parceria com instituições do Terceiro Setor brasileiro, com o objetivo de promover os direitos fundamentais dos grupos em situação de vulnerabilidade social.

www.mds.gov.br



Representantes à mesa da cerimônia de abertura

André Trigueiro

ANDRÉA MARQUES

Jornalista pós-graduado em Gestão Ambiental pela UFRJ, professor e criador do curso de Jornalismo Ambiental da PUC-Rio, André Trigueiro é uma referência no conceito de jornalismo ambiental

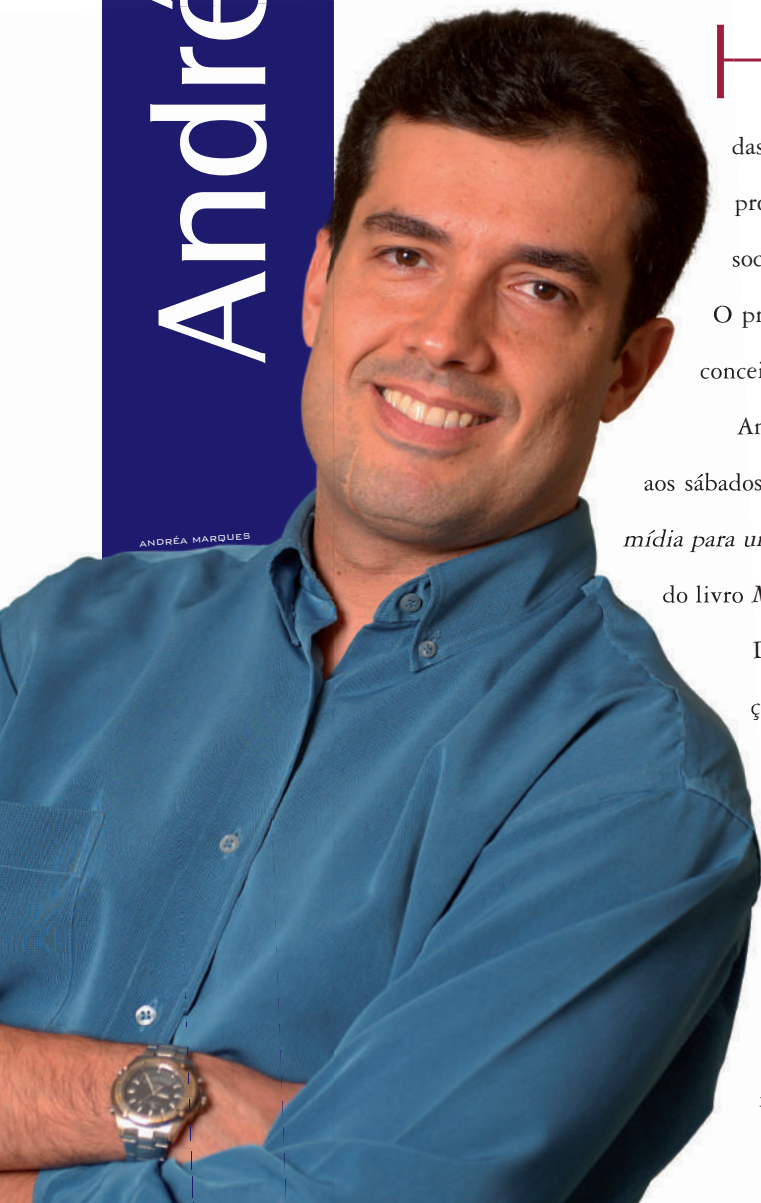
Por Paula Craveiro

Há muito o jornalista André Trigueiro dedica-se à pauta socioambiental. Desde 1996, ele atua como repórter e apresentador do “Jornal das Dez”, do canal de TV a cabo Globo News. Na mesma emissora, ele já produziu, roteirizou e apresentou programas especiais ligados à temática socioambiental, como as séries “Água: o desafio do século 21” e “Kyoto: O protocolo da vida”, entre tantas outras, vencedoras de alguns dos mais conceituados prêmios de jornalismo do país.

André é ainda comentarista da Rádio CBN no quadro “Mundo Sustentável”, aos sábados e domingos, autor do livro *Mundo sustentável – Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*, e coordenador editorial e um dos autores do livro *Meio ambiente no século XXI*.

Desde 2006, ele apresenta no Globo News o programa “Cidades e Soluções”, que aborda e questiona problemas enfrentados pelos cidadãos das metrópoles, trazendo soluções possíveis e imediatas em curto e médio prazo. “Priorizamos aquelas soluções que sejam sustentáveis, de baixo custo e fáceis de serem replicadas”, explica ele.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, o jornalista fala sobre sua atuação na área ambiental e como pessoalmente contribui para a conservação do meio ambiente, avalia as ações do atual governo e destaca a importância da educação para a conscientização ambiental.



Revista Filantropia: *Quando e como você começou a atuar no jornalismo ambiental?*

André Trigueiro: Há quase 16 anos, a cobertura da Rio-92, mais precisamente do Fórum Global – evento paralelo à Conferência da ONU que reuniu organizações não-governamentais do mundo inteiro, lideranças sociais e religiosas –, aguçou os meus sentidos para a urgência de uma nova atitude em diferentes setores da minha vida. Antes desse megaevento, o assunto já me interessava bastante. Mas depois, houve um clique.

É claro que sobrou também para o lado profissional. Não me considero propriamente um “jornalista ambiental”, prefiro ser chamado de jornalista. Meio ambiente alcança indistintamente todas as áreas do saber e do conhecimento. No jornalismo, seja qual for a editoria em que o profissional esteja vinculado, a questão ambiental está colocada. Portanto, todo jornalista, forçosamente, precisa se dar conta de que esse assunto está absolutamente inserido em seu universo de trabalho. Aliás, cada vez mais inserido.

Revista Filantropia: *E, hoje, o que o estimula a continuar nesta área?*

AT: Denunciar os interesses contrários à vida e à sustentabilidade. Sinalizar rumo e perspectiva para um número crescente de pessoas que buscam saídas, alternativas. Vivemos um modelo suicida de desenvolvimento e precisamos reinventar o sistema. Ou mudamos ou pereceremos.

Revista Filantropia: *Como a preocupação ambiental se reflete no cotidiano do cidadão André Trigueiro?*

AT: Descobri que é possível ser feliz sem ser consumista. Ou seja, pratico o consumo consciente e não me iludo com as promessas da publicidade de que preciso ter isto ou aquilo para ser feliz. Busco a felicidade em experiências que estão longe do consumismo. O consumo favorece a vida, mas o consumismo degrada a vida porque exaure os estoques de matéria-prima e energia que são finitos neste planeta.

Além disso, procuro economizar água e energia, separo o lixo. Basicamente, tento praticar no dia-a-dia aquilo que eu entendo como certo. Estou longe da perfeição e não me considero um modelo, mas descobri a força daquilo que os educadores chamam de pedagogia do exemplo: “não importa o que você fala, importa o que você faz”. É isso que move o mundo. É isso que fica.

Revista Filantropia: *Com base em sua trajetória profissional, que iniciativas (nacionais e/ou internacionais) chamaram sua atenção no*

tocante ao desenvolvimento econômico associado à preservação dos recursos naturais?

AT: Difícil eleger os melhores exemplos porque, de alguma maneira, todos eles me sensibilizaram. Sem a pretensão de inserir todas as melhores iniciativas, mas citando apenas algumas para responder a sua pergunta, vamos lá. O aposentado José Alcino Alano, da cidade de Tubarão (SC), descobriu como fabricar coletores solares para esquentar a água do banho a partir de garrafas PET e caixas de leite Tetrapak. Liberou a patente e permitiu que todas as pessoas ou instituições interessadas replicassem o invento gratuitamente, sem interesse pessoal ou financeiro. É um caso singular de amor ao próximo.

Tijolos ecológicos produzidos sem a necessidade de cozimento; asfaltos feitos de pneus velhos; madeiras plásticas fabricadas a partir de resíduos de Polietileno de Alta Densidade (PAD); a reciclagem de entulho que permite a reutilização de materiais de construção que antes se acumulavam em aterros; as cidades digitais como Piraí (RJ) e Tiradentes (MG), que oferecem banda larga sem fio e provedor grátis para toda a população; os biodigestores que transformam esgoto doméstico em gás de cozinha e inspiraram políticas públicas na área do saneamento nas cidades da região serrana do Rio de Janeiro; os sistemas de compras públicas sustentáveis, que inserem nos editais de licitação novos critérios de seleção quem levam em conta a certificação ambiental de produtos e serviços; as cidades européias que desenvolveram sistemas públicos de incentivo ao uso de bicicletas.

Enfim, a lista é grande, e todos os programas exibidos na Globo News e no canal Futura podem ser vistos pela internet no site Mundo Sustentável.

Revista Filantropia: *A tecnologia é aliada ou inimiga da luta pela preservação do planeta?*

AT: A tecnologia, por si, é apenas uma ferramenta. O uso que se faz dela é o que interessa, é o que define se haverá dano ou benefício. Erram aqueles que apostam na inovação tecnológica como a solução definitiva para os graves problemas ambientais que enfrentamos e que nos ameaçam enquanto espécie. Precisamos repensar hábitos, comportamentos e padrões de consumo. A tecnologia terá o seu papel nesse processo, mas como coadjuvante, nunca como ator principal.



André Trigueiro durante cobertura da Copa de 2006, na Alemanha

Revista Filantropia: *A mídia de massa brasileira está preparada para cobrir adequadamente a área ambiental? A pauta que temos hoje cumpre sua função social?*

AT: Estamos melhores do que já estivemos, mas em um nível ainda abaixo do que poderíamos estar. Há um processo em andamento, e eu sou otimista. Aos poucos vai se criando uma cultura de sustentabilidade, que inspira diversos cursos de formação em inúmeras áreas – inclusive no jornalismo – para a urgência de uma readequação dos conteúdos curriculares na busca das repostas que o nosso tempo vem demandando. Em resumo: o mundo está sendo chacoalhado para que haja mudanças estruturais em favor da vida. E isso também reverbera no jornalismo.

Revista Filantropia: *Em que medida a mídia pode estimular o desenvolvimento de políticas públicas e atitudes cidadãs ambientalmente responsáveis?*

AT: Dando visibilidade às boas práticas que já fazem a diferença no Brasil e no mundo. Sou testemunha do interesse crescente de diferentes segmentos da sociedade – políticos, empresários, lideranças do Terceiro Setor, profissionais liberais, alunos de escolas e universidades etc. – que nos procuram para saber mais detalhes a respeito de projetos que mostramos na TV, na internet ou na rádio.

É ainda mais recompensador quando nos dão depois um retorno, para mostrar como efetivamente conseguiram replicar essas experiências em suas respectivas áreas de atuação.

Por meio da mídia é possível fomentar novas atitudes em favor de um mundo melhor e mais justo, um mundo sustentável. Entendo esta como uma das atribuições do moderno jornalismo no terceiro milênio.

Revista Filantropia: Frente à perspectiva ambiental, qual o papel do governo, dos cidadãos e do Terceiro Setor?

AT: Precisamos todos entender as causas desta crise ambiental sem precedentes na História e reconhecer o papel de cada um na reconstrução do atual modelo de desenvolvi-

mento. Estamos falando de mudanças estruturais que só acontecerão com a participação de todos. O problema é que as grandes mudanças levam tempo para acontecer, e nós não temos muito tempo para corrigirmos o rumo.

Inúmeros relatórios de organismos multilaterais – Pnud, Pnuma, Banco Mundial, IPCC – revelam, por meio de indicadores cada vez mais precisos, o risco real de promovermos o colapso dos ecossistemas que fornecem matéria-prima e energia para a humanidade nos próximos anos, como a água, por exemplo. Não é um problema a ser resolvido em um futuro distante. É pra já.

Revista Filantropia: Qual a sua opinião sobre ações radicais praticadas por ONGs como a Peta e o Greenpeace?

AT: A História nos ensina que movimentos radicais normalmente nascem onde há opressão, onde o pensamento dominante impõe normas e regras nem sempre justas ou comprometidas com a vida. As manifestações organizadas pela Peta surgem em um cenário de total descolamento entre o que é exibido com pompa e circunstância nas passarelas da moda e a barbárie imposta a animais que têm as peles arrancadas – de maneira cruel e extremamente dolorosa, muitas das vezes com os bichos ainda vivos – sem que haja espaço

para se discutir a pertinência dessa vaidade alimentada às custas do sofrimento atroz de outros seres vivos.

É uma questão invisível no mundo da moda e que a Peta resgata de modo espetacular justamente para chamar a atenção da mídia. O mesmo faz o Greenpeace quando promove ações contra testes nucleares, desmatamento, caça a baleias. É bom lembrar que foi uma investigação do Greenpeace, comprovando a destruição da Floresta Amazônica para o plantio de soja, que resultou na decisão dos países europeus de exigirem a certificação dos grãos. Considero importante também refletirmos sobre o conceito de “radical”. Este se tornou o adjetivo predileto de muitos segmentos conservadores que rotulam de maneira pejorativa seus opositores, taxando de “radicais” aqueles que, na verdade, lutam em favor de causas legítimas, contra seus interesses mesquinhos, retrógrados e insustentáveis.

Revista Filantropia: Como você avalia o comportamento do atual governo frente às polêmicas ambientais, como a exploração ilegal da Amazônia, os casos de fraudes e corrupção no Ibama e outros órgãos públicos e, mais recentemente, a transposição do rio São Francisco?

AT: Cada assunto levantado na pergunta justifica uma longa explanação, que não entrarei aqui em detalhes. Nenhum governo é monolítico, ou seja, há diversas opiniões distintas em um mesmo governo. Quem ocupa o cargo de ministro do Meio Ambiente enfrenta interesses contrários à sustentabilidade que têm origem nas demais esferas governamentais. Um ex-ministro do Meio Ambiente me confidenciou certa vez que ele se considerava o “chato da turma” pelo fato de estar sempre advertindo os colegas para os equívocos de certos projetos que eram notoriamente insustentáveis, ou seja, comprometiam de modo assustador a perspectiva de uso inteligente dos recursos naturais.

Importa dizer que em um regime presidencialista como o do Brasil, há muito poder concentrado nas mãos do presidente da República. E o atual presidente não me parece tão comprometido com o desenvolvimento sustentável. Prova disso é a “menina dos olhos” deste governo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O discurso presidencialista remonta do desenvolvimentismo de JK, de quase 50 anos atrás, e está ultrapassado, defasado. No mundo inteiro, chefe de estado que fala de desenvolvimento precisa falar também de sustentabilidade. Falar e praticar.

Inúmeros relatórios de organismos multilaterais revelam o risco real de promovermos o colapso dos ecossistemas que fornecem matéria-prima e energia para a humanidade nos próximos anos



Como denunciou recentemente o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricúpero, não é possível falar em preservação da Amazônia e liberar, ao mesmo tempo, recurso do BNDES para a construção de frigoríficos na região – o que estimula a criação de gado, responsável por 80% de toda a destruição já registrada da floresta.

Revista Filantropia: *Grande parte dos países desenvolvidos possui e pratica leis contra os cidadãos e empresas que poluem a cidade, seja ao jogar papel em vias públicas ou depositar entulho em local inadequado. A aplicação de multas contribui para a educação ambiental?*

AT: A educação vem na frente. A punição – também por meio de multas – vem depois. É legítimo e urgente que o cidadão sinta no bolso a consciência que faltou no exato momento da infração. Sou a favor, por exemplo, que se apliquem multas a cidadãos que jogam lixo na rua. A limpeza das ruas é um serviço que custa cada vez mais caro aos cofres públicos, dada a escalada de sujeira em cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo, onde o volume de resíduos jogados displicentemente nas vias públicas supera proporcionalmente o crescimento da população.

É a cidade com o maior número de escolas públicas do Brasil e, ainda assim, a maior parte do IPTU pago pelo carioca vai para a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb). Do jeito que emporcalhamos as ruas da cidade, a maior parte do imposto continuará atrelada à limpeza urbana. A multa poderá intimidar a ação de alguns “porquinhos”.

Revista Filantropia: *Qual a melhor maneira de conscientizar pessoas e empresas sobre a importância de conhecer e respeitar a Legislação Ambiental?*

AT: Mais uma vez a educação é o caminho. Não se impõe uma nova consciência por decreto ou medida provisória. Ou elevamos o nível de interesse dos alunos nas escolas ou universidades, ou se mantém a farsa – recentemente denunciada – de alunos analfabetos depois de quase dez anos na escola pública.

Os países do mundo que ascenderam à condição de desenvolvidos não descuidaram da educação. Quando cobri a Copa do Mundo da Coreia do Sul e Japão (2002), assisti a diversos comerciais na TV coreana instigando os torcedores do país que fossem aos estádios a recolher o lixo que vissem no chão. Isso é cidadania de verdade.

É legítimo e urgente que o cidadão sinta no bolso a consciência que faltou no exato momento da infração. Sou a favor que se apliquem multas a cidadãos que jogam lixo na rua

Revista Filantropia: *Para você, qual seria o mais grave problema ambiental do Brasil hoje?*

AT: A falta de saneamento. Menos de 30% de todos os esgotos do país recebem algum tipo de tratamento. O resto é lançado *in natura* nos rios, lagos e no litoral, espalhando doenças de veiculação hídrica que respondem pelo maior volume de internações da rede pública de saúde. Em pleno século 21, ainda registramos óbitos no Brasil de doenças medievais como diarreia, hepatite e febre tifóide. É uma vergonha.

Revista Filantropia: *O Protocolo de Kyoto é considerado um marco na luta pela conservação do planeta, porém gerou grandes controvérsias. Interesses econômicos e políticos são obstáculos para o avanço na área ambiental?*

AT: O Protocolo de Kyoto foi um primeiro passo importante em favor da redução das emissões de gases de efeito estufa. O maior problema para que o acordo seja bem sucedido é o interesse imediatista de países como os Estados Unidos, que priorizam os resultados de curto prazo, sem se darem conta de que o risco maior é não fazer nada. Os interesses contrários sempre existem. Daí a necessidade dos movimentos em sentido oposto, com maior ou menor radicalidade. Mas sempre no sentido oposto ao que está aí, sempre incomodando, denunciando, abrindo espaço para as vozes dissonantes.

O movimento ambientalista veio de baixo para cima, ameaçando o pensamento dominante, subvertendo a ordem estabelecida. Foi taxado de subversivo e romântico, até se consolidar como um dos maiores e mais importantes movimentos da História da humanidade. Hoje, para você ver, tem até “banco da sustentabilidade”. O discurso já mudou. Faltam mudar as práticas.



Revista Filantropia: *Hoje, o “selo” de responsabilidade socioambiental tornou-se praticamente obrigatório para a sobrevivência das empresas, já que pesquisas demonstram o crescimento desta preocupação entre os consumidores. Até que ponto você acredita ser verdadeira essa “boa intenção” do Segundo Setor?*

AT: De fato, há muitas empresas pegando carona na “onda verde”. Só sobreviverão no mercado aquelas que efetivamente estiverem praticando o que estão dizendo. Em uma sociedade democrática, onde há competição entre as empresas, imprensa livre e sistemas de regulação e certificação bem definidos, a mentira tem perna curta.

Tenho acompanhado o esforço de várias empresas públicas e privadas interessadas em capacitar seus funcionários a entender as diversas dimensões em que a sustentabilidade se resolve. São investimentos importantes, que consomem recursos preciosos na formação de pessoal qualificado para enfrentar os imensos desafios que temos pela frente. O mundo corporativo já entendeu que a “maquiagem verde” pode dar bons resultados no curto prazo, mas não haverá salvação para quem apenas investir em marketing.

Link

 www.mundosustentavel.com.br

Reposicionamento de marca é essencial para o Terceiro Setor

As entidades estão seguindo a mesma tendência das empresas, a fim de atingir mais objetivamente seus públicos-alvo

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br



Os anos 1990 ficaram conhecidos como um dos períodos mais férteis para o surgimento de manifestações culturais de gosto duvidoso. Não deixaram muitas saudades como os anos 1980. Apesar desse aspecto negativo, a década passada ficou marcada pelo início de um movimento, principalmente das empresas, de ordem mercadológica. Propunha-se, à época, um reposicionamento de marcas e identidade corporativa, a fim de atingir um público cada vez maior ou, dependendo do caso, de maior poder aquisitivo.

Em pouco mais de dez anos, os conceitos acerca dessa estratégia evoluíram. O mercado fez uma releitura dessa nova ferramenta e redefiniu rapidamente o foco que queria dar a tais mudanças – levando em consideração, é claro, os desejos inconscientes dos *stakeholders*. Só para citar alguns exemplos de empresas bem sucedidas, estão o Bradesco e a Alpargatas, dona da marca Havaianas.

A primeira mudou radicalmente sua imagem institucional, abandonando uma identidade visual de cunho cartorial, quadrada e burocrática, para uma aura de modernidade, sofisticação e agilidade. A segunda investiu pesado e conseguiu reverter a imagem de um produto considerado de terceira categoria, popular, sem graça e fajuto, para um objeto da moda, *clean*, com preço elevado e desejado por pessoas mais abastadas. Hoje, as sandálias Havaianas são exportadas para vários países e vendidas a preços nada populares.

Seguindo os passos

Com um pouco de atraso, o Terceiro Setor pegou carona nesse movimento que, ainda bem, não foi apenas mais uma moda mercadológica e passageira. A onda ficou mais forte ainda no final dos anos 1990 e agora já se mostra como uma tendência que veio

para ficar. Tradicionais instituições se viram obrigadas a acompanhar as mudanças e não se arrenderam de ações para o reposicionamento de sua identidade visual – novos logotipos e peças de papelaria, site mais dinâmico e atraente, alteração em uniformes entre outras ações para o desenvolvimento institucional da marca.

“No processo contínuo da reflexão estratégica de nossa entidade, 2005 foi ano de repensar a marca, a maior representação das informações sobre a instituição, pois atesta sua qualidade e agrega valor. É o que a faz especial e única, ou seja, um patrimônio institucional”, afirma Eduardo de Barros Pimentel, presidente da Fundação de Rotarianos de São Paulo, fundada em 1946. A principal mudança foi a criação de uma identidade única para a mantenedora e todas as entidades mantidas, que refletisse os mesmos atributos para todas. Assim, o nome Rio Branco passou a ser utilizado para todas as mantidas, promovendo, segundo Pimentel, grande sinergia e nítida percepção de valor pelo mercado, além de gerar referência de identidade.

“Além disso, a marca foi modernizada, refletindo a vanguarda da fundação como entidade educacional de primeira linha, que sempre evolui com o tempo”, argumenta Célia Dugaich, gerente de marketing. “Acreditamos que a marca rejuvenescida, equilibrada e dinâmica trouxe à instituição maior atratividade, e a ideia de transformação foi transmitida com sucesso, preservando os nossos valores e a nossa história.”

Um dos motivos, em geral, para que uma entidade decline de uma ação de reposicionamento de marca e identidade visual é o impacto que pode haver entre seus *stakeholders*. O temor é por não conseguir transmitir o novo conceito de maneira clara.

Mas, é claro, tudo vai depender das pessoas que estão por trás do desenvolvimento da campanha, da criação da marca, do uso de cores e tipografia.

Segundo Pimentel, a nova identidade institucional da Fundação Rotarianos de São Paulo foi bem recebida por todos os colaboradores e pelas diversas entidades mantidas, pois se reconheceu o esforço realizado, no sentido de unificar mantenedora e entidades mantidas. “A idéia de dinamismo, flexibilidade, movimento e simultaneidade foi transmitida pela nova marca, gerando um movimento de grande repercussão e otimismo com relação à fundação, para os *stakeholders* e toda a comunidade.”

Coragem

Se o reposicionamento de marca já traz todo um estresse para os envolvidos, imagine, então, quando ocorre a criação de um novo nome para uma entidade – gera diversos sentimentos: medo, angústia, desconfiança, receio e dúvidas, muitas dúvidas acerca dos resultados. Foi o caso do Centro de Apoio à Criança Carente com Câncer (CACCC), que em dezembro de 2007 passou a se chamar Casa Ninho. A agência de publicidade Y&R foi quem desenvolveu as ações de reposicionamento da marca.

“A mudança no nome e no logo da instituição acontece para proporcionar uma maior identidade para a organização e de uma maneira que representa todo o trabalho de carinho e acolhimento que a Casa Ninho oferece para as crianças e adolescentes que necessitam dessa assistência”, explica Jaime Gianizella Filho, diretor da entidade. A entidade atua há mais de dez anos no cuidado com as crianças com câncer, propiciando a elas e a seus acompanhantes hospedagem, alimentação, medicação, transporte e acompanhamento de médicos e especialistas aos pacientes, além de assistência educativa, cultural e social.

Para o 2º tesoureiro da Casa Ninho, Marcelo Nodólskis, o projeto visa dar uma identidade mais comercial a um projeto de sucesso que nunca se preocupou em cuidar do marketing. “Esperamos que a nova identidade faça nosso trabalho se tornar mais conhecido, pois queremos conseguir mais parceiros que possibilitem à entidade aumentar suas atividades”, frisa.

Outras entidades do Terceiro Setor também promoveram mudanças e obtiveram sucesso, como a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong),

que tem entre seus objetivos promover o intercâmbio entre as ONGs que buscam a ampliação da cidadania, a constituição e expansão de direitos, a justiça social e a consolidação de uma democracia participativa. No ano 2000, a Abong passou por um processo de renovação de sua identidade visual, a partir da reorganização gráfica de informes e do site. Deu certo, e hoje está colhendo frutos, com a consolidação de sua imagem como agregadora de valores para o TS.

A Inspetoria Nossa Senhora Auxiliadora, coordenada por religiosos salesianos, foi outra entidade que decidiu, em 2003, adotar uma identidade visual que viesse ao encontro de suas necessidades, uma vez que precisava unificar diversas representações espalhadas pelo país, como as 103 comunidades educativo-pastorais – entre escolas, instituições universitárias, obras sociais, oratórios e paróquias.

A verdade é que neste século 21, que será conhecido como a Era da Informação, a adequação a novos padrões estéticos de imagem e de comunicação terá fundamental importância para a sobrevivência das entidades do Terceiro Setor. “O meio é a mensagem”, expressão cunhada no século 20 pelo filósofo e educador canadense Marshall McLuhan, ficou ultrapassada. Nestes dias atuais, com a tremenda exposição às informações a que estamos expostos, é certo dizer que a mensagem é o meio. E as entidades precisam entender isso, pois terão de aprender como, quando e por que se comunicar com seus *stakeholders*. Não adianta ter os canais certos se não houver sabedoria sobre como usá-los. 

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

A evolução de uma marca

Antiga marca



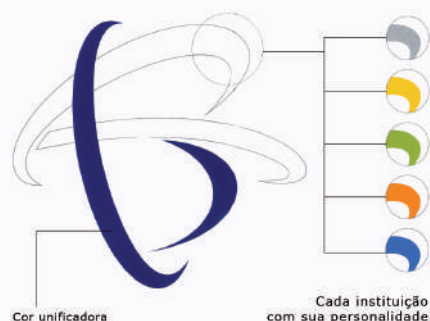
Nova Identidade Visual (Marca-mãe)



Marcas-parentes



Identidade feita pelas cores



Carbono social e captação de recursos

Elaboração de projetos para a comercialização de créditos de carbono

Eduardo Magalhães
magaedu@uol.com.br



Na metodologia de linha de base são determinados os cenários posteriores e anteriores à realização do projeto. Dessa maneira, é possível concluir o benefício proporcionado. Logo, os benefícios devem ser reais, mensuráveis e de longo prazo

Na primeira parte do presente artigo¹, consideramos os fundamentos gerais do Protocolo de Kyoto e sua relação com o funcionamento do recém-criado mercado de carbono; além das várias possibilidades de negócios nesse novíssimo mercado e algumas das mais importantes experiências desenvolvidas no Brasil até o presente momento. Podemos assim sintetizar:

- Na prática, os países industrializados que não conseguirem cumprir com suas metas de redução dos gases do efeito estufa (GEE) podem financiar projetos nos países em desenvolvimento que contribuam para tal propósito.
- Em vários setores da economia é possível criar projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) ou *clean development mechanism* (CDM), que, ao diminuírem a emissão de GEE, podem gerar Reduções Certificadas de Emissões (RCEs)² ou Certified Emission Reductions (CER). Uma RCE é o mesmo que uma tonelada métrica de dióxido de carbono equivalente. Ao final de todo o processo de certificação, são elas que podem ser comercializadas.
- Em nível mundial estão registrados 895 projetos de MDL na área de crédito de carbono³.

Ciclo do projeto (*project cycle*)⁴

Para a elaboração de um projeto de certificação de MDL é necessário o cumprimento de seis etapas, cuja essência é:

- 1) **Elaboração** – Documento de Concepção do Projeto (DCP) ou Project Design Document (PDD).

Fundamentalmente esse documento é composto das seguintes partes:

- a) Descrição geral da atividade do projeto;
- b) Metodologia da linha de base;
- c) Duração da atividade do projeto;
- d) Plano e metodologia de monitoramento;
- e) Cálculo das emissões de GEE⁵;
- f) Impactos ambientais;
- g) Comentários dos parceiros; e
- h) Anexos

- 2) **Validação e aprovação** – Pela autoridade nacional designada (AND) ou *designated national authority* (DNA) do país hospedeiro. A AND no Brasil é a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), sendo constituída pelos seguintes ministérios: Relações Exteriores; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Transportes; Minas e Energia; Planejamento, Orçamento e Gestão; Meio Ambiente; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Casa Civil da Presidência da República; Cidades; e Fazenda. É necessário que essa comissão aprove o DCP. No Brasil, esta comissão já validou e aprovou 171 projetos.

Em seguida, o DCP deve ser encaminhado para validação e a aprovação por uma entidade operacional designada (EOD) ou *designated operational entity* (DOE) selecionada pelos participantes do projeto. Para isso, a EOD deve verificar se no DCP foram cumpridos os seguintes requisitos:

- a) É voluntário e foi aprovado pelo país hospedeiro.
- b) Atende aos critérios de elegibilidade.
- c) Há adicionalidade (*additionality*) – se há realmente uma redução adicional

de emissão de GEE. Isso pode ser verificado a partir da linha de base (*baseline*). Na metodologia de linha de base são determinados os cenários posteriores e anteriores à realização do projeto. Dessa maneira, é possível concluir o benefício proporcionado. Logo, os benefícios devem ser reais, mensuráveis e de longo prazo.

- d) Fugas (*leakage*). Caso o próprio projeto de MDL seja responsável pela emissão de GEE. Se ocorrer, essa quantidade deve ser subtraída do total de RCEs adquiridos com o projeto. Logo, os RCEs recebidos são aqueles referentes à quantidade líquida de GEE não emitidos.
 - e) O projeto teve como referência a legislação ambiental nacional (país hospedeiro).
 - f) Determinação do período de obtenção dos créditos.
- 3) **Registro** – O próximo passo é o registro pelo Conselho Executivo do MDL ou CDM Executive Board. Nessa terceira etapa do Ciclo do Projeto, o Conselho Executivo do MDL reconhece formalmente o projeto de MDL. O registro é um pré-requisito para verificação, certificação e emissão das RCEs.
- 4) **Monitoramento** – A partir dos cenários estabelecidos na linha de base, nessa quarta etapa do ciclo de projeto é elaborado um plano de monitoramento que deve fazer parte do DCP. Faz-se, então, o cálculo da diminuição das emissões de GEE e/ou aumento do seqüestro de carbono para que o cumprimento possa ser monitorado. Essa fase possibilita que os resultados sejam medidos. Relatórios são produzidos e enviados para a EOD.
- 5) **Verificação e certificação** – Com os relatórios recebidos, a EOD procede a auditoria de modo independente e periódico para verificar se os cálculos informados no DCP em relação à redução/seqüestro realmente ocorreram ou estão ocorrendo. Ao constatar as reduções e/ou seqüestros realmente ocorridos, a EOD formalmente atesta a diminuição da emissão de GEE, 15 dias após ter recebido os relatórios de verificação.
- 6) **Emissão de RCEs** – Sexta e última etapa do processo. Sendo provado que

todas as fases foram corretamente realizadas, e que as reduções/seqüestros são verdadeiros (ocorridas ou ocorrendo), mensuráveis e de longo prazo, as RCEs podem ser emitidas. Até 15 dias após o recebimento formal da solicitação de emissão das RCEs, juntamente com a certificação, o Conselho Executivo do MDL emite as RCEs, que podem ser vendidas diretamente para organizações interessadas ou comercializadas na bolsa de valores.

Comercialização e financiamento

As RCEs podem ser vendidas diretamente para empresas interessadas em cumprir suas metas de redução de GEE ou comercializadas no Mercado Brasileiro de Reduções de Emissões (MBRE)⁶ da Bolsa de Mercadorias & Futuros por meio de leilões. Os possíveis compradores diretos não são somente as empresas que possuem meta de redução, mas também capitalistas de risco, investidores em geral e fundos; nesses dois últimos casos, tanto privados como públicos, que desejam utilizar as RCEs como aplicação. Esses compradores não só podem imediatamente vendê-las no mercado como também retirá-las momentaneamente do mesmo ou guardá-las para cumprimento de futuras metas de redução.

Um dos fundos de apoio para projetos de MDL é o Fundo Protótipo de Carbono (FPC) ou Prototype Carbon Fund (PCF), criado em 1999 pelo Bird. É composto por seis governos nacionais: Holanda, Finlândia, Suécia, Noruega, Canadá, Japão; e 17 empresas, entre elas o Deutsche Bank e a Mitsubishi. Com capital total de US\$ 180 milhões, a missão do fundo é desenvolver o mercado de projetos baseados em redução de emissão de GEE e estimular o desenvolvimento sustentável. Existem também outros fundos, como dos Países Baixos, Espanha, Dinamarca, entre outros.

Outro grande financiador de projetos de MDL é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com orçamento de R\$ 200 milhões e prazo de vigência até 31 de dezembro de 2009, o programa do BNDES realiza aplicações em fundos de empresas que utilizam tecnologias limpas.

Há também o instrumento da venda antecipada, isto é, antes da emissão propriamente dita dos RCEs ou ainda antes mesmo da própria efetivação do projeto de MDL.

Aspectos jurídicos e tributários

Não há uma legislação única que trate das RCEs, tanto no que se refere à sua natureza jurídica como nos aspectos tributários. As normas que abordam o assunto encontram-se dispersas. Essa incerteza deve-se ao fato de ser uma novidade sobre a qual ainda não foi possível acúmulo suficiente de estudos, inclusive no enfoque jurídico. Mesmo havendo dúvidas, pode-se qualificá-las como bens incorpóreos ou intangíveis.

No caso de pessoa física que ganhe capital com a venda de RCEs, incorrerá o imposto de renda. Sendo pessoa jurídica com fins lucrativos, poderá haver ainda aumento da CSLL, do PISP/Pasep e da Cofins acometidos sobre o que possivelmente tenha se lucrado.

Projeto de Pequena Escala (*Small Scale Project Activities*)

Semelhante aos grandes projetos de MDL, os de pequena escala se diferenciam somente por serem menores. Portanto, apesar de obviamente gerarem quantidade menor de RCEs, tornam-se mais rápidos de serem elaborados, ocasionando assim custos menores em todo o processo. São classificados como projetos de pequena escala, por exemplo, as atividades que emitam diretamente menos do que 15 mil toneladas equivalentes de dióxido de carbono por ano.

Enfim, o mercado de crédito de carbono é certamente o mais promissor na área ambiental e um dos mais importantes no mercado de capitais da atualidade. Tudo isso com o diferencial de ser altamente lucrativo, além de poder sensivelmente contribuir para a manutenção do meio ambiente e a inclusão social.

¹ REVISTA FILANTROPIA EDIÇÃO 32.

² OU CERTIFICADOS DE EMISSÕES REDUZIDAS (CERs), CONFORME UTILIZAMOS NA PRIMEIRA PARTE DESTA ARTIGO.

³ DADO REFERENTE ATÉ O DIA 8 DE JANEIRO DE 2008.

⁴ O IDIOMA OFICIAL É O INGLÊS PARA TODO O CICLO DO PROJETO DE MDL.

⁵ A REFERÊNCIA PARA TAIS CÁLCULOS ESTÁ NO ÍNDICE DO GLOBAL WARMING POTENCIAL (GWVP) OU POTENCIAL DE AQUECIMENTO GLOBAL. O ÍNDICE É DIVULGADO PELO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA (IPCC).

⁶ RESULTADO DE PARCERIA ENTRE A BM&F E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

Eduardo Magalhães. Sociólogo, ensaísta, professor e consultor para o Terceiro Setor. Diretor da ONG Saúde e Cidadania e da empresa Escola para o Terceiro Setor, membro da International Society for Third-Sector Research (ISTR) e coordenador nacional de projetos da Building and Wood Workers' International (BWWI).

Comprovação de registro no CMAS: burocracia ou solução?

As entidades sociais devem observar todos os requisitos e tomar alguns cuidados na hora de solicitar registro no Conselho Municipal de Assistência Social

Tatiana Magosso Evangelista
tatiana@mbiasoli.com.br



Para usufruírem os direitos que lhes foram conferidos, seja pela Constituição Federal ou pela legislação pertinente, as entidades que compõem o Terceiro Setor enfrentam tortuosos caminhos. A burocracia para que as mesmas façam jus aos seus direitos está em plena expansão nos últimos tempos. Atualmente, a cada novo ato da entidade, a qual se prepara com toda a documentação antes exigida, resulta em uma surpresa, pois uma nova exigência desconhecida torna-se imprescindível para a conclusão do ato.

O tema burocracia sempre deve ser levantado, uma vez que é fundamental que seja analisado se tantas exigências são benéficas ou impeditivas do exercício de algum direito. Neste artigo, destacamos a necessidade do registro das entidades nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS).

O CMAS possui finalidades diversas, como aprovar a Política Municipal de Assistência Social; normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social no âmbito municipal; inscrever as organizações de assistência social para fins de funcionamento; fiscalizar as mesmas de acordo com diretrizes e normas a serem estabelecidas pelo Plenário por meio de resolução; e regulamentar a concessão e o valor dos benefícios eventuais previstos no art. 22 da lei federal nº 8.742/93 (Loas), mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Para que sejam registradas em tal Conselho, as entidades sociais devem observar todos os requisitos fixados e tomar

alguns cuidados, uma vez que as mantenedoras deverão fazer a inscrição no CMAS do município onde estiver localizada sua sede. Caso tal sede funcione apenas como escritório administrativo, sem assumir funções precípua da área de assistência social, deverá se inscrever no CMAS respectivo ao qual desenvolve suas atividades.

Quando não houver CMAS, as entidades, então, deverão ser inscritas no Conselho Estadual de Assistência Social. A organização com atuação em mais de um município no mesmo estado, ou em mais de um estado ou no Distrito Federal, fará sua inscrição no CMAS do município de sua sede e no Conselho Estadual apresentando a relação de suas filiais.

Funcionamento das entidades

Conforme já mencionado, o CMAS possui como uma de suas finalidades a inscrição das entidades de assistência social para fins de funcionamento. A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) estabelece em seu artigo 9º: “O funcionamento das organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso”.

Assim, a entidade de assistência social – apesar de que mesmo aquelas que possuem como finalidade saúde e educação também podem, em regra, obter o registro no CMAS –, só terá seu funcionamento como legítimo se obtiver registro no CMAS de seu município. Entretanto, diante da burocracia enfrentada, os requisitos exigidos para tanto devem ser restritamente observados. Com isso, uma entidade que não preenche os requisitos para ser registrada no CMAS deve reavaliar sua atuação.



Para que uma exigência tenha eficácia normativa e possa ser cobrada pelos cartórios, é certo que a mesma deve possuir legislação que assim a regule

Entretanto, temos enfrentado diversos problemas referentes à ausência de tal inscrição, resultado da burocracia demasiada que assola as entidades.

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Assim que é criada uma entidade, a mesma deve ter seu estatuto social inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, para, assim, obter sua personalidade jurídica – uma vez que a existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos. Todas as alterações posteriores no estatuto social deverão ser averbadas junto ao mesmo cartório.

Entretanto, ao tentarem promover o registro e arquivamento das atas correspondentes às alterações estatutárias, especificamente, as entidades estão se deparando com nova exigência: a imposição por alguns cartórios da comprovação de que estão inscritas junto ao CMAS, sob pena de não averbarem as alterações.

Tal exigência, assomada a tantas outras que englobam a burocracia atual, contraria o disposto no Código Civil e na lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), que fixa diversos requisitos para se registrar um estatuto social, bem como fixa que caberá a negativa do registro e emissão de exigência apenas nos casos em que o objeto ou circunstâncias relevantes indiquem destino ou atividades ilícitas ou contrárias, nocivas ou perigosas ao bem público, à segurança do Estado e da

coletividade, à ordem pública ou social, à moral e aos bons costumes.

Não existe na legislação pátria previsão condicionando o registro no CMAS para que seja feita averbação de alteração estatutária. O CMAS regula o funcionamento das entidades, enquanto que ao cartório compete a prática de ato público referente à personificação jurídica da entidade, como as regulares averbações das alterações estatutárias.

Normas de Serviço

É certo que os cartórios possuem normas de serviços expedidas pela Corregedoria Geral de Justiça de cada estado. Entretanto, tais normas não podem contrariar o disposto em lei, muito menos exigir o que a lei não exige. Sendo assim, as entidades não podem aceitar que os cartórios, em ato unilateral, sob argumento de que tal exigência se dá em decorrência de Norma de Serviço, negue a averbação requerida, apesar de terem sido cumpridos e comprovados todos os requisitos legais.

Ainda mais quando a própria Norma de Serviço regula o seguinte: “Compete aos oficiais do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, independentemente de despacho judicial: (...) averbar, nas respectivas inscrições e matrículas, todas as alterações supervenientes que importarem em modificações das circunstâncias constantes do registro, atendidas as diligências das leis especiais em vigor” (provimento nº 58/89).

Além disso, para que uma exigência tenha eficácia normativa e possa ser cobrada pelos cartórios, é certo que a mesma deve possuir legislação que assim a regule, como é o caso da lei nº 6.839/80, que fixa: “O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros”.

Portanto, surge mais uma exigência a ser observada pelas entidades, que não encontra previsão legal. Razão pela qual não pode ser exigida.

Conclusão

As entidades, por certo, não podem esmorecer diante de todos os obstáculos que lhe são impostos. Para que possam fazer jus a seus direitos, devem ter como premissa a total regularidade de seus atos e a observância à legislação pertinente.

O registro no CMAS é uma exigência para o funcionamento da entidade, e não requisito para registro/averbação realizado junto ao cartório. Trata-se de matérias distintas. A alteração estatutária é um ato inerente a qualquer entidade, uma vez que a mesma deve se adequar às inovações e exigências legais, não podendo os cartórios de registro civil de pessoas jurídicas deixarem de cumprir o disposto em lei – sendo que a lei não exige, para a averbação de alteração estatutária, o registro no CMAS. 

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada da M. Biasoli Advogados Associados, graduada pela PUC-SP, especialização em Direito do Terceiro Setor pela FGV-SP e pós-graduanda em Direito Processual Tributário na PUC-SP.

Responsabilidade social, sustentabilidade e marketing social com Fernando Credidio

As principais demandas do mundo corporativo, desmitificadas em palestras e cursos ministrados por um dos mais conceituados profissionais do setor

- ▶ Responsabilidade social, sustentabilidade & marketing social: conceitos e papéis;
- ▶ Sustentabilidade faz parte do negócio;
- ▶ O papel da responsabilidade social e da sustentabilidade no posicionamento de marca e na estratégia corporativa;
- ▶ Os desafios de comunicar as ações de sustentabilidade e responsabilidade social;
 - ▶ Como estruturar programas de investimento social e voluntariado corporativo;
 - ▶ Marketing relacionado a causas: uma ação de ganha-ganha;
 - ▶ Comunicação & marketing na área socioambiental;
 - ▶ Como transformar sua organização em notícia;
 - ▶ Dinheiro para sua causa.

Saiba mais sobre Fernando Credidio, acessando os blogs **Cidadania.corp** (<http://rsempresarial.spaces.live.com>) e **Futuro Sustentável** (<http://futurosustentavel.spaces.live.com>)

cel.: (11) 8200-7159 | e-mail: fernando.credidio@futurosustentavel.org.br

**PALESTRAS
E CURSOS
IN
COMPANY**

*Outros
temas sob
consulta



Organização jurídica e administrativa de entidades religiosas e beneficentes de assistência social

Sergio Roberto Monello
atendimento@sergiomonello.com.br



Em nossos dias, muito se discute se uma organização religiosa deve ou não manter atividades filantrópicas e de assistência social. O ideal é que as atividades religiosas sejam cuidadas, coordenadas e dirigidas por uma entidade eminentemente religiosa. Da mesma maneira, as atividades de entidade de assistência social devem ser cuidadas, coordenadas e dirigidas por uma entidade eminentemente de assistência social. O importante é que não haja uma única organização mantendo as atividades religiosas e assistenciais.

Se as atividades tanto religiosa como de assistência social são coordenadas por membros religiosos, a separação de atividades não impede que haja diretrizes únicas, uniformes, a serem observadas tanto na organização religiosa como na entidade beneficente de assistência social, consoante ao seu carisma, postulados e preceitos religiosos, tendo em vista manter a unidade de seus membros e o respeito aos seus princípios.

A organização jurídica e administrativa das entidades mantenedoras de atividades religiosas e beneficentes de assistência social se constitui em discussão antiga. Vários são os posicionamentos quanto ao assunto, como a seguir:

1. Manter uma única entidade, centralizando em si suas atividades religiosas e beneficentes de assistência social, por meio de suas filiais, departamentos e setores e/ou núcleos de atividades;
2. Manter várias pessoas jurídicas de modo segregado, por atividade, assumindo cada uma delas suas próprias ações, sejam elas de assistência religiosa, educacional, à saúde ou assistência social. Cada uma deve ser coordenada por si, com observância e obediência às diretrizes norteadoras comuns a todas as pessoas jurídicas;
3. Manter uma organização religiosa e tantas pessoas jurídicas quanto são as atividades existentes, vinculadas estatutariamente entre si e por diretrizes administrativas comuns a todas as entidades. Para que essa organização jurídica e administrativa possa ocorrer, deve-se proceder à cisão/desmembramento da entidade existente, criando-se outra pessoa jurídica e transferindo para a entidade criada/desmembrada os bens e direitos, necessários ao atendimento de suas finalidades institucionais e às suas atividades;
4. Proceda-se a simples criação de uma organização religiosa ou de entidade beneficente de assistência social, conforme a situação vivida pela organização então existente. Ou seja, se a existente é a religiosa, cria-se a entidade beneficente de assistência social; e vice-versa.

Várias outras modalidades existem para se resolver a situação. Na organização jurídica civil e administrativa de cada entidade deve-se fazer concretizar o carisma, os princípios, os postulados e as diretrizes do Direito Religioso Próprio. O que não se deve esquecer é que todos os bens e direitos dessas entidades, constituídas por religiosos, são bens e direitos da Igreja, vinculados à sua missão, seu carisma, seus princípios e postulados.

Portanto, todos os bens e direitos dessas entidades, vinculados a grupos religiosos, devem ter segurança e estabilidade patrimonial, administrativa e jurídica, porque são destinados à sua missão e, conseqüentemente, se caracterizam em bens e direitos destinados e vinculados a serviço, promoção, proteção e defesa do povo de Deus. É importante destacar que o estatuto social deve estar perfeitamente adequado ao Direito Civil e ao Direito Religioso.

A entidade beneficente de assistência social deve, em princípio, ser portadora de todas as certificações e qualificações possíveis, que lhe assegurem o reconhecimento de sua idoneidade. Este reconhecimento se dá por meio das Utilidades Públicas, do registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e na posse do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Ceas).

Já a organização religiosa deve ser estruturada e constituída em conformidade com o seu Direito Próprio, reconhecida como tal pelo Direito Civil. A sua sustentabilidade se dá pelas suas ações religiosas, pastorais, ministeriais, patrimoniais e outras. Destaca-se, ainda, que não existe qualquer impedimento quanto à organização religiosa desenvolver atividades de assistência social e praticar a filantropia, visto que tais atividades e práticas são inerentes também à sua condição existencial. O que deve ficar claro é o desenvolvimento preponderante de suas finalidades religiosas.

Em conclusão, o ideal é sempre existir, de maneira bem distinta e separada, a organização religiosa e a entidade beneficente de assistência social. 

Sergio Roberto Monello. Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

O caminho das pedras

A path of blue stones, varying in size and shape, winds from the top right towards the bottom left, curving around the central text blocks.

Apostar em um futuro melhor é mais que um ideal. Desde 1975 que a Audicoplan acredita nos valores de nossos clientes e parceiros, apostando em soluções eficientes de gestão para o terceiro setor. Estratégias que transformam ideais em idéias e idéias em ações.

Melhorando o desenvolvimento organizacional de nossos clientes, cuidando da aproximação com os outros setores, firmando parcerias, aperfeiçoando processos e reduzindo custos.

Para atingir seus objetivos com segurança é necessário ter um planejamento estratégico sólido e eficaz, que atue em compasso com os novos caminhos do mundo.

Visite o site

www.audicoplan.com.br

e saiba mais sobre os serviços que a Audicoplan oferece ao Terceiro Setor.

Apontar novas direções faz parte do nosso caminhar, é a nossa contribuição para um mundo melhor.

Rua Ezequiel Freire, 55, 8º andar
Santana | São Paulo | CEP 02034-000
Tel.: 11 6959-9831



audicoplan

RH: da fofoca ao caos total

Gestores de entidades sociais precisam ter “jogo de cintura” para administrar toda a sorte de situações que envolvem seus colaboradores

Por Luciano Guimarães

A gestão de recursos humanos em uma instituição do Terceiro Setor, empresa ou entidade de classe tem o mesmo papel estrutural e funcional: adquirir, desenvolver, usar e reter os colaboradores. Dentro do círculo administrativo, por suas características próprias, é uma das áreas mais difíceis de conduzir.

O dia-a-dia do relacionamento entre pessoas precisa ser muito bem gerido, pois qualquer fagulha pode causar um incêndio de enormes proporções ou aumentar as chamas de qualquer fogueira de vaidades. De intrigas e fofocas entre colegas que não se suportam à otimização da mão-de-obra quando se detectam subutilização da capacidade do colaborador; estes são apenas exemplos de problemas que podem surgir.

Os gestores de RH procuram lidar com as dificuldades da melhor maneira possível, mas nem sempre é fácil. Imagine que cada colaborador é um microcosmo dentro de um universo maior – a organização a qual pertence, independente do setor da sociedade em que esteja inserida.

“É preciso conhecer a cultura organizacional da empresa ou entidade em questão, sabendo quais são os valores dessa organização e de seus empregados. Será que estão adequados e alinhados com os objetivos?”, exemplifica Ralph Chelotti, presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Nacional).

Segundo ele, os gestores devem avaliar se as competências básicas, principais e essenciais estão compatíveis com o nível de excelência da organização, considerando o empenho, desempenho e resultado

esperados dos colaboradores. Em outras palavras, é aproveitar ao máximo o potencial de cada um em benefício da organização. “Trilhar esse caminho facilita a gestão de competências e a busca de alternativas para aumentar o nível de exigência da organização”, argumenta.

Do amadorismo ao profissional

No Terceiro Setor, as instituições de renome já profissionalizaram esse setor, seguindo a linha empresarial. As outras entidades, tanto as que já iniciaram o processo de transformação de seus RHs quanto as que ainda atuam de maneira amadora, se “viram” para melhor administrar as competências de seus colaboradores.

Para atingir as metas desejadas, os gestores têm de tomar decisões rápidas e duras, se preciso. Mas, atenção: evite tornar-se um general, uma presença ameaçadora ao RH. Também não se pode fazer o perfil “amigão”, pois a proximidade pode comprometer a hierarquia. O ideal para o gestor de RH é antecipar-se a uma situação. Um exemplo é a realocação de pessoal, que pode ser traumática tanto para quem chega quanto para os futuros companheiros. É importante verificar, antes, se o colega tem algum tipo de atrito com seus futuros companheiros e se suas qualificações e aspirações profissionais estão em sintonia com a nova função.

Já no quesito funcional do RH, as entidades do Terceiro Setor de menor porte, mesmo que em sua maioria trabalhem de maneira mais amadora, costumam levar vantagem em relação às maiores – que têm



“O trabalho de gestão da mão-de-obra é feito regionalmente, mas as decisões finais seguem linhas básicas já delineadas por um conselho de curadores, criado para integrar processos, identificar problemas e encontrar soluções”

Victor Patiri, consultor de projetos da Fundação Pró-Tamar

infra-estrutura mais descentralizada —, uma vez que os gestores estão mais próximos dos colaboradores e têm chances de visualizar barreiras ao desenvolvimento das atividades. Mas essa vantagem pára por aí.

O ponto negativo mais comum nas entidades do Terceiro Setor é o mau uso da capacidade de um colaborador em determinada tarefa, em que ele não é tão habilidoso quanto outro funcionário. O atrito entre colegas fica em segundo plano, pois as pessoas que atuam nas ONGs estão imbuídas com um mesmo sentimento em relação aos objetivos e missão das entidades.

A dica para que as entidades possam se sair bem das dificuldades vale para todos os setores da sociedade: transparência. É o que faz o Instituto Ecoar para a Cidadania, instituição fundada em 1992 e sediada em São Paulo, voltada para a preservação do meio ambiente, que conta com cerca de cem colaboradores, entre funcionários, voluntários e parceiros.

“Trabalhamos em um sistema democrático, participativo e com a perspectiva de gerar consenso em torno das questões mais importantes. Quando há alguma divergência mais séria, a coordenação media o conflito e intervém se necessário”, explica Miriam Duailibi, coordenadora geral da entidade.

Mesmo tendo desenvolvido e expandido suas atividades, o Instituto Ecoar ainda consegue, de acordo com sua gestora, perceber as dificuldades existentes a tempo. “Costumamos conversar com o coordenador da

área ou do departamento, para saber o que está acontecendo, e propomos ajuda. Caso o problema não se resolva, realocamos pessoas. Não temos dificuldades com esse processo porque sempre o fazemos de comum acordo com todos os envolvidos”, salienta.

Integração entre colaboradores

A gestão das competências dos colaboradores também pode sofrer com erros de avaliação de quem está no comando. Acima de tudo, o gestor precisa evitar ao máximo que haja reflexos negativos no desempenho da organização. A integração entre os colaboradores é o objetivo a ser alcançado.

“Basicamente, isso acontece quando não há equipes integradas com a estratégia da empresa ou da entidade, estando totalmente sem sincronismo com as metas da organização. Este fato é o maior desagregador de valor que se pode haver. Ou seja, pessoas e equipes inteiramente desintegradas, não engajadas e totalmente sem compromisso com a superação dos resultados”, argumenta Chelloti, da ABRH-Nacional.

Na Fundação Centro Brasileiro de Proteção e Pesquisas das Tartarugas Marinhas (Fundação Pró-Tamar), a grande estrutura que envolve 1.200 colaboradores — dos quais 425 contratados via CLT, sendo que os demais são remunerados e atuam em projetos locais de desenvolvimento fomentados pela ONG — não atrapalha a gestão de competências, segundo Victor Patiri, consultor de projetos da entidade.

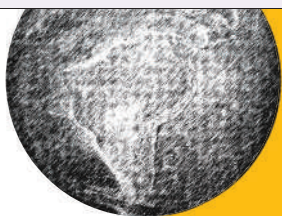
A Pró-Tamar tem 23 estações-base em nove estados, nos principais lugares de reprodução das tartarugas marinhas e, por isso, trabalha com mão-de-obra das próprias comunidades locais, que passam por treinamento. Ao todo, são oito coordenações regionais, o que mostra uma descentralização estrutural.

“O trabalho de gestão da mão-de-obra é feito regionalmente, mas as decisões finais seguem linhas básicas já delineadas por um conselho de curadores, criado para integrar processos, identificar problemas e encontrar soluções”, frisa Patiri.

Basicamente, o RH da fundação é formado por gente que cresceu juntamente com a entidade, ao longo de mais de duas décadas, passando por várias etapas dentro da estrutura organizacional. A grande vantagem é que os colaboradores conhecem a fundo a missão da entidade, e isso ajuda no relacionamento entre todos.

Mas, e quando há choques internos entre departamentos ou entre níveis hierárquicos? Como contornar a situação? “Procura-se o consenso ou, no mínimo, um acordo comum. Caso a divergência prossiga, cabe à diretoria estabelecer o que vai ser feito, qual o caminho que deverá ser tomado”, explica Miriam Duailibi, do Instituto Ecoar.

Sim, a idéia acima é uma boa alternativa: esgotar todas as maneiras de resolução do problema, com muito diálogo, pois gerir competências nesse mercado competitivo é tarefa árdua até para o melhor dos gestores de RH. 



Nova central de assinantes

Revista

filantropia



(11) 2978-6686

assinaturas@revistafilantropia.com.br

Atualize seus dados pelo site

WWW.REVISTAFILANTROPIA.COM.BR

Calendário Contábil 2008

MARÇO

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em fevereiro/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de fevereiro/08
	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/08
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a janeiro/08
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência fevereiro/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
10	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/08
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência fevereiro/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
15	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência fevereiro/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 28/2/08
20	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em fevereiro/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em fevereiro/08
28	Rais	Prazo final para entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ano-base 2007. Devem declarar a Rais todo estabelecimento inscrito no CNPJ, com ou sem empregados, além do estabelecimento de pessoa física com empregados
31	Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa	Entrega da Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa, relativa ao ano-calendário de 2007
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em dezembro/08
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/3/08

ABRIL

DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em março/08
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de março/08
	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/08
	Dacon mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada a entregar a DCTF mensal referente a fevereiro/08
	DCTF semestral	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente ao 2º semestre de 2007
10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência março/08, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em março/08
15	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência março/08 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência março/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/3/08
	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/08
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/08
30	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/08
	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15/4/08
	Relatório anual	Apresentação, pela pessoa jurídica de direito privado beneficente de assistência social, do relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior à Gerência Regional do INSS jurisdicionante de sua sede

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até			
-	R\$ 868,29	8%		8%
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9%		9%
R\$ 1.447,15	R\$ 2.894,28	11%		11%
2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)				
Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R\$ 868,29	8%	12%	20%
R\$ 868,30	R\$ 1.447,14	9%	12%	21%
3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição				
4 – Salário-mínimo				
Período		Valor		
abril/03 a abril/04		R\$ 240		
maio/04 a abril/05		R\$ 260		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
abril/06 a março de 07		R\$ 350		
a partir de abril/07		R\$ 380		
5 – Salário-família				
Remuneração		Valor		
até R\$ 435,56		R\$ 22,34		
de R\$ 435,56 até R\$ 654,67		R\$ 15,74		
IR – Fonte e Camê Leão (2007)				
Base de cálculo mensal		Alíquota	Parcela a deduzir	
até R\$ 1.372,81		-	isento	
acima de R\$ 1.372,82 até R\$ 2.743,25		15%	R\$ 205,92	
acima de R\$ 2.743,25		27,50%	R\$ 548,82	

Deduções admitidas:

- Por dependente, o valor de R\$ 137,99 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.372,81 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Perguntas do Terceiro Setor

O bloqueio judicial pode ocorrer em conta de entidades sociais? E quanto às pessoas físicas?

As entidades do Terceiro Setor, quando executadas em execução judicial, podem, sim, ter suas contas bloqueadas, após determinação judicial. Sendo assim, é fundamental que as organizações fiquem atentas para evitar que tal ato se concretize. No caso de pessoas físicas, se a conta bancária não se destina unicamente ao depósito de salário, recebendo também créditos de outras origens, a mesma poderá sofrer bloqueio judicial em execução, desde que se preserve o valor do salário depositado. É esse o recente entendimento da 7ª Turma do TRF-MG, que manteve o bloqueio de conta-corrente do executado para posterior penhora do crédito devido ao reclamante, preservando somente o valor lá depositado a título de salário. A lei proíbe unicamente a penhora de salário.

O recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes da Receita Federal é prejudicial para as organizações do Terceiro Setor?

O recurso de ofício é a obrigação legal de recorrer em instância superior em processos envolvendo órgãos públicos. Não apenas as entidades do Terceiro Setor, mas empresas também são prejudicadas pela interposição de tais recursos – em razão do elevado estoque de processos na instância superior administrativa – uma vez que o mesmo auxilia para a morosidade em uma solução. Entretanto, a portaria nº 3, divulgada recentemente no Diário Oficial da União, limitou o uso do recurso de ofício nas ações administrativas, determinando que a turma de julgamento da Delegacia da Receita Federal somente usará o recurso de ofício em decisões desfavoráveis ao órgão e que envolvam o pagamento de tributos e encargos de multa em valor superior a R\$ 1 milhão. Até então, o limite estabelecido era de R\$ 500 mil para se recorrer com ofício ao Conselho de Contribuintes da Receita Federal, instância superior administrativa. Segundo informação da Receita Federal, os processos da faixa atualizada – entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão – representam apenas 10% dos processos com recursos de ofício.

Entidades tomadoras de serviços possuem responsabilidade pelos prestadores?

As entidades do Terceiro Setor muitas vezes optam por contratar empresas para a prestação de serviços, uma vez que não serão responsáveis, especialmente, pelos encargos trabalhistas. Entretanto, em recente decisão, uma instituição foi condenada a também ficar responsável pelo pagamento de indenização substitutiva caso a empregadora não cumprisse a obrigação de entregar à reclamante as guias de seguro-desemprego e o Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho; situação em que o servidor não conseguiria os benefícios, como seguro-desemprego e FGTS, por culpa da empresa. A instituição sustentou em seu recurso que a entrega das guias consiste em obrigação personalíssima, impossível de ser cumprida por pessoa diversa daquela que se obrigou, no caso a real empregadora da reclamante. Entretanto, a súmula nº 331 do TST, que trata da terceirização e responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, não faz qualquer distinção sobre o tipo de obrigação trabalhista inadimplida ou sobre o grau de participação do tomador de serviços, responsável subsidiário. Portanto, mais uma vez as entidades devem exigir das empresas prestadoras de serviços a comprovação do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, para que futuramente não sejam condenadas.

Um doador pode solicitar a devolução do bem ou capital cedido a uma organização social?

Em recente julgamento, uma organização religiosa foi condenada a pagar indenização por danos morais e a devolver o carro de uma fiel que, fragilizada com a perda do marido e com o pedido da filha, fez a

doação à entidade. Desta sentença ainda cabe recurso, no entanto, a mesma ilustra uma situação que pode ser enfrentada pelas entidades. Na ação, a autora alegou que sofreu pressão de representantes do templo que freqüentava e que sua filha a convenceu a doar o carro com a promessa de receber em dobro. Ao perceber o erro e tentar reaver o veículo, a viúva teria sido maltratada, agredida fisicamente e exposta à humilhação por integrantes do templo. De acordo com a reclamante, a morte do marido, em janeiro de 2005, causou depressão na sua filha, que buscou apoio espiritual na organização religiosa e passou a ser pressionada a fazer doações exacerbadas. Na decisão, o juiz determinou que o veículo fosse restituído à reclamante imediatamente e que fossem pagos valores referentes a lucros cessantes, depreciação e desgastes do carro, bem como reparação de R\$ 10 mil por danos morais. Com relação aos danos morais, ficou comprovado, por meio de farta prova testemunhal, que a viúva tentou reaver o veículo com a igreja e, na ocasião, foi extremamente maltratada e agredida; o que configuraria tal dano.

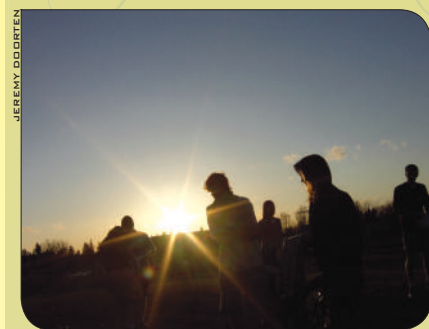
Quais são as novas normas para o Terceiro Setor estabelecidas pelo decreto nº 6.308/07?

O decreto presidencial nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, fixou novas normas a serem atendidas pelas entidades de assistência social de que trata o art. 3º da lei nº 8.742/93 (Loas). O decreto regula que as organizações somente serão consideradas como de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público-alvo, em consonância com as disposições da Loas. Ainda, fixa como características essenciais: realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, na forma do decreto; garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; e ter finalidade pública e transparência nas suas ações. Observados os termos da Loas e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18 da referida lei, podem ser ainda isolada ou cumulativamente: a) de atendimento: benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal; b) de assessoramento: fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social; e c) de defesa e garantia de direitos: defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social. O prazo para as entidades requererem inscrição nos Conselhos de Assistência Social municipais ou do Distrito Federal é de 12 meses, ou seja, até dezembro de 2008.

As entidades que possuem como finalidade a saúde já podem observar a nova tabela unificada do SUS?

Diversas mudanças foram promovidas no sistema de gestão hospitalar MV 2000i para a implantação da nova Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS), conhecida como Tabela Unificada do SUS, em substituição às Tabelas de Procedimentos dos Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar (SIA e SIH). A Tabela Unificada do SUS foi instituída pela portaria MS nº 321, de 8 de fevereiro de 2007, e passa a valer a partir da competência janeiro de 2008. A tabela visa evitar que um mesmo procedimento, conforme a modalidade do atendimento ambulatorial ou hospitalar, tenha distintos registros. Os profissionais dos hospitais que atuam nos setores de faturamento, atendimento, centro cirúrgico e prescrição precisam conhecer, em detalhes, as exigências impostas pela adoção da nova tabela. Portanto, as entidades que promovem a saúde devem se adequar às alterações, evitando que problemas sejam enfrentados posteriormente.

Rápidas legais e contábeis



Parceiros da Juventude

O ministro do Trabalho e Emprego determinou a criação de um selo de responsabilidade social denominado "Parceiros da Juventude", que poderá ser concedido às entidades sociais, empresas, entidades governamentais e outras instituições que atuem em parceria com o MTE no desenvolvimento de ações que envolvam formação, qualificação, preparação e inserção de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. O selo será encaminhado por meio eletrônico, acompanhado de ofício e certificado assinados pela autoridade competente do MTE. Caberá ao ministério avaliar a possibilidade de rever a concessão do selo nos casos em que tenha conhecimento de fatos que contrariem a proposta de certificação por responsabilidade social.

www.mte.gov.br

Causa trabalhista 1

As empresas que contratam trabalhadores terceirizados podem enfrentar um maior volume de demandas judiciais e arcar com maiores custos por causa delas. A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Câmara dos Deputados, aprovou o projeto de lei nº 3.132/04, que estabelece que as empresas contratantes de serviços terceirizáveis serão responsáveis solidariamente pelo descumprimento de obrigações trabalhistas pelas empresas prestadoras de serviços. O PL está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa para avaliação de sua constitucionalidade. Como o PL é de caráter conclusivo, ao ser aprovado pela CCJ, seguirá automaticamente para o Senado, sem precisar passar pelo plenário da Câmara.

Causa trabalhista 2

A responsabilidade solidária só é adotada pelos tribunais se a terceirização é ilícita, quando há vínculo direto – com subordinação e pessoalidade – entre o trabalhador e o tomador de serviço. Em terceirização lícita, muito comum em relação a serviços de limpeza e segurança, por exemplo, caso o prestador não pague as obrigações trabalhistas ao funcionário, o tomador é chamado para responder pelo pagamento imposto pelo juiz subsidiariamente. As obrigações trabalhistas são, entre outras, a contribuição ao INSS e ao FGTS.

www.camara.gov.br

Débitos federais 1

A portaria conjunta nº 6, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), de 17 de dezembro de 2007, beneficiou as pessoas jurídicas de direito privado mantenedoras de instituições de ensino superior que possuem débitos com esses dois órgãos. Os débitos relativos aos tributos administrados pela RFB, com vencimento até 31 de dezembro de 2006, poderão ser parcelados em até 120 parcelas mensais e sucessivas, por opção da entidade mantenedora.

Débitos federais 2

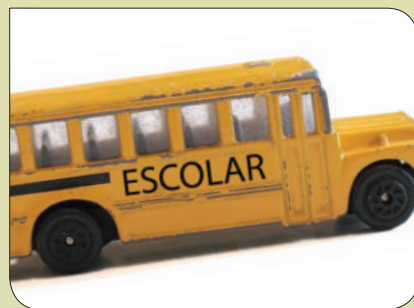
Os pedidos de parcelamento deverão ser apresentados até 30 de abril de 2008, exclusivamente pela internet, por meio do link "Pedido de Parcelamento – IES", disponível no site da RFB e da PGFN. O valor mínimo de cada prestação não poderá ser inferior a R\$ 200, sendo que vencerão no último dia útil de cada mês, devendo a primeira ser paga no próprio mês da formalização do pedido.

www.pgfn.fazenda.gov.br
www.receita.fazenda.gov.br

Programa Caminho da Escola

O Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação editou a resolução nº 60/07, alterando a resolução FNDE/CD nº 3, de 28 de março de 2007, do Programa Caminho da Escola, que prevê o transporte diário, o acesso e a permanência dos alunos da educação básica transportados da zona rural dos sistemas estadual e municipal. A mudança se deu em razão do limite de crédito orçamentário para este fim, advindo do BNDES, que ficou insuficiente para atender toda a demanda dos estados, Distrito Federal e municípios. A resolução visa propiciar aos entes federados a possibilidade de adquirir veículos escolares especificados pelo programa. Os interessados em buscar o financiamento deverão iniciar os procedimentos para as operações de crédito, dentro do período inicial de 115 dias contados a partir da data de emissão da carta-circular do BNDES aos agentes financeiros credenciados.

www.fnnde.gov.br



Escrituração Fiscal Digital

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) prorrogou para 2009 a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital (EFD) para os contribuintes de ICMS e de IPI. A alteração está no Ato Cotepe/ICMS nº 20, de 2007, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 28 de dezembro do ano passado. O sistema estava previsto para vigorar em 1º de janeiro deste ano, mas o assunto ainda depende dos estados para ser tirado do papel pela Receita Federal. A nova forma de escrituração fiscal, vinculada ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), unificará informações fiscais de todos os contribuintes do ICMS e do IPI e substituirá a escrituração em livros fiscais, como registro de entradas, de saídas, de apuração do ICMS e do IPI e o de inventário, que hoje devem ser impressos e encadernados.

www.fazenda.gov.br/confaz

Novo decreto

O decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, dispõe sobre o art. 3º da lei nº 8.742/93. Segundo o novo texto, as entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público-alvo, de acordo com as disposições da lei. São características essenciais das entidades e organizações de assistência social: 1) realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social, na forma deste decreto; 2) garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário; e 3) ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

www.mds.gov.br

Correção do IR

Os contribuintes brasileiros ganharam um alívio no bolso em 2008. Não é muito, mas será possível fazer economias de cerca de R\$ 300 ao ano com as novas tabelas progressivas do Imposto de Renda. A correção realizada foi da ordem de 4,5%. Válido desde 1º de janeiro, o cálculo do IR deve ser feito na Declaração de Ajuste Anual relativa ao ano calendário de 2008. A base de cálculo para os isentos passou para R\$ 1.372,81/mês e R\$ 16.473,72/ano, enquanto a dedução por dependente foi para R\$ 137,99/mês e R\$ 1.655,88/ano.

 www.receita.fazenda.gov.br

Tarifa Social

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, em dezembro passado, projeto de lei que vincula a concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica à inscrição das famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais, base de dados usada especialmente pelo Bolsa Família. Instituída pela lei nº 10.438/02, a tarifa social beneficia cerca de 18 milhões de famílias com desconto na conta de luz. Atualmente, para ter acesso ao benefício basta que a família apresente uma declaração de pobreza às concessionárias de energia e se cadastre.

 www.camara.gov.br

Adiado

O decreto nº 6.170/2007, que estatui normas mais rígidas para o repasse de recursos federais às ONGs, unidades federativas e municípios, teve sua entrada em vigor adiada de 1º de janeiro de 2008 para 1º de julho de 2008. O caráter político deste adiamento é inegável, pois o Código Eleitoral proíbe o repasse de verbas aos municípios no período compreendido entre os três meses anteriores à eleição, que ocorrerá no dia 1º de outubro de 2008. Sendo assim, o prazo para que os municípios gozem destas benesses financeiras, sem se sujeitarem a um controle mais rígido, será prorrogado.

 www.mds.gov.br



Meia passagem

O projeto de lei nº 754/07, do deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM), determina às companhias aéreas que atuam no Brasil a concessão de desconto de 50% nas passagens para alunos e professores durante a baixa temporada, que compreende os períodos de 1º de março a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de outubro de cada ano. O desconto terá sempre caráter pessoal e intransferível, sendo vedada sua utilização duas vezes no mesmo ano. É facultado à companhia aérea oferecer a redução de preço nos períodos não abrangidos pelo projeto.

 www.camara.gov.br



Isenções de IPI e IR

Os portadores de deficiência auditiva poderão ser beneficiados, assim como taxistas e portadores de deficiência física, com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quando forem adquirir automóveis. A proposta está no projeto de lei nº 710/07, do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que entende ser o momento para corrigir uma omissão legislativa. Na mesma linha, aposentados e pensionistas que sofrem com doenças reumatológicas auto-imunes crônicas podem ser beneficiados com isenção do IR, caso seja aprovado o projeto apresentado pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI). A proposta prevê ainda dedução de 50% do IR de trabalhadores portadores das mesmas doenças.

 www.camara.gov.br

Custas devidas à União

O Superior Tribunal de Justiça passou a cobrar, a partir da publicação da lei nº 11.636, de 28 de dezembro de 2007, custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense, no âmbito do STJ, nos processos de competência originária ou recursal. Atualmente, o pagamento de custas é comum na maioria dos órgãos, sendo que o STJ era um dos poucos tribunais que não cobrava tal pagamento. Assim sendo, o pagamento das custas deverá ser feito em bancos oficiais, mediante preenchimento de guia de recolhimento de receita da União.

 www.stj.gov.br

Lei contábil

Além de todas as alterações promovidas na legislação contábil brasileira, o projeto de lei nº 121/07, sancionado em 20 de dezembro de 2007 pela Presidência da República, também traz inovações na área tributária, consideradas importantes por especialistas. Uma das mais citadas é a possibilidade de as empresas realizarem, além do balanço contábil, um balanço tributário. Antes, a única possibilidade existente era o uso dos livros auxiliares, sendo que, com a conversão do projeto em lei, as empresas poderão optar por uma forma ou outra, de acordo com o que melhor se adapta às suas necessidades. Entretanto, é preciso destacar que o uso dos livros fazia com que as informações ficassem reservadas ao fisco e à empresa. No caso do balanço, tornam-se públicas.

 www.cvm.gov.br
www.senado.gov.br

Imposto de Renda

Está em análise na Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 1.364/07, do deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), que amplia a isenção do IR ao ganho obtido com a venda de um imóvel, desde que o dinheiro seja usado no prazo de até 360 dias em vez dos 180 dias atuais, a contar da solicitação da certidão de Habite-se, para a construção de outro imóvel residencial. O Habite-se é uma certidão emitida pelas prefeituras que atesta que o imóvel está em condições de uso e foi construído conforme o projeto de engenharia e a legislação urbana. O PL nº 1.364 altera a lei nº 11.196/05, que concedeu uma série de incentivos fiscais a diversos setores econômicos e é oriunda da medida provisória nº 255/05, conhecida como MP do Bem.

 www.camara.gov.br



Produção: Luciano Guimarães (jornalista).

Fonte: Marcos Biasioli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M.Biasioli Advogados Associados.

Fra



franquias sociais

Multiplicando iniciativas de sucesso

Quanto mais, melhor! Esse é um termo muito assertivo quando o assunto é disseminar práticas de cidadania.

Assim, quanto mais franquias sociais existirem no mundo, melhor para todos!

Por Juliana de Souza

Para entender o conceito de franquia social é necessário salientar que o Brasil ainda é um país com muitas dificuldades e desigualdades, que não serão atenuadas sem o envolvimento da iniciativa privada no Terceiro Setor. Atualmente, muitas empresas estão dispostas a investir em responsabilidade social, e a replicação de projetos de sucesso é um prato cheio para essas organizações.

De acordo com a consultora de *franchising* e sócia-diretora da Vecchi & Ancona Consulting, Ana Vecchi, com o avanço da tecnologia e o processo de globalização, o Terceiro Setor passou a utilizar os tradicionais instrumentos de gestão empresarial, como a franquia, não só para garantir a sua sobrevivência como

também o equilíbrio entre o Estado, o setor produtivo e a sociedade.

“O desenvolvimento de pesquisas, a construção de modelos e processos de desenvolvimento humano e social, juntamente aos escassos recursos destinados ao setor, despertaram a necessidade de multiplicar modelos e projetos bem sucedidos, otimizando recursos e disseminando experiências”, explica a especialista.

Eles conseguiram

Apesar de pouco difundido, o conceito de franquia social não é recente no Brasil. A primeira investida do setor foi por meio do Projeto Pescar, que nasceu em 1976. A

franquia foi sistematizada 12 anos depois, e até os dias atuais dissemina a importância da sensibilização e do envolvimento de organizações empresariais no resgate da cidadania e na preparação de adolescentes de baixa renda por meio do exercício de uma profissão.

O projeto pioneiro, idealizado pelo gaúcho Geraldo Tollens Linck, deu origem à Fundação Projeto Pescar e, ao longo dos anos, foi testado e aprovado por empresários que não podem perder tempo e desejam investir, de maneira responsável, em uma ação de cunho social que tenha forte impacto na comunidade. “Linck entendia que a franquia social possibilita o trabalho em rede e a troca de experiências, sempre buscando a qualidade do trabalho em



prol dos jovens em situação de vulnerabilidade social, público-alvo do projeto”, explica o gerente administrativo da fundação, José Francisco Miranda da Cunha.

Hoje, o Projeto Pescar possui 97 unidades e está presente em 11 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco.

As empresas franqueadas pela fundação abrem espaço para a formação pessoal e profissional de adolescentes de baixa renda em suas próprias dependências, encaminhando-os ao mercado de trabalho.

Estabelecida também em 1988, a Rede Formare nasceu entre as empresas do Grupo Iochpe-Maxion, que desenvolveram o modelo hoje disseminado entre 40 grandes corporações de todo o país. A rede é formada por escolas dedicadas ao preparo profissional de jovens de baixa renda.

Cada unidade é operada por colaboradores da empresa que, atuando como educadores voluntários, ministram as aulas para grupos de 20 jovens entre 15 e 17 anos, selecionados na comunidade local, em um processo que inclui entrevistas e visitas domiciliares. Dos mais de 4.500 jovens que passaram pelo Formare, 85% estão empregados.

De acordo com a coordenadora do projeto, Beth Cália, o conceito é a formação de jovens no ambiente de trabalho. Para integrar a Rede Formare, “basta que a empresa destine espaço físico de cerca de 60 metros quadrados para o funcionamento da escola, além de definir a equipe de coordenação, selecionar os educadores voluntários e contribuir com uma taxa mensal destinada ao Fundo de Desenvolvimento da Metodologia Formare”, explica.

Moacir Marques, gerente de desenvolvimento operacional e responsável pelo Formare na Bardela S.A. Indústrias Mecânicas, conta que o programa capacita anualmente 40 jovens nas duas plantas localizadas em São Paulo. “São dois cursos técnicos desenvolvidos: Operador de Montagem e Produção Industrial (OMPI), ministrado em Guarulhos, e Operador de Produção e Processos Metalúrgicos (OPPM), em Sorocaba”.

Na Magneti Marelli, cinco unidades possuem o programa. Implantado na empresa em 2003, o Formare proporciona a criação de um ambiente de aprendizagem que envolve também os colaboradores. “Por meio deste ambiente, além de exercer uma prática totalmente alinhada aos seus compromissos sociais, a empresa também exercita os princípios básicos de educação corporativa”, diz o diretor de Recursos Humanos da empresa,

Giuseppe Giorgi. “Além disso, trabalhar de modo socialmente responsável é um exercício de cidadania”, completa.

Além de aprenderem uma profissão, os alunos recebem benefícios, como bolsa-auxílio de meio salário-mínimo, transporte, alimentação, convênio médico e odontológico. Os cursos, ministrados diariamente e em período integral nas escolas montadas dentro das fábricas, já formaram 260 jovens com a ajuda de aproximadamente 320 colaboradores voluntários e investimento de mais de R\$ 2 milhões em manutenção.

“O objetivo da Magneti Marelli é contribuir com a sociedade, oferecendo oportunidades reais de aprendizado aos jovens das comunidades onde suas unidades estão inseridas. O Formare faz parte da nossa empresa por ter como principal objetivo investir no futuro de jovens cidadãos para contribuir com o desenvolvimento social”, expõe o diretor. “Com a prática da franquia social de um projeto bem-sucedido, a empresa ganha na humanização das relações interpessoais.”

A pernambucana Patrícia Chalaça sempre teve vontade de abrir uma creche, ela dizia que aos 30 anos poderia ter condições para isso. “Sempre me indignava ao ver que os filhos dos pescadores, com os quais eu brincava na praia,

Papo a três

Confira a entrevista com a consultora e sócia-diretora da Vecchi & Ancona Consulting, Ana Vecchi, e com o consultor e presidente do Grupo Cherto, Marcelo Cherto

Revista Filantropia: Atualmente as empresas estão investindo mais na replicação de projetos e ações do que em idéias próprias?

Marcelo Cherto: Muitas empresas ainda preferem criar seus próprios projetos. Porém, muitas outras se deram conta de que é mais fácil, mais rápido e, acima de tudo, mais efetivo replicar projetos que já mostraram resultados concretos. Quem adquire uma franquia social adquire toda uma série de conhecimentos e o acesso a vários recursos que reduzem drasticamente a chance de o investimento falhar.

Filantropia: Cumprir todas as regras do franqueador pode engessar um projeto? Isso dificulta sua disseminação?

Ana Vecchi: De maneira alguma e muito pelo contrário. Essas regras vão prevenir que o padrão criado, testado e ajustado não se perca. Os cuidados de implementação, acompanhamento e treinamento em todas as áreas envolvidas permitem que se busque a qualidade e excelência naquilo que já existe. Se for para fazer diferente, é melhor criar um novo conceito. Aí deixa de ser franquia.

O mais inteligente deste processo de implantação de franquias sociais é exatamente poder seguir um modelo que já deu certo. Pode-se fazer adequações necessárias em função de localidade ou pessoas atendidas, por exemplo, mas tudo a partir de análises e estudos realizados.



tinham tão pouco, enquanto eu e minha irmã tínhamos tantas oportunidades”, conta.

Ela formou-se em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco, casou com um arquiteto, com quem montou um escritório, e teve dois filhos, mas não abandonou o desejo de ajudar crianças carentes. “Comecei a participar de várias mostras de decoração em Pernambuco e percebi que, em vez de montar uma instituição e me afastar da minha área, poderia melhorar o espaço físico daquelas já existentes”, explica.

Quando completou três décadas de vida, a arquiteta decidiu juntar um grupo de amigos da mesma profissão para reformar as inóspitas instituições para menores carentes. Surgia, assim, o projeto Casa da Criança, que em 2008 completa nove anos.

Patrícia segue as regras das badaladas exposições: cada profissional cria um ambiente e o imóvel fica aberto ao público por 15 dias. Depois deste período, todo o mobiliário e material de construção utilizado é doado à entidade, e as crianças passam a viver em uma casa colorida, iluminada, com móveis adequados às suas necessidades.

A franquia social da Casa da Criança é cedida sem qualquer ônus aos interessados, desde que estes sejam formados por um grupo mínimo de quatro pessoas, das quais duas sejam,

necessariamente, profissionais de arquitetura. O grupo deve participar de treinamento realizado anualmente, constituído por entrevista individual dos participantes, apresentação do projeto Casa da Criança, conhecimento de cada capítulo da franquia e, finalmente, avaliação para definição da assinatura do contrato entre os profissionais interessados e o projeto.

Presente em praticamente todos os estados brasileiros e em diversos países da América Latina e nos EUA, o Comitê para Democratização da Informática (CDI) é uma organização não-governamental, declarada de Utilidade Pública Federal, que tem como missão institucional promover a inclusão social utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania.

Por meio das Escolas de Informática e Cidadania (EICs), sempre em comunidades de baixa renda e com instituições que atendam a públicos com necessidades especiais, como pessoas com deficiência física e visual, usuários psiquiátricos, jovens em situação de rua, presidiários, população indígena, entre outros, o CDI implementa programas educacionais desde 1993.

A capacidade e o potencial dos jovens são ressaltados com o modelo pedagógico das

EICs, o que favorece o redimensionamento da trajetória de vida dos educandos, encorajando-os a usar a tecnologia em projetos próprios, como ferramenta para discussão, pesquisa, comunicação e desenvolvimento de ações locais.

As EICs são financeiramente auto-sustentáveis ou financiadas e devem ser gerenciadas pela própria comunidade que a implementou. A ONG não entra na comunidade. Ela nasce lá dentro porque os moradores se mobilizam para conseguir um espaço e recrutar interessados. Depois ela tem de se manter sozinha. Os custos de manutenção e o salário de professores passam a ser rateados por empresas ou pessoas da comunidade.

Do ponto de vista legal

A franquia social ainda não foi regulamentada no Brasil. Está apoiada na lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994, que fixa regras sobre as responsabilidades básicas do franqueador, no que se refere aos serviços prestados, e as obrigações dos franqueados, no que diz respeito ao pagamento de taxas e *royalties* pelo uso da imagem e do *know-how*.

Art. 2º: Franquia empresarial é o sistema pelo qual um franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventual-

Filantropia: A franquia social já foi regulamentada?

Marcelo: Graças a Deus, não. (risos) Na minha visão, não há necessidade de regulamentação específica. De qualquer modo, para evitar problemas legais para nossos clientes, nas franquias sociais estruturadas pelo Grupo Cherto – e já estruturamos mais de 30 – todas as normas que se aplicam às franquias empresariais são observadas. Ou seja, nossos clientes celebram contratos formais e por escrito com seus franqueados sociais, entregam a estes uma Circular de Oferta de Franquia, tal como determina a lei nº 8.955, e assim por diante.

Filantropia: Quais são as vantagens e desvantagens de se abrir uma franquia social?

Ana: Particularmente só vejo vantagens aos bem intencionados! (risos) A oportunidade de expansão e multiplicação de conhecimentos e conceitos de sucesso é a grande sacada da franquia social. As desvantagens aparecem para aquelas entidades que não possuem cultura ou estrutura para multiplicar e focam ações centralizadas.

Filantropia: Quais os cuidados ao se replicar um projeto em outra cidade ou estado?

Marcelo: Saber até que ponto se pode adaptar o modelo às peculiaridades dessa outra região

sem alterar o DNA da franquia. Eu trabalho com franquias há mais de 30 anos e, ao longo desse tempo, tenho ouvido muita gente dizer que “na minha cidade é diferente” ou “no meu estado isso não funciona”. Papo furado! De maneira geral, o que precisa ser adaptado é pouco. Em alguns casos, 1% ou 2% do projeto. Em outros, pode chegar a 5%. Mas dificilmente passa disso.

O fato é que há, entre as cidades, estados e regiões mais semelhanças do que pode parecer à primeira vista. E é sempre bom lembrar que a diferença do DNA de um ser humano para o DNA de um cachorro, um gato ou um rato não chega a 5%. Ou seja: o que parece muito diferente, nem sempre é, de fato, tão diferente assim.



mente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício.

Tradicionalmente, o conceito de franquia está ligado aos negócios, às empresas e, conseqüentemente, à lucratividade. Movimentos sociais visam exatamente ao contrário disso. O importante para quem investe no Terceiro Setor é disseminar práticas inclusivas e ações beneficentes. “Portanto, na tradição cultural e legal brasileira, o conceito de empresa é contraditório ao qual se localizam as iniciativas do Terceiro Setor e de responsabilidade social”, explica o advogado Paulo Haus Martins, em artigo publicado no site Rits.

Para Rodrigo Baggio, diretor-executivo da rede CDI e um dos nomes mais importantes no movimento de franquia social brasileira, “o conceito remete diretamente ao modelo comercial amplamente difundido pelas cadeias de *fast food*, vestuário ou perfumes. Mas difere dele exatamente neste ponto: o do lucro

financeiro”. Apesar disto, muitas franquias existentes hoje no país cobram pelo repasse da suas fórmulas de sucesso. Razão pela qual vêm recebendo duras críticas e encontrando resistências no Terceiro Setor.

Sylvia Cury, presidente executiva da Avape – que em 2007 iniciou seu plano de expansão para criação da Rede Avape –, explica ainda que, no caso das franquias sociais, tanto se pode seguir as regras do *franchising* comercial como estabelecer um licenciamento, em que as normas a serem seguidas pelas partes são definidas contratualmente. “No licenciamento, as condições jurídicas e operacionais são estabelecidas, sem legislação específica que as supervisione”, conta.

Assim, é possível criar uma relação baseada no consenso, o que por um lado dá maior autonomia aos envolvidos e, por outro, precisa ser bem definida, para que não haja riscos de práticas que desrespeitem as prioridades da marca.

Lucro = preconceito?

Se, por um lado, os empresários estão preocupados em investir em conceitos de

marketing e responsabilidade social, por outro, as instituições do Terceiro Setor estão procurando parceiros para disseminar seus projetos. A franquia social pode unir esses dois interesses.

O conceito de franquia social, que ainda é visto com certo preconceito pelo Terceiro Setor, por conta das várias semelhanças ao modelo comercial, tem por base a aplicação das mesmas ferramentas do *franchising*, mas o lucro seria em impacto social.

De acordo com os especialistas, esse estereótipo tem de ser quebrado. “Creio que a aversão se deva ao termo franquia, cujo mote é obter lucro pelas empresas”, diz Ana Vecchi. A consultora conta que, quando começou a disseminar projetos de franquia social pelo Brasil, havia o questionamento “mas, franquia não é feita para dar lucro?”. Isso porque o sistema teve como origem as empresas e não as ONGs.

Ela relata que já desenvolveu inúmeros projetos em entidades que buscavam os princípios do *franchising*, mas queriam que fosse colocado outro nome. “Acho graça e digo que o que menos interessa é o nome, podemos chamar de projeto de replicação,



1º Caminhada Recicla Morumbi, realizada em junho de 2007



A padaria-escola da Avape, localizada nas cidades de Santo André e São José dos Campos (SP), capacita e inclui pessoas com deficiência



Jovens da Unidade Projeto Pescar Brasília Guaiíba, de Bom Princípio (RS), aprendem a profissão no curso de iniciação profissional em Eletromecânica em dez meses



Mais de 1.600 jovens e 177 orientadores e voluntários de várias unidades do Projeto Pescar reunidos durante o Encontro Temático Nacional de Jovens no ano passado

multiplicação, crescimento ordenado de unidades, tanto faz”, salienta Ana.

De acordo com os especialistas, o que se deve deixar claro é que a franquia é um meio e não um fim. É uma ferramenta de negócios para expandir produtos e serviços, e as ONGs se encaixam perfeitamente nesse perfil.

Associação de Franquia Solidária

Quem vê uma entidade sem fins lucrativos chamada Associação de Franquia Solidária (Afras) logo imagina que as redes de franquias sociais estão organizadas e possuem até uma instituição representativa. Mero engano. A Afras é o braço social da Associação Brasileira de Franchising (ABF) e tem como principal objetivo conscientizar franqueadores, franqueados e fornecedores do sistema de franquias de que é necessário adotar o modelo de gestão socialmente responsável.

Fundada em junho de 2005, a Afras trabalhava como uma vitrine social, ou seja, “todos os bons projetos que as associadas à ABF promoviam eram divulgados entre as empresas. Assim, elas teriam idéias e criariam seus próprios projetos, ou então copiariam o

modelo de sucesso”, explica a diretora executiva da associação, Eleine Bélaváry.

A iniciativa deu tão certo que acabou virando uma franquia social na Argentina. “Naquele país, a responsabilidade social não era muito difundida. No ano passado, os representantes da Asociación Argentina de Franquicias (AAF) vieram ao Brasil, ficaram encantados com o trabalho da Afras e decidiram replicar o projeto”, orgulha-se Eleine. “Passamos tudo para eles sem nenhum custo. Nome, cartilha, identidade visual, *know-how*. Tudo é exatamente igual ao nosso”, conta.

Hoje, a Argentina conta com mais de 50 mil fundações, associações e organizações ligadas ao Terceiro Setor. Nelas, trabalham cerca de 3 milhões de pessoas, sendo 85% de voluntários, o que possibilita a ampliação do conceito de responsabilidade socioambiental entre as franquias argentinas.

Com apenas três anos de vida, a Afras já têm muitos pontos positivos na bagagem. Um deles é o projeto Recicla Morumbi, que tem como objetivo mobilizar a comunidade do bairro paulistano a respeito da coleta seletiva, beneficiando o meio ambiente e gerando trabalho e renda para a comunidade local.

“O nosso lixo é muito rico. Para se ter uma idéia, a cooperativa parceira do projeto arrecada cerca de R\$ 80 mil por mês, e os trabalhadores chegam a receber um salário que varia de R\$ 700 a R\$ 1.100, dependendo da produtividade de cada cooperado”, afirma Bélaváry.

O projeto no bairro paulista é apenas o primeiro de muitos outros que virão. “Ainda temos muito trabalho pela frente. Estamos elaborando um manual para padronizar a metodologia e estudando meios de disseminar o projeto, mas certamente o Recicla Morumbi vai virar uma franquia social”, completa a diretora. 

Links

 www.rits.org.br www.avape.com.br
www.cdi.org.br
www.cherto.com.br
www.formare.org.br
www.franquiasolidaria.com.br
www.projetocasadacrianca.com.br
www.projetopecar.org.br
www.rits.org.br
www.vecchiancona.com.br



Novos rumos para a saúde no Brasil

Em todo o país, 253 hospitais filiados à CMB foram selecionados para participar do programa Mais Gestão, que prevê mudanças práticas na gestão das instituições

Antônio Brito
presidencia@cmb.org.br



A Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) e o Fórum Nacional dos Programas Estaduais e Setoriais de Qualidade, Produtividade e Competitividade (QPC) lançaram, no dia 22 de janeiro, em Belo Horizonte, o Programa Nacional de Melhoria da Gestão em Hospitais Filantrópicos (Mais Gestão). Ousado, o programa prevê uma rápida redução de desperdícios, o aumento na produtividade e qualidade por meio da melhoria dos processos, além de capacitação, engajamento e motivação da equipe profissional, resultando na melhora significativa do atendimento à população e indicando novos rumos para a saúde no país. Os investimentos serão financiados, principalmente, pelo Instituto Gerdau e pela Petrobras.

Na primeira fase participarão 253 hospitais, de todas as regiões do país, filiados à CMB, divididos em seis grupos sediados nas capitais dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Distrito Federal. Posteriormente, novos hospitais serão selecionados para participarem das próximas fases, observando os critérios exigidos, até que

se atinjam todos os hospitais filiados, servindo de exemplo para outras instituições, filantrópicas ou não, que precisam reorganizar suas finanças para continuar de portas abertas.

A seleção dos hospitais para o programa deu-se a partir de critérios transparentes. Todos são sem fins lucrativos, filiados à Federação do seu estado ou à CMB, apresentam sinais de crise e/ou capacidade de multiplicar o treinamento recebido para outros hospitais similares da região, além de oferecer garantias de continuidade na execução do programa.

Expectativa

A experiência já foi executada com êxito na Federação do Rio Grande do Sul, onde 50 dos 239 hospitais e ela filiados participaram do projeto-piloto. Nesse período, foi constatado que os desperdícios diminuíram significativamente após o início do acompanhamento. Por isso, há grande expectativa em torno dos resultados dessa primeira etapa do programa nacional, quando mais hospitais executarão mudanças práticas e eficientes.

Durante a capacitação, com duração de 40 semanas, cada hospital em treinamento receberá suporte para identificar e selecionar um processo em crise: controle de materiais, da recepção à alta do paciente, lavanderia ou esterilização, por exemplo. A partir daí, e com o objetivo de obter melhorias em um curto período de tempo, a equipe de consultores técnicos realizará assessoria e acompanhamento personalizado, por meio de visitação e monitoramento informatizado, em cada um dos 253 hospitais participantes.

Levando em consideração a situação financeira delicada em muitos hospitais, enxergamos o Mais Gestão como uma possibilidade de mudança rápida e com resultados visíveis a curto e médio prazos. Salientamos ainda que a busca pela melhora da gestão hospitalar, com o

apoio da iniciativa privada, deve ser associada à continuidade das ações do governo federal em prol da recuperação da defasagem dos valores da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, atingindo o nível exorbitante de 70%, em alguns casos, o déficit implica na falta de capacitação de recursos humanos e redução no número de atendimentos, sendo a população a maior prejudicada. 

Antônio Brito. Formado em administração de empresas e pós-graduado em auditoria econômica financeira. É presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB) e exerce o cargo de superintendente da Fundação José Silveira.



A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas
de tradição, inovação,
informação e agilidade



Televisão no Brasil: digital ou displicente?

Talvez uma reclamação não faça diferença. Centenas ou milhares de denúncias quem sabe possam causar algum movimento

Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br



Filosofar é bem-vindo em qualquer lugar. Filosofar é agradável com qualquer interlocutor. Filosofar é adaptável a qualquer situação. Quando o cenário é uma praia, na companhia de uma filha, praticando o ato de não fazer nada, a fórmula fica ainda melhor. Com todos estes ingredientes, só poderia sair conversa papa-fina. Eu com minhas trinta primaveras, ela com menos de um terço disto.

A televisão no Brasil representa o primeiro curso de formação de nossas crianças. Estimativas bastante confiáveis dão conta que até os sete anos de idade uma criança normal deste país assiste, em média, a 5.000 horas de televisão. Isto representa bem mais que a carga-horária da maioria dos cursos de graduação. Ao chegar ao ensino fundamental, os pequenos já foram expostos a milhares de estímulos, convidando – ou ainda, quase intimidando – os educadores que perseguem bons resultados a repensarem seriamente a maneira de transferência de conhecimento, assim como parte importante do conteúdo.

Afinal, os alunos dos dias hodiernos são diferentes daqueles de outrora. Melhor ou pior, não é o cerne desta questão. O desafio está colocado, e cresce ainda mais ao percebermos que as milhares de horas televisivas são preenchidas, com raríssimas exceções, por conteúdo medíocre e contraproducente.

Depois de comer um milho verde, eu na espiga e ela no prato – o que lhe causou certa humilhação, pois teve de evidenciar a falta que fazem os dentes da frente – caminhávamos pela praia, desafiando São Pedro e sua sarcástica mania de fazer chover aos domingos. “Papai, faz bolinha de sabão para

eu correr atrás?” Atendi prontamente, sacando o pequeno frasco de meu bolso.

Ventava, o que tornava o desafio dela ainda maior. Cada rajada de bolinhas saía sem rumo, ainda que o sopro propulsor não viesse com tanta intensidade. Mesmo assim ela corria, e corria, e corria ainda mais. O sorriso em seu rosto a fazia saltar bem alto, trombando seu corpo contra as bolinhas de sabão, que seguiam sem direção. “Pra onde vão as bolinhas de sabão, papai?”

Um exemplo entre uma infinidade: em um episódio recente de uma novela apresentada em horário nobre, duas moças de uma “favela” visitavam o apartamento de dois “mauricinhos” da zona sul carioca. Após muitos gols de uís-que, os dois jovens começam a “forçar a barra” para cima das meninas, que ficam assustadas e tentam sair de lá. Eles fazem ameaças físicas e agressões verbais. O auge das ofensas se dá quando um deles não poupa energia para dizer que elas eram “neguinhas vadias”.

Como é possível que uma grande emissora de televisão possa se valer de um espaço concedido pelo poder público – sim, é o governo quem concede autorização às emissoras de TV com programação aberta – para promover uma pobreza artística, cultural e cidadã como aquela? O episódio segue com uma sucessão de desrespeitos e visões distorcidas e preconceituosas da sociedade, ficando claro que os únicos objetivos atendidos eram a vaidade e os interesses comerciais dos produtores da novela.

“Para onde vão as bolinhas de sabão?” Uma pergunta despreocupada, talvez. Palavras sopradas em meio a um sorriso tão banguela que dava vontade de sorrir junto, da alma para o mundo.





“Pra onde vão as bolinhas de sabão, papai?” A pergunta sobreviveu ao meu descaso inicial, fruto evidente de minha parca sensibilidade. Era uma pergunta pretenciosa, uma tremenda figura de linguagem, metáfora inocente daquelas que mexem com a gente.

Minha filha queria uma resposta, urgente, que elucidasse algo tão intrigante. “Como as bolinhas de sabão voam, filha?” Quis ganhar tempo desenvolvendo com uma pergunta que imaginei a faria tartamudear por alguns instantes. “Ué, elas voam com suas incríveis asas invisíveis, é lógico.”

E para ampliar o senso de leviandade, vale lembrar que a tal novela vai ao ar por volta das 21h30 no horário de Brasília, e às 18h30 em algumas regiões do norte do país, em função do fuso horário. São diversas as reflexões que podem ser feitas, e muitos argumentos a serem desenvolvidos. “Tirem as crianças da sala”, podem argumentar alguns. Afinal, “só assiste à televisão quem quer”.

Será que aceitar que “basta mudar o canal” não é como pensar que se a escola pública está ruim, porque os professores não se importam com o seu público – ou seja, os alunos –, os pais deveriam tirá-los de lá? Ou quando um profissional da saúde pública não atende bem um cidadão, a saída seria ir embora cabisbaixo? Se o cidadão não tem consciência crítica para discernir sobre estas invasões desrespeitosas em suas casas, possivelmente não ligarão para os hospitais ruins e as escolas capengas, que nem pertencem ao seu patrimônio particular. Alguma semelhança com o padrão geral de comportamento?

Touché. As bolinhas de sabão tinham asas. É lógico, se voavam algum tipo de asa deveriam ter. Mas se elas são invisíveis, como seria possível enxergá-las, e como eu poderia entender tal lógica que eu não podia ver. Ao me perguntar isso, inicialmente cheio de razão, ficou explícita

a minha mediocridade, caindo à minha frente um espelho mágico, cujo nome nunca esquecerei: euspe-lho. “Pra onde vão as bolinhas de sabão?” Até você? Estou querendo entender a questão das incríveis asas invisíveis e você vem me criticar. “Não é crítica, é bôia de resgate. Agarre-se ou afunde para sempre.” Decidi me entregar à oferta. Afinal, qualquer ajuda era bem-vinda naquele momento. Minha filha continuava me mirando, como que surpreendida pela minha surpresa resistente. “PAPAI, para onde vão as bolinhas de sabão?”

Aceitar a banalização do desrespeito da maneira apresentada no capítulo da novela é aceitar que nosso país é uma lata de lixo, onde dia após dia jogamos e aceitamos que joguem sujeira dentro de nossa própria casa, seja a sala de estar de onde moramos, seja a rua de nosso bairro. O que fazer? Um caminho é denunciar na Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. Uma simples pesquisa na internet ou no guia de assinantes telefônicos fornecerá os números de contato para registro da insatisfação. O destinatário da reclamação deve ser o procurador(a) dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. Se vai funcionar? Algo vai mudar? Não é possível afirmar.

O fato é que as incongruências no Brasil e no mundo se devem em grande medida à preguiça e desinteresse de cada um de nós. Talvez uma reclamação não faça diferença. Centenas ou milhares de denúncias quem sabe possam causar algum movimento. Afinal, como escreveu Saint-Exupéry em seu livro *Pequeno Príncipe*, “foi tempo que dedicastes à sua rosa que a fez tão bela”.

O tempo havia se esgotado, e eu não tinha uma resposta. A pergunta fazia cada vez mais sentido, e eu sentia o desejo de saber a resposta. Estava claro que eu tinha pouca matéria-prima na caixa de brinquedos para compor uma resposta minimamente decente. “Filha, você pode me dizer para onde vão as bolinhas de sabão?” Se ela respondesse à pergunta sem pestanejar, e acreditando na sua resposta, eu mergulharia naquela água fria. “Pra onde elas quiserem, papai.” Só não mergulhei porque estava com muito frio, daqueles que vêm de dentro, tão de dentro que é impossível determinar sua origem. A chuva apertou. Coloquei minha filha no colo, abri o guarda-chuva da filosofia e caminhei de volta para casa.

Educação de qualidade é sopro positivo para bons vãos das crianças brasileiras. Se a televisão tem papel de educadora nos dias atuais, oxalá ela se torne comprometida com o país, o que é visceralmente mais importante do que ser democraticamente digital. 🌊

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Instituto 3M de Inovação Social

Missão da entidade é descobrir tecnologias sociais para melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações

Por Elaine Iorio

Empresa multinacional de tecnologia, a 3M foi fundada em 1902 no estado norte-americano de Minnesota, mas chegou ao Brasil somente 44 anos depois, sob a razão Durex, Lixas e Fitas Adesivas Ltda. O sucesso de vendas da fita adesiva e o lançamento de produtos voltados para o dia-a-dia da sociedade promoveram o crescimento da 3M do Brasil, com a abertura de filiais por todo o país. A expansão, por outro lado, exigiu atenção maior dos gestores em relação à influência da companhia nas regiões em que atuava.

Quem lembra o início desse pensamento global é Carmella Carvalho, presidente do Instituto 3M de Inovação Social. Segundo ela, desde 1990 um dos valores corporativos da empresa, que devem nortear sua atuação, é o respeito ao ambiente físico e social – por meio do relacionamento comunitário, da proteção ambiental e da ética inflexível. “Desse modo, propor práticas de responsabilidade social interna e externa na 3M não foi difícil.” Assim, a companhia passou a destinar verbas para atividades no âmbito social, sendo que, ainda na década de 1980, o seu público interno foi beneficiado com a aplicação de extensos programas de formação profissional.

Em 1994, a 3M do Brasil passou a colocar em prática planejamentos estratégicos para sua atuação social, ao perceber que seria vantajoso a longo prazo investir no desenvolvimento das comunidades, especialmente onde suas fábricas estão instaladas – Ribeirão Preto, Itapetininga, Sumaré, Mairinque e São José do Rio Preto (SP), além de Manaus (AM).

Investimento social privado

Entre 1991 e 1993, quando ainda se falava pouco sobre a participação da iniciativa privada na sociedade, a 3M já se reunia com alguns atores sociais, como escolas, ONGs e poder público, na tentativa de difundir a sua atuação social, promovendo a abertura da empresa, da sua capacidade produtiva, de técnicas e processos. “Acreditamos que a 3M do Brasil cumpriu um papel social de abrir portas de relacionamento. Várias empresas de Sumaré, por exemplo, seguiram o nosso exemplo”, conta Carmella.

Ela destaca a influência da empresa no desenvolvimento da educação na cidade, com o Programa 3M Preserve o Meio por Inteiro. Outro projeto precursor é o de inclusão social de portadores de deficiência mental, para alunos da Apae de Campinas, considerado pela presidente do instituto de grande contribuição à sociedade e ao desenvolvimento social.

Em 2006, foi criado o Instituto 3M de Inovação Social, que traz como novidade o incentivo ao desenvolvimento de projetos e de descobertas inovadoras em tecnologia social, a fim de melhorar a qualidade de vida desta e das futuras gerações. Suas linhas de atuação são:

- Pesquisa, capacitação, disseminação de conhecimento, materiais didáticos, palestras, congressos e eventos;
- Formulação de estratégias para políticas públicas;
- Premiações e concursos;
- Experimentos das descobertas nos laboratórios 3M;
- Formação de empreendedores sociais – voluntários 3M.

“Hoje, percebemos a 3M como agente influenciador do desenvolvimento da área social ao discutir responsabilidade social e participação empresarial em fóruns sociais do município de Itapetininga, por exemplo.”

Recursos e transparência

Todos os projetos, sejam da empresa ou do Instituto 3M, são mantidos pela própria 3M do Brasil. Há também um aporte advindo da 3M Foundation (dos Estados Unidos) em programas de reflorestamento da Mata Atlântica. E, a partir deste ano, a empresa ainda pretende utilizar recursos provenientes das leis de incentivo.

Todos os recursos são geridos por meio de um orçamento anual, com revisões trimestrais das verbas apoiadas pelos projetos, cuja eficácia é medida pelos planejamentos e matrizes de indicadores que são colocados no início de cada ano. Próximo a dezembro, uma auditoria ética interna é realizada, e o balanço social,



O projeto 3M Preserve o Meio por Inteiro promove educação ambiental em escolas paulistas

publicado. Com o Instituto 3M, também é publicada a prestação de contas para os conselheiros. “Garantir a transparência de cada centavo aplicado no desenvolvimento social é o nosso grande desafio”, conta Carmella.

Aliás, o relacionamento com os *stakeholders* é uma ação rotineira em reuniões, fóruns e eventos na própria 3M ou nas comunidades. “Estamos sempre presente em todas as necessidades especiais. Somos também organizadores de planos e metas juntos às instituições parceiras. Ainda mantemos ótimo relacionamento com o poder público municipal, por meio das secretarias de Educação e de Assistência Social, e o poder público estadual, principalmente com a Secretaria de Meio Ambiente.”

Conquistas e perspectivas

Atualmente, o Instituto 3M conta com 59 colaboradores. De acordo com estimativas, cerca de 5.000 pessoas são beneficiadas por mês. Para Carmella, a 3M do Brasil “encontrou eco em todas suas ações sociais, principalmente as de parceria com organizações sociais éticas e que valorizam o desenvolvimento social estratégico”. A companhia acredita que conseguiu constituir uma boa repu-

tação com suas ações, sendo vista como empresa ética e sustentável. “Falta mensurar nossa imagem, melhoria social e indicadores externos.”

Perspectivas? A agenda de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial da 3M é completa, reunindo metas, desafios, verbas, aplicações e desenvolvimento. Uma verdadeira agenda de negócios. 

Instituto 3M de Inovação Social

 Via Anhanguera, km 110
Sumaré/SP
CEP 13170-070
www.instituto3m.com.br
(19) 3838-7335

Principais projetos do Instituto 3M de Inovação Social

- **Prêmio 3M para Jornalistas** – Prevê captar novas tecnologias sociais.
- **Prêmio 3M para Estudantes Universitários** – Prevê captar e descobrir novas tecnologias sociais no meio científico.
- **Projeto da medula óssea** – Doação de 10 ml de sangue para análise, útil para compor bancos de doadores de medula óssea. O objetivo é realizar esse projeto com funcionários do Wal Mart e atingir mais de 10 mil doadores em potencial.
- **Projeto Biodiesel nas Casas e nas Escolas** – Incentiva alunos a coletar óleo de cozinha usado

nas escolas de Sumaré e Ribeirão Preto (SP) por meio de gincana. O óleo é enviado para o Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas (Ladatel), da USP de Ribeirão Preto, para ser transformado em biodiesel.

• **Projeto 3M Preserve o Meio por Inteiro** – Educação ambiental em várias escolas de Ribeirão Preto, Sumaré e Itapetininga.

• **Projeto da Massa do Bem** – Tecnologia social desenvolvida a partir de massa alimentar com alto valor de nutrientes, útil na alimentação da população de baixa renda.

Você quer conhecer ainda mais sobre as entidades beneficentes de assistência social?

Então leia o novo livro do Prof. Sergio Roberto Monello

O presente livro tem por objetivo levar advogados, contadores, administradores e pessoas dedicadas ao trabalho nas entidades beneficentes de assistência social a refletirem sobre a assistência social, gratuidades e imunidade de contribuições sociais para a seguridade social e ainda, quanto ao “Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS/CEBAS)” concedido pelo “Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)” em decorrência do reconhecimento do “Direito Adquirido” a essa imunidade e à manutenção desse Certificado, levando-se em consideração às decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Pedidos:

com Srta. Adriana
Avenida General Olímpio da Silveira, 655 – Perdizes
CEP: 01150-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3872-1195
www.sergiomonello.com.br

SERGIO ROBERTO MONELLO

ENTIDADES BENEFICENTES

ASSISTÊNCIA SOCIAL,
IMUNIDADE E
DIREITO ADQUIRIDO



Responsabilidade social: consciência e cidadania empresarial

Levantamento mostra que as empresas estão cada vez mais envolvidas em ações socialmente responsáveis, e com inteligência estratégica

Lívio Giosa
liviogiosa@liviogiosa.com.br



O Instituto ADVB de Responsabilidade Social acaba de divulgar a 8ª Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social nas Empresas, que tem como objetivo obter e fornecer informações precisas sobre a atuação das organizações em programas socialmente responsáveis, a evolução deste entendimento no contexto das empresas e do mercado e as tendências sobre o tema. Os resultados apresentados refletem a real importância que as empresas hoje dão à questão da responsabilidade social.

A pesquisa, tabulada em novembro de 2007, foi fundamentada em questionários respondidos por 3.110 empresas, de todas as regiões do Brasil, sendo 33% de grande porte, 56% de médio porte e 11% de pequeno porte. No total, foram utilizados 27 conceitos básicos na elaboração dos temas do questionário, como as normas da AA 1000 (Accountability 1000), a Agenda 21, a prática de filantropia, o investimento social, as certificações ISO 14000 e ISO 26000 e o Pacto Global.

A base de dados permitiu identificar que em 91% das empresas a responsabilidade social é parte integrante da visão estratégica, número que chega a 87% quando se trata de governança corporativa, apesar de a participação e o envolvimento da alta administração nos programas sociais estar presente em 80%. De todas as empresas pesquisadas, 81% afirmaram divulgar suas ações sociais com todos os públicos com os quais se relacionam.

Em contrapartida, em 51% não há um Programa Interno de Voluntariado com o seu corpo funcional, e 37% não possuem um Código de Ética documentado. Ainda, 27% das empresas não atendem à legislação quanto à

contratação de portadores de necessidades especiais e mobilidade reduzida. Para 54% das empresas, é necessário o aprimoramento da gestão social interna com a criação dos Indicadores de Projetos Sociais (Tabela 1), sendo que 77% das empresas desenvolvem programas sociais voltados para a comunidade.

Somente 30% das empresas pesquisadas destinam parte do Imposto de Renda devido para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad), mas 99% são favoráveis à criação de uma Lei de Incentivo Fiscal às empresas que investem em projetos de responsabilidade social. Publicam o Balanço Social 60% das empresas respondentes. Dessas, 20% elaboram o documento segundo o modelo GRI, mas 45% das empresas não se utilizam de incentivos fiscais de dedução de Imposto de Renda, como a Lei Rouanet, entre outros.

Mais de 55% das empresas têm planos de aumentar os recursos nos projetos sociais externos que vêm desenvolvendo. Estas pretendem aumentar em 20% os recursos para 2008 em relação ao já investido em 2007. A parcela de empresas que já estão planejando novos projetos sociais foi de 89%. A pesquisa revelou ainda que o investimento social das empresas está alocado em cinco principais áreas, pela ordem: assistência social; esporte; alfabetização; lazer e recreação; e saúde (Tabela 2). Esse investimento social está considerado em torno de R\$ 472.300/ano (aproximadamente). As principais categorias da sociedade beneficiadas pelos programas sociais das empresas são: Jovens, Comunidades em geral e Criança (Tabela 3).

Somente 34% das empresas desenvolvem alguma ação de modo a organizar uma "Rede

 De todas as empresas pesquisadas, 81% afirmaram divulgar suas ações sociais com todos os públicos com os quais se relacionam

Tabela 1 - Em que aspectos abaixo, a empresa acredita ser necessário o aprimoramento da gestão social interna:



Tabela 2 - O(s) programa(s) de responsabilidade social que a empresa desenvolve se dirige(m) para quais atividades?

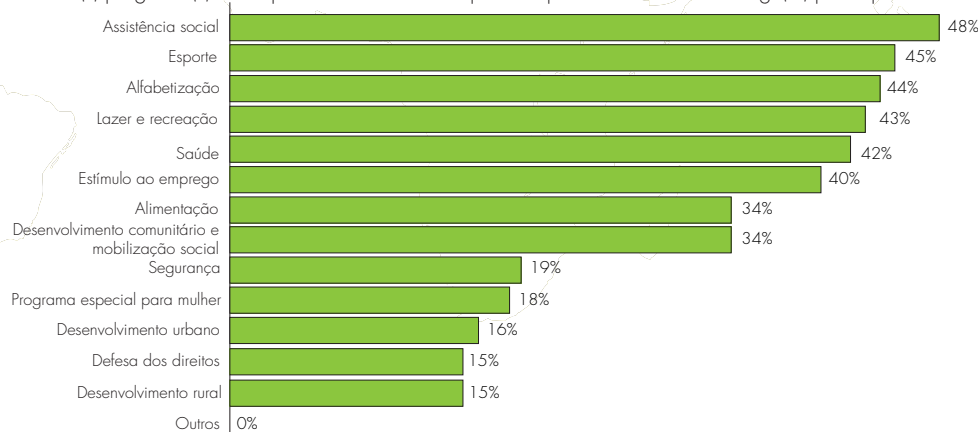
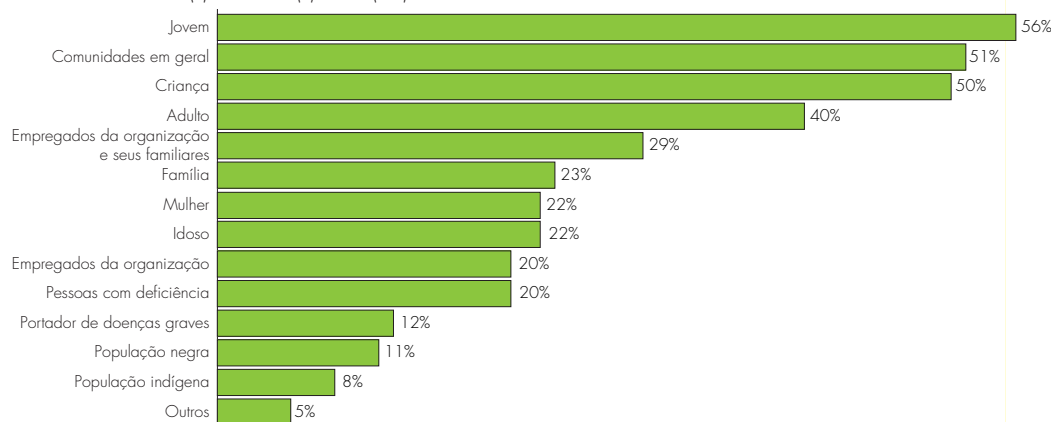


Tabela 3 - Beneficiários da(s) atividade(s) social(is):



de Fornecedores Socialmente Responsáveis”, e 33% têm políticas ou alguns procedimentos em efetivar compras de “materiais verdes” ou “ambientalmente certificados”; 85% das empresas não conhecem a opinião de seus clientes/consumidores e *prospects* quanto ao seu entendimento diferencial na escolha de uma empresa socialmente responsável.

A prática de consumo consciente é estimulada no corpo funcional de 64% das empresas. Em 62%, não existem avaliações documentadas sobre seus projetos sociais. Com relação à nova norma internacional sobre Certificação em Responsabilidade Social (ISO 26000), 77% das empresas têm interesse em implantá-la, mas 63% não têm pesquisa nem avaliação sobre

a melhoria de sua imagem institucional por desenvolver projetos socialmente responsáveis com os públicos com os quais se relaciona.

Os resultados desse levantamento mostram que cada vez mais as empresas aderem às ações socialmente responsáveis, com inteligência estratégica, estabelecendo com as ONGs uma parceria fundamental. E, assim, focadas na ética e na cidadania, as companhias vislumbram, nessas ações, um novo passo de consolidação de sua imagem institucional e na qualificação do seu produto ou serviço com o seu público-alvo. 

Lívio Giosa. Vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) e coordenador geral do Instituto ADVB de Responsabilidade Social (Ires).

Construções sustentáveis: conforto e respeito ao meio ambiente

Emprego de novos materiais e tecnologias melhora a condição de vida do morador e reduz o impacto ambiental

Fernando Credidio

fernando.credidio@futurosustentavel.org.br



Em cada etapa, deve ser considerada a economia de recursos, a redução do impacto ambiental, o uso eficiente de fontes de energia e, em especial, o conforto, o bem-estar, a segurança e a saúde de seus usuários

Máximo aproveitamento dos recursos naturais, racionalização do uso da energia, utilização de tecnologias que permitam economia de água, redução do impacto ambiental do empreendimento durante a obra e no período de operação. Essas são as principais características que resumem uma nova tendência em edifícios residenciais e corporativos. São as construções sustentáveis ou, popularmente chamadas, *green buildings* (prédios verdes), uma opção que se insere cada vez mais nas novas demandas da sociedade.

A construção é uma das atividades humanas que mais afetam o meio ambiente, sendo responsável pelo consumo de 40% dos recursos naturais, 34% do consumo de água e 55% do consumo de madeira. Além do uso racional desses recursos naturais, o setor tem de se preocupar, também, com os resíduos gerados pelas obras, que depois são jogados em áreas inadequadas, poluindo as cidades. Nada menos do que 67% da massa total de resíduos sólidos urbanos são provenientes dos canteiros de obras.

Segundo especialistas do setor, existem dois grandes desafios a serem vencidos. O primeiro consiste na redução da emissão de gases de efeito estufa emitidos na produção dos materiais utilizados na construção civil, a exemplo do cimento. O segundo desafio está relacionado à diminuição do consumo de energia elétrica e água na operação futura do edifício. Portanto, não se deve pensar apenas na construção por si só.

Ainda assim, é possível construir mediante o emprego de materiais e tecnologias

que melhorem a condição de vida do morador e não agredam tanto o meio ambiente. De acordo com a Associação Nacional de Arquitetura Bioecológica (Anab), a construção deve ser sustentável em todos os seus aspectos, tanto no projeto como na obra, em seu uso efetivo e até em seu desmonte. Em cada etapa, deve ser considerada a economia de recursos, a redução do impacto ambiental, o uso eficiente de fontes de energia e, em especial, o conforto, o bem-estar, a segurança e a saúde de seus usuários.

Prerrogativas

Alguns empreendimentos anunciados como ecológicos oferecem apenas itens básicos, como árvores no jardim. A construção sustentável é bem mais do que isto. Ela tem de atender as necessidades dos usuários, reduzindo, ao mesmo tempo, o uso de recursos naturais e a emissão de poluentes, sendo a mais amigável possível com o meio ambiente.

Para que um empreendimento seja considerado sustentável, é necessária uma conjunção de fatores, como a otimização de tudo aquilo que já existe nesse aspecto e que tenha tido um impacto positivo, além de um criterioso planejamento do sistema de transportes, de comunicação, energia empregada, reutilização de água, políticas públicas etc.

Tais medidas, contudo, não isentam as construtoras de outras responsabilidades, como a de implementar programas de educação ambiental – tanto na implantação das obras quanto depois da entrega –, oferecendo

oportunidades de trabalho para a população do entorno, além de gerar empregos diretos e indiretos durante as obras e depois do edifício habitado.

Sustentabilidade sem altos custos

Alguns empresários afirmam que a construção de empreendimentos sustentáveis encarece a obra. Essa questão é relativa, uma vez que, quando o projeto é desenhado desde o início para ser uma obra sustentável, o custo final não é superior ao de uma obra convencional. Isto porque, mesmo que haja mais investimento em alguns produtos ou em tecnologia sustentável, esse custo é absorvido pela economia que a obra terá em médio e longo prazos em termos de água, energia etc. Desse modo, ainda que o investimento inicial seja maior, percebe-se o quanto se economiza no decorrer do tempo.

Segundo o professor Vanderley John, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, é possível construir com menor impacto ambiental e maiores ganhos sociais sem aumento dos custos. Isto se explica porque a sustentabilidade possui três vetores: ambiental, social e econômico, que devem estar balanceados. Somente soluções economicamente viáveis, socialmente justas e de baixo impacto ambiental podem ser consideradas. Assim, é perfeitamente possível fazer construções sustentáveis sem aumentar o custo das obras, reduzindo o impacto ambiental de maneira significativa e melhorando o desempenho social.

Certificações verdes

Do mesmo modo como ocorre em outras áreas, os empreendimentos sustentáveis também são passíveis de avaliação

e certificação, que induzem melhorias no desempenho ambiental do setor da construção civil.

As certificações *green building*, nos países desenvolvidos, divergem e privilegiam aspectos diversos da construção. O Brasil tem seguido os passos dos EUA, que valorizam a racionalização de recursos com economia de água e energia. Nesse sentido, foi criado, recentemente, o Comitê Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS) – uma associação civil sem fins lucrativos que tem por objetivo social contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio da geração e disseminação de conhecimento e da mobilização da cadeia produtiva da construção civil de seus clientes e consumidores –, que pretende definir um padrão nacional para certificação.

Dentre os “selos” e certificações reconhecidas pelo mercado, um merece ser destacado: o U.S. Green Building Council (USGBC), dos EUA, é uma organização sem fins lucrativos, com sede em Washington, que tem o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental de edifícios e adota o sistema Leadership in Energy and Environmental Design (LEED).

O LEED envolve pré-requisitos obrigatórios, que não valem pontos, e um sistema de pontuação cumulativa, que permite às edificações obterem diferentes classificações. Segundo Newton Figueiredo, presidente do Grupo Sustentax, empresa especializada no planejamento, implantação e operação de edificações sustentáveis, o processo é dividido em fases. A primeira é o registro da edificação no USGBC. A segunda é a pré-certificação, concedida com base no desempenho dos itens previstos em projeto.

A certificação real ocorre somente após a conclusão da obra, quando todos os sistemas são rigorosamente auditados, para verificar se os pré-requisitos e a pontuação obtida em projeto foram de fato cumpridos. Após essa etapa, a edificação certificada terá o direito de usar o selo LEED pelo período de dois anos. Ao final desse prazo, para conservar a certificação, o edifício deve ser reavaliado, em termos de operação sustentável dos sistemas, a cada dois anos. Se não houver interesse na renovação, perde-se o direito de usar o selo.

As vantagens de se obter a certificação são muitas. Os ocupantes de prédios verdes certificados têm produtividade adicional de 2% a 16%, assim divididos: 7% devido à iluminação adequada; 3% devido ao controle individual de temperatura; 2% pelo controle da ventilação; 1% em razão do controle térmico e, por fim, 15% a menos de absenteísmo – termo usado para designar as ausências dos trabalhadores no processo de trabalho, seja por falta ou atraso, devido a algum motivo interveniente.

Como se depreende, os “prédios verdes” são uma realidade. Com o aumento da demanda, já se nota uma forte tendência de queda nos preços dos materiais. Assim sendo, não restam dúvidas de que o padrão *green building* será adotado, em pouco tempo, em todos os empreendimentos. Para o bem do planeta e da humanidade. 🍀

Fernando Credidio. Conferencista, facilitador de cursos em organizações, professor, articulista e consultor em comunicação organizacional e marketing para o Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.



Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br



Empresas que fazem

Dia V beneficia mais de 62 mil pessoas

Voluntários e funcionários da Vale realizaram em 2 de dezembro o Dia V, que teve como tema os oito objetivos do milênio. O evento mobilizou 7.600 voluntários, entre empregados da Vale, amigos e familiares, beneficiando mais de 62 mil pessoas em municípios de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Maranhão, Sergipe, São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso do Sul. Esta foi a primeira vez, em sete edições, que o Dia V chegou à África, precisamente em Moçambique, onde a Vale tem um projeto de exploração de carvão. As ações incluíram reforma em escolas, doação de sangue, arrecadação de livros, oficinas de cultura e preservação ambiental, palestras sobre educação sexual, arrecadação de alimentos, atendimentos de saúde, consultoria jurídica, visitas a asilos e creches, limpeza de praias, plantio de árvores, cursos de qualificação profissional, entre outras.

i www.voluntariosvale.org.br



Ação realizada no Lar São José, no Rio de Janeiro (RJ)

Bovespa avança nos princípios do Pacto Global

A elaboração do Código de Conduta Bovespa e os resultados da Bolsa de Valores Sociais e Ambientais (BVS&A), que captou R\$ 4,04 milhões ao longo de 2007, estão entre os destaques do COP 2007 (Communication On Progress). O documento relata os avanços da Bovespa Holding em relação aos dez princípios do Pacto Global, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito dos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. O Código de Conduta determina que a companhia deve oferecer aos clientes um serviço com base nos princípios de transparência, igualdade de direitos e diversidade, além do cumprimento à legislação e a práticas anticorrupção e anti-suborno. Já a BVS&A contribuiu para a conclusão de 36 projetos de ONGs brasileiras, voltados para educação e preservação do meio ambiente.

i www.bovespa.com.br
www.bovespasocial.org.br



Lançamento do Instituto Estre

Estre lança Centro de Educação Ambiental

A Estre Ambiental S.A. amplia as ações do Instituto Estre de Responsabilidade Socioambiental com o lançamento do seu Centro de Educação Ambiental (CEA). A partir de investimento inicial de R\$ 2 milhões em 2007, o instituto passa a coordenar os programas de responsabilidade socioambiental da Estre, atuando para disseminar e fomentar o conhecimento e as práticas do setor que contribuem para a sustentabilidade. Implantado em uma área de 5.000 m² na cidade de Paulínia (SP), o CEA prevê o recebimento e treinamento de 12 mil alunos da pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, além de capacitar e compartilhar conhecimento com coordenadores pedagógicos e professores. O Instituto Estre desenvolve também parceria com o Instituto Florestal na consolidação do Núcleo Cabucu de Educação Ambiental, na Serra da Cantareira, em São Paulo (SP).

i www.estre.com.br

Programa do Instituto Tamboré impulsiona projetos ambientais

Após quatro meses de atividades, o Programa Escola Amiga da Terra, desenvolvido pelo Instituto Tamboré, encerrou sua 1ª edição com a formação de 90 professores, coordenadores e diretores de 51 escolas da rede municipal de Santana de Parnaíba (SP). Dos 37 projetos ambientais criados, 39% serão dedicados ao problema do lixo, 25% à água, 17% ao meio ambiente de forma geral, 14% tratarão de jardins e viveiros e 6% do consumo consciente. O Programa Escola Amiga da Terra – que conta com as parcerias das secretarias de Educação, Cultura e Comunicação da Prefeitura de Santana de Parnaíba, e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia – foi criado com o objetivo de oferecer subsídios aos professores para a construção de um trabalho prático e aprofundado de educação ambiental junto aos alunos de todos os níveis de ensino.

i www.institutotambore.org.br



Construção do biomapa da cidade

Empresários e ONGs unidos pelo turismo sustentável

Empresários do turismo de Santa Catarina se uniram com ONGs para promover o turismo sustentável. Um exemplo é a Pousada Ilha do Papagaio, em Palhoça, que envolve a rede pública de ensino, as associações comunitárias e os programas sociais locais em ações ambientais como: mutirões de limpeza, trabalhos de educação ambiental e outros. O empreendimento também adota diversas posturas de preservação: reaproveita os alimentos que seriam descartados, recicla o óleo de cozinha, confecciona adubo orgânico, otimiza o uso da água e da energia elétrica e separa todos os resíduos recicláveis. O Plaza Itapema Resort e Spa é outro empreendimento que contribui com a proposta, promovendo coleta seletiva de lixo, aproveitamento do rejeito do calor do ar condicionado para pré-aquecimento da água e tratamento de efluentes.

i www.papagaio.com.br
www.plazahoteis.com.br



A pousada Ilha do Papagaio aproveita estrutura da ilha e minimiza impactos ambientais

AGF Seguros forma primeiro grupo de capacitação

Em dezembro passado, aconteceu a cerimônia de conclusão de curso da primeira turma do Programa de Capacitação de Adolescentes, idealizado pela Associação dos Funcionários do Grupo AGF Brasil Seguros. O programa atendeu 27 estudantes de 15 a 17 anos do Projeto Vida Nova (da ABA) e da Escola Estadual República do Uruguai, ambos localizados na Favela da Caixa D'Água, periferia da capital paulista. Foram dez meses de curso, com aulas de marketing pessoal, comunicação, administração de empresas, comportamento no trabalho, excelência no atendimento ao cliente, entre outras disciplinas ministradas por professores do Senac São Paulo. Os jovens também passaram por uma Estação Vivência, onde estagiaram por 32 horas em empresas e lojas da região.

i www.agf.com.br

Programas de geração de renda

Além de resultados econômicos, projeto *gerAção* também contribui para a promoção social da comunidade

“A experiência de geração de renda em comunidades menos favorecidas economicamente é capaz de transformar a realidade local. A melhoria financeira traz benefícios diretos para o indivíduo, para a família, para a sociedade, enfim, para todos. E o melhor destes projetos é que eles partem da necessidade da comunidade. Ela é responsável pela transformação”, afirma Fernanda Rocha dos Santos, coordenadora do Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV).

Desenvolvendo o projeto *gerAção* em parceria com a Associação Aliança Empreendedora, o CAV promove o trabalho voluntário, em prol do desenvolvimento sustentável e o fomento a grupos de geração de renda. O projeto, selecionado pelo programa de Incentivo à Geração de Renda em Comunidades Populares, do Instituto HSBC Solidariedade, incentiva profissionais do Terceiro Setor, voluntários e microempreendedores a atuar socialmente, buscando aumentar a renda de comunidades de Curitiba e Região Metropolitana.

Em seu primeiro ano, o projeto *gerAção* será desenvolvido em 11 comunidades com perfil sociocultural diversificado, em sua maioria áreas de invasão, sem infra-estrutura urbana adequada, com a renda *per capita* da população abaixo de um dólar ao dia, considerado pela ONU como extremamente pobres. Cerca de 40% dos habitantes dessas regiões encontram-se em situação de desemprego, agravado pelo grande contingente de jovens que convivem com a falta de oportunidades, a ausência de políticas públicas e a violência.

Segundo Rodrigo Brito, presidente da Aliança Empreendedora, “os projetos de geração de renda são fundamentais para que as pessoas não precisem esperar ações do governo nem dependam de ajuda assistencial de ONGs”. A união da entidade com o CAV possibilitou uma maior mobilização social, conforme explica Fernanda Rocha: “Unindo o voluntariado à geração de renda, fazemos com que toda comunidade participe com seu próprio desenvolvimento”. O

ex-coordenador do Programa dos Voluntários das Nações Unidas, Dirk Hegmanns, concorda com Fernanda: “O envolvimento de voluntários com projetos na comunidade fortalece a integração, a ‘cola social’ dentro desta comunidade. A população local passa a se sentir também ‘dona’ do projeto, a se identificar com ele. O projeto é visto como pertencente à comunidade, e não uma coisa que vem de fora, isto é muito importante para a efetividade das ações”.

Com a elevação da renda familiar e o progresso econômico, outros resultados vêm na esteira, como a diminuição da violência doméstica e a melhoria nas relações de gênero. Assim, ganham as famílias de um modo geral; os indivíduos participantes — que somam resultados como recuperação da auto-estima e o desenvolvimento do espírito de liderança —; e toda a comunidade, com a melhoria nas condições de habitação, saúde e educação e maior acesso a produtos e serviços.

A sociedade também soma resultados positivos vindos da mobilização social e de voluntários para participação das atividades: fortalecimento dos vínculos com família, escola e comunidade, com a criação de empresas comunitárias (cooperativas e associações), com a redução da violência e a diminuição da evasão e da repetência escolar.

Esses resultados foram apontados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em um estudo realizado em 2002, cujo objetivo era identificar alternativas a serem apropriadas pelos programas de prevenção e eliminação do trabalho infantil doméstico em casa de terceiros. A análise verificou, entre vários projetos de desenvolvidos na América Latina e em outras partes do mundo, as experiências de geração de renda e oferta de recursos financeiros às famílias pobres.

Para Barbina Ferreira Martins, coordenadora do grupo de geração de renda Santo Fuxico, de Curitiba, projetos que desenvolvem economicamente a mulher têm como resultado também o envolvimento dela com a comunidade. “Percebemos que todos estão unidos não apenas para progredir

individualmente, mas também para crescer como grupo. Mulheres que antes tinham dificuldades em casa hoje são costureiras, artesãs, recuperaram a dignidade, a auto-estima e se tornaram exemplos para a comunidade”, explica.

Além do envolvimento com geração de renda, as participantes também são voluntárias da Pastoral da Criança. “Ajudamos famílias, crianças de zero a cinco anos e gestantes. Somos líderes comunitárias e percebemos a transformação na vida de toda mundo, a partir da nossa atuação”, diz Barbina. 

Resultados de projetos de geração de renda:

1. Melhoria nas condições de habitação, saúde e educação dos filhos dos beneficiários;
2. Geração e manutenção de emprego diretos e indiretos;
3. Microempresas se livraram dos agiotas e atravessadores;
4. Reativação de negócios que se encontravam fechados;
5. Acesso dos jovens ao primeiro emprego;
6. Maior acesso da comunidade carente a produtos e serviços;
7. Mobilização social e de voluntários para participação das atividades;
8. Fortalecimento dos vínculos com família, escola e comunidade;
9. Participação efetiva das famílias e comunidades nas atividades;
10. Criação de empresas comunitárias (cooperativas e associações);
11. Desenvolvimento do espírito de liderança;
12. Melhoria nas relações de gênero;
13. Diminuição da evasão e repetência escolar;
14. Diminuição da violência doméstica;
15. Recuperação a auto-estima;
16. Ação ecumênica entre as famílias; e
17. Elevação do nível de renda familiar.

Fonte: OIT.

Links

-  www.acaovoluntaria.org.br
- www.aliancaempreendedora.org.br

Dez anos de uma lei inovadora

Legislação brasileira fortalece e incentiva a atividade voluntária

Rosemarie Nugent Setúbal
imprensa@cvsp.org.br



Na última década, a prática do trabalho voluntário no Brasil vem se desenvolvendo e evoluindo de maneira significativa, destacando-se no cenário mundial. Promulgada no dia 18 de fevereiro de 1998, a Lei do Voluntariado (lei nº 9.608) representou um passo muito importante nesse sentido. Há dez anos somos um dos poucos países do mundo a contar com uma legislação tão inovadora, que, em apenas três artigos, regula o trabalho voluntário.

A primeira preocupação do legislador foi estabelecer de modo inequívoco que o serviço voluntário é uma “atividade não-

remunerada”. Portanto, não gera vínculo empregatício, “nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim”. Para que isso se realize na prática, o voluntário deve assinar um Termo de Adesão com a entidade em que ele vai exercer seu trabalho. Nesse documento deve constar o objeto e as condições do trabalho.

É importante ressaltar que a Lei do Voluntariado também estabelece onde o trabalho voluntário pode ser exercido: entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos “que tenha objetivos cívicos, culturais,

Contra a solidão, solidariedade

Do estudo à realidade, nua e crua. Essa distância certamente foi maior do que os seis quilômetros percorridos pelos alunos de ensino médio da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (GO) no caminho até o abrigo de menores Lar Espírita Sabrina Ribeiro. O projeto que levou os alunos a essa nova experiência de vida foi o Mão Amiga, que tinha como objetivo minimizar os problemas gerados pela exclusão social e envolvia estudantes da disciplina de

sociologia, que estudavam a estratificação social. E bastou algumas visitas ao abrigo de menores para que se criasse um vínculo que não foi mais desatado.

Depois de dois anos, a escola disponibilizou um espaço interno para as atividades. Agora, os 23 internos de 3 a 12 anos de idade são levados à escola duas vezes por semana. Ao promover atividades lúdicas e educativas, o projeto proporciona melhoria da qualidade de vida das crianças e, ao mesmo tempo, é uma oportunidade de socialização para os alunos da escola, que funciona em regime de internato. Muitos estudantes vêm de outros estados e ficam até três anos sem ver a família.

Na escola – certificada com o Selo Escola Solidária do Instituto Faça Parte –, há também um centro de equoterapia (equitação terapêutica) para atendimento de pessoas com deficiência física e mental. Quando não há pacientes, os alunos do projeto aproveitam os cavalos em atividades de recreação. “Jovens e crianças montam, e os educandos conduzem o animal. É uma experiência enriquecedora para todos”, diz

o professor de educação física que idealizou o projeto.

O projeto se firmou e ganhou novos horizontes. O próximo passo é uma parceria com uma organização social que vai capacitar os estudantes para que sejam professores de alfabetização e monitores de cursos de artesanato.



Alunos brincam com as crianças do abrigo

Escola Agrotécnica Federal de Ceres

 www.eafce.gov.br
(62) 3307-7100

educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social”.

Em seu terceiro e último artigo, a legislação diz que o prestador de serviço voluntário poderá ser ressarcido por despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias. Mas essas despesas devem “estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário”.

Por tudo isso, a Lei do Voluntariado deu uma contribuição sem precedentes para a causa do voluntariado no Brasil e representou etapa decisiva para a profissionalização do

Terceiro Setor. Antes dela, muitas organizações tinham receio de receber voluntários, pois estes poderiam vir a alegar vínculo empregatício. E as pessoas, por sua vez, também temiam que, uma vez envolvidas em um trabalho voluntário, poderiam se ver diante de obrigações indesejadas.

Dessa maneira, o Brasil avançou para consolidar o conceito de que “o voluntário é aquele que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não-remunerada, para causas de interesse social e comunitário”. 



Rosemarie Nugent Setúbal. Vice-presidente do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP).

 Voluntariado eficiente

Associação Viva o Centro

Uma cidade do porte de São Paulo não tem donos; tem filhos que se doam e vêm de longe para se abrigar sob seus braços acolhedores. Portanto, além dos paulistanos que aqui nasceram, muitos mais são os filhos adotados por esta mãe de todos que acolhe ideais, sonhos e realizações daqueles ajudaram a construí-la como pode ser vista hoje. São Paulo é considerada uma cidade global, onde todas as etnias, culturas, credos e convicções convivem lado a lado de maneira harmônica e respeitosa.

Nada mais justo que, após a sua labuta de mais de 450 anos, seus filhos queiram lhe fazer um agrado e contribuir para que a sua magia ressurgisse magnífica. Seria como limpar um diamante e libertar o resplendor de sua luz. Este carinho surgiu em 1991 com a criação da associação Viva o Centro, resultado da conscientização do papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano, além de entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo.

Seu objetivo é o desenvolvimento urbanístico, cultural, funcional, social e econômico da área central da cidade de modo a transformá-la em um grande, forte e eficiente Centro Metropolitano, que contribua eficazmente para

o equilíbrio econômico e social da metrópole, para o pleno acesso à cidadania e ao bem-estar de toda a população. A associação – uma das 758 organizações sociais cadastradas no CVSP – tornou-se um fórum de discussões e, nos últimos anos, em um dos pontos de convergência das iniciativas que objetivam a revitalização do centro da maior cidade do Hemisfério Sul.

Zeladores voluntários

Um dos pontos básicos de atuação da associação passa pela sensibilização do cidadão que vive ou trabalha no centro da cidade. A fim de atingir este intento, foi criado em 1995 o programa Ações Locais, que divide o centro em microrregiões para trabalhar por melhorias no quesito zeladoria urbana e promover idéias nos campos social, cultural, educacional, além de agregar toda a população do centro à causa.

“É gente trabalhando voluntariamente no levantamento de problemas, formulação de sugestões e articulação de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, visando realizações nos mais diversos setores, desde o fechamento de um buraco na calçada a ações na área da promoção social”, explica o superinten-



Lançamento do Plano de Turismo para a região do Centro

dente geral da Viva o Centro, Marco Antônio Ramos de Almeida. Trata-se de um imenso grupo de voluntários, que se auto-intitulam “zeladores voluntários” e juntos monitoram, fiscalizam e agem quando necessário.

A atuação de voluntários no programa Ações Locais se estende à qualidade ambiental, com intervenções e fiscalizações da limpeza urbana, cursos de educação ambiental e outras ações; à promoção social por meio de campanhas; à inserção social de cem famílias; à educação, ministrando cursos de alfabetização de adultos, curso de inglês e inclusão digital; à cultura; e a parcerias com a iniciativa privada. 

Associação Viva o Centro

 www.vivaocentro.org.br
(11) 3556-8999

Comércio justo para todos

Mobilizador do mercado nas comunidades, o *fairtrade* procura dar chances aos pequenos produtores

Por Thaís Mendes

Desde a década de 1940 já se falava em comércio justo (*fairtrade*) na Europa. Essa modalidade de negócio internacional tem como características preços justos e padrões sociais e ambientais nas cadeias produtivas. “O objetivo principal é estabelecer contato direto entre o produtor e o comprador, “desburocratizando” o comércio e poupando os envolvidos das instabilidades do mercado global de *commodities*. Além disso, o *fairtrade* evidencia que a relação entre eles precisa obedecer a princípios precisos para ser considerada justa”, explica Roselaine Oliveira Pedro, consultora de Acesso a Mercados do Sebrae-SP.

Este processo, então, surgido naquela época devido à preocupação de algumas pessoas com a injustiça nas relações de comércio internacional e com o tratamento abusivo dado aos trabalhadores, passou a ser uma grande rede formada por pessoas que procuravam soluções para comunidades que não tinham acesso ao mercado.

Atualmente, o movimento dá atenção às exportações de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, de produtos como artesanato, café, cacau, chá, banana, mel, frutas, entre outros. Um exemplo no Brasil é a Central do Cerrado, iniciativa sem fins lucrativos estabelecida com 21 organizações comunitárias que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade da região do cerrado brasileiro.

“A Central é como uma ponte entre produtores comunitários e consumidores, oferecendo produtos de qualidade como pequi, baru, farinha de jatobá, farinha de babaçu, buriti, mel, entre outros. É uma alternativa coletiva para superação dos problemas recorrentes sofridos pelas organizações comunitárias para inserção de seus produtos nos mercados”, conta Luis Carrazza, um dos responsáveis pelo Instituto Sociedade, População e Natureza, que abriga o escritório onde funciona a Central do Cerrado.

O conceito

Os critérios para o funcionamento dessa nova modalidade de comércio foram elaborados pela Alternative Trade Organizations (ATO) e pela Fairtrade Labelling Organizations International (FLO), e a definição da expressão foi ajustada em 2001, na Conferência Anual da International Federation of Alternative Trade (Ifat), organização criada na Holanda em 1991 que congrega quase 160 organizações e produtores de comércio justo. De acordo com a Ifat, “*fairtrade* é uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito que oferece a produtores marginalizados melhores condições de comercialização e assegura aos trabalhadores os seus direitos”.

“O conceito de comércio justo divulgado pela FLO é reconhecido em 72 países”, explica a presidente executiva do Instituto Fairtrade Brasil, Verônica Rubio González. Ainda de acordo com ela, há quatro características essenciais que diferenciam sua organização das outras e a colocam como líder do movimento:

- Definição de critérios universais de certificação com base nas declarações de direitos humanos, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e outros padrões internacionais de desenvolvimento sustentável;
- Metodologia própria para a elaboração de “preços mínimos garantidos” baseados na incorporação de custos sustentáveis da produção, assim como de um “Prêmio Social” vinculado ao investimento no desenvolvimento sustentável;
- Certificação por uma agência independente, chamada FLO-Cert Ltda., baseada na Alemanha mas com inspetores locais, que verifica a cadeia de comercialização até que o produto chegue ao consumidor;
- Disponibilidade de mais de 400 profissionais de ONGs em 21 países trabalhando na divulgação de um selo único que identifica todo o sistema, assim como a criação e consolidação de veículos de comercialização, sejam eles tradicionais ou alternativos.



“São selecionados os bons alimentos que terão condições de competir com os demais em todos os aspectos, inclusive no preço – o que coloca as questões socioculturais e ambientais como um diferencial a favor”

Luis Carrazza, do Instituto Sociedade, População e Natureza



Estandes da Central do Cerrado em feiras de comércio justo no Brasil



Comércio justo no Brasil

De acordo com os entrevistados, a prática do comércio justo no Brasil ainda é incipiente, mas já vem ganhando visibilidade. Para Carrazza, “o Brasil tem um enorme potencial de mercado que pode, e deve, ser incentivado para absorver a produção de comunidades, favorecendo a manutenção das famílias no campo, a inclusão social e a conservação ambiental”.

Para comprovar a iniciação do país no *fairtrade*, de acordo com Verônica, esperam-se bons resultados em 2008. “O primeiro produto que será comercializado no Brasil com o selo Fairtrade será o café, mas também o suco de laranja e as geléias de frutas estão sendo preparados para a comercialização”, conta. Para ela, o mais importante é informar os consumidores. “Precisamos de cursos, parcerias com instituições que apoiem os princípios do comércio justo.”

O que tem impedido a participação do Brasil no processo do *fairtrade* é que o consumidor raramente sabe a origem dos produtos, então, a relação produtor-consumidor não existe. “Por isso, comprar produtos do comércio justo não significa pagar mais caro para favorecer ou viabilizar as comunidades”, esclarece Carrazza. “Primeiramente, deve-se analisar a qualidade dos produtos, pois ninguém vai comprar algo sempre para fazer caridade. Então, são selecionados os bons alimentos que terão condições de competir com os demais em todos os aspectos, inclusive no preço – o que

coloca as questões socioculturais e ambientais como um diferencial a favor.”

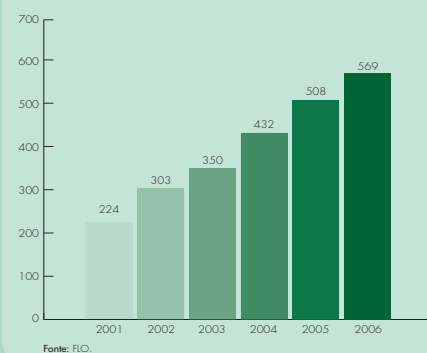
Outro fator importante a ser considerado é que, ao comprar um produto no comércio justo, o valor que está sendo pago é direcionado ao produtor, ao distribuidor e a quem comercializa, ou seja, é um processo em que todos ganham. “Não há exploração de um elo da cadeia pelo outro. Trata-se de um processo de transparência e equidade”, explica Carrazza.

A dimensão do fairtrade no mundo

Em 2006, consumidores no mundo todo gastaram 1,6 bilhões de euros em produtos certificados com o selo Fairtrade, 42% a mais que no ano anterior, segundo dados do relatório anual 2007 da FLO. Para produtos como café e coco, o crescimento foi impressionante: 53% e 93%, respectivamente. O número de empresas que vendem produtos do comércio justo também aumentou: 29% a mais em 2006 em relação a 2005.

Uma iniciativa de sucesso lançada pela FLO inicialmente no Reino Unido é a “Fairtrade Town Campaign”, ou seja, uma campanha para que cidades possam aderir ao comércio justo. Assim, para ganhar o título de “Fairtrade Town”, a cidade precisa, entre outros requisitos, apoiar a prática dessa modalidade de negócio para as suas necessidades. Na Bélgica, a campanha foi lançada em 2005 e 40% das 308 cidades da região de Flanders já estão envolvidas. Trinta delas já são reconhecidas como “Fairtrade Towns”.

Dados da evolução nos números de organizações produtoras certificadas pela Fairtrade



Fonte: FLO.

Para explicar esses números, ainda de acordo com o relatório anual da FLO, os princípios dos consumidores têm mudado. Antes, o fator mais levado em consideração ao comprar era o preço e, agora, o foco está nos valores éticos e na história por trás dos produtos. 🌱

Links

www.centraldocerrado.org.br
www.fairtrade.net
www.fairtradebrasil.net
www.ifat.org
www.ispn.org.br
www.sebraesp.com.br

Polêmica em torno do Estatuto da Pessoa com Deficiência

Representantes a favor e contra sua criação apresentam argumentos

Por Renata Silva

Direito de ir e vir, saúde, emprego, estudo, transporte e lazer. Apesar de corriqueiros, esses temas ainda integram a lista das principais demandas da população brasileira. Uma classe em especial, porém, tem se destacado na luta por esses direitos. Nos últimos anos, as pessoas com deficiência conquistaram uma gama expressiva de legislações que garantem direitos e deveres a serem seguidos por eles e pela sociedade em geral, a fim de facilitar a inclusão dos mais de 25 milhões de pessoas com alguma deficiência existentes no país, segundo o IBGE.

Mas, apesar do suporte jurídico, nem sempre isso acontece. Visando reverter a situação, está sendo discutida no Congresso Nacional a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PL nº 7.699/2006), por meio de um Tratado Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) – debatido em dezembro de 2006 – que trata sobre o tema. Conhecido como “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, o documento da ONU é de caráter vinculante e tem como objetivo promover, defender e garantir condições de vida com dignidade para as pessoas que possuem algum tipo de necessidade especial.

Atualmente, são 192 países adeptos à criação de leis

específicas às pessoas com deficiência. Sua adoção pode e deverá acontecer no Brasil em forma de emenda constitucional (Estatuto), com base na emenda nº 45/2004, que alterou a redação do art. 5º da Constituição Federal – estabelecendo status de norma máxima, ao lado da Carta Magna, aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

Situação atual

Os projetos de lei relacionados ao tema tramitam no Congresso Nacional desde 2003, em paralelo ao PL nº 3.638/2000, na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, e o PL nº 006/2003, no Senado Federal – ambos de autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS) –, e textos para a criação do Estatuto.

Membros do governo brasileiro compareceram à sede da ONU em Nova York, em 30 de março de 2007, para assinar sua participação no Tratado, firmando a posição de ratificar a Convenção e o Protocolo Facultativo, além de assumir compromisso no Brasil e no cenário internacional. Durante todo o ano passado, houve diversas discussões em torno da criação do Estatuto com base na Convenção, fazendo com que órgãos do governo federal e diversos grupos favoráveis e contrários repensassem a melhoria dos textos do Estatuto.

No final de setembro, a Mensagem Presidencial encaminhou a Convenção da ONU à Câmara, solicitando a sua tramitação com a equivalência de emenda constitucional. Para tanto, é necessária a votação em dois turnos na Câmara e no Senado, com 3/5 dos parlamentares. Caso a votação seja inferior à proposta, seguirá como projeto de lei. Para entrar em vigor, o texto ainda precisa ser ratificado por 20 países – atualmente já conta com 12 assinaturas.

Você é a favor da criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência?

SI

"O Congresso Nacional está discutindo projetos de lei sobre um Estatuto para as pessoas com deficiência, a exemplo do Estatuto do Idoso e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Por sua vez, a Corde/SEDH e os ministérios também estão acompanhando o processo de composição do Estatuto, o qual altera algumas leis existentes, muda o status de alguns textos que hoje são decretos, e que devem passar a lei, e também introduzem alterações, muitas ainda sem acordo entre os dois substitutivos e dentro do próprio movimento social e do governo.

A Coordenadoria e o Conselho estão participando de audiências, seminários, mesas-redondas que se referem ao tema Estatuto. Esta é nossa atribuição e a estamos desempenhando, com sugestões de redação, inclusões e exclusões. Quero assinalar que os atuais relatores, o senador Flávio Arns (PT-PR) e o deputado Celso Russomanno (PP-SP), continuam aguardando novas contribuições da sociedade, pois o substitutivo final ainda não foi incluído na ordem do dia da Mesa da Câmara dos Deputados, devido ao entendimento geral de que a aprovação da Convenção da ONU tem precedência sobre o PL do Estatuto.

Os órgãos do governo estão aguardando o início dos trabalhos legislativos de 2008. A expectativa é grande e esperamos que a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, instalada em 2007 com mais de 200 parlamentares, participe ativamente e traga seus pares, para que tenhamos 3/5 de deputados na votação do projeto no Senado Federal."



Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior,
coordenadora-geral do Corde

A Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) é o órgão de assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa com deficiência, tendo como eixo focal a defesa de direitos e a promoção da cidadania.

Assim, em fins de novembro de 2007, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), criou uma Comissão Especial para fazer tramitar a matéria em regime de urgência, já com o apoio dos líderes partidários.

O cerne da polêmica

De acordo com grupos ligados aos direitos das pessoas com deficiência, o texto para a criação do Estatuto ainda possui muitas falhas e precisa ser melhorado para dar o suporte ao qual se propõe. Por conta disso, órgãos do governo federal como a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência (Corde) e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), entre outros, estão lutando pela ratificação da Convenção da ONU.

Em entrevistas recentes à imprensa, membros do Conade salientaram a expectativa de que o Poder Legislativo brasileiro leve em consideração as preocupações do segmento das pessoas com deficiência e ratifique a Convenção, aprofunde a discussão sobre o tema de tal modo que os projetos de lei que visam instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência garantam avanços no marco legal, baseado na Convenção da ONU, e não suprimam da legislação em vigor disposições gerais importantes que representam direitos historicamente conquistados pelas pessoas com deficiência.

Com o objetivo de esmiuçar melhor o assunto, e destacar opiniões a favor e contrárias à criação do Estatuto, convidamos representantes dos dois lados para apresentarem seus argumentos. 

NÃO

"Nós do IBDD somos contra a criação do Estatuto. Consideramos que ele representa retrocesso para nós porque, como lei à parte, prejudica nossa inclusão social, também nos colocando como pessoas à parte, tornando-nos cidadãos diferentes e, portanto, reforçando o preconceito e a discriminação.

Diferentemente de crianças, adolescentes ou idosos, as pessoas com deficiência são capazes de defender seus direitos sozinhas, sem serem tuteladas de maneira excepcional por um Estatuto. Além disso, o Brasil possui a melhor legislação das Américas para as pessoas com deficiência. Só é preciso que as leis sejam cumpridas, e Estatuto não é a palavra mágica para isso.

Para nós, o Estatuto é a Constituição. Ele revogará a legislação existente, que não é extensa a ponto de justificar qualquer tipo de consolidação, como poderia ser encarado um Estatuto e como afirmam alguns dos seus defensores, e que, além disso, é a legislação para as pessoas com deficiência considerada como a melhor das Américas, melhor do que as do Canadá e dos EUA.

O que efetivamente trará benefícios para as pessoas com deficiência será o estabelecimento de políticas públicas voltadas para elas e o simples cumprimento das leis que já existem."



Andrei Bastos, assessor da Superintendência do IBDD

O Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) procura construir cidadania, lutar pelo fim da exclusão e celebrar o sonho de justiça social. Sua estrutura é composta por vários núcleos: de esportes, defesa de direitos, gestão do mercado de trabalho, cursos técnicos, entre outros.



Os novos equipamentos do Espaço Braille de Guarulhos

Novos equipamentos para deficientes visuais

O acesso à internet para pessoas com deficiência visual já faz parte da vida dos moradores de Guarulhos (SP). Para garantir esse direito a um grande número de pessoas, o Espaço Braille Professora Alice Ribeiro recebeu novos equipamentos e softwares. A Secretaria de Cultura da cidade, em parceria com a Associação Caminho das Artes, teve seu projeto selecionado pelo Programa Petrobras Cultural para transformar o Espaço em um centro de referência para os deficientes visuais. Para tanto, recebeu os seguintes equipamentos: computador com softwares que facilitam o dia-a-dia de pessoas cegas ou com visão reduzida, um aparelho e um programa de computador capazes de ampliar conteúdos a partir do tamanho real, além de uma impressora braille.

i Rua João Gonçalves, 439 – Guarulhos/SP
(11) 6408-3767 / 6409-1355

Olimpíadas de crianças e jovens com paralisia cerebral

O Banco Nossa Caixa patrocina pela segunda vez a Olimpíada Pacote (Paralisia Cerebral de Ortopedia e Traumatologia Esportiva), promovida pelo Instituto de Ortopedia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, o evento ocorreu em 6 de dezembro e contou com a participação de cerca de 80 jovens com paralisia cerebral atualmente atendidos pelo programa de Terapia Esportiva do Instituto. Os atletas disputaram provas adaptadas de revezamento, arremesso, bola ao cesto, handebol, futebol de salão e queimada.



Evento reuniu cerca de 80 jovens com paralisia cerebral

Mobilidade ao portador de distrofia muscular

Durante a feira da Fundação Educacional Inaciana (FEI), realizada em 12 de dezembro, formandos do curso de Engenharia Mecânica apresentaram o Projeto de Órtese Dinâmica (Podi), equipamento que auxilia portadores de distrofia muscular a realizar movimentos com maior facilidade. Composto por sensores, o projeto permite que o usuário da órtese caminhe e acomode-se com facilidade, diminuindo o surgimento de feridas causadas pela falta de circulação sanguínea. Equipado de atuadores e sensores, é o próprio Podi que realiza o esforço para o paciente, suprimindo a sua incapacidade muscular. Os benefícios vão desde a diminuição de dores na coluna do usuário até a prevenção de inflamações como bursite.

i www.fei.edu.br

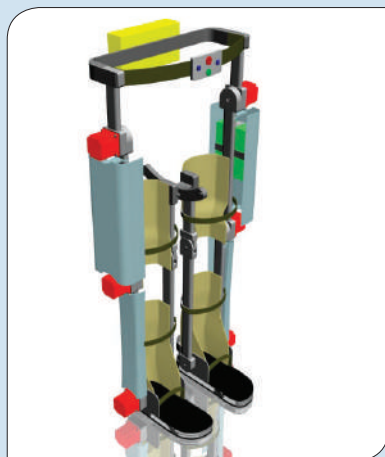


Imagem virtual do protótipo

Meeting Internacional Paraolímpico de atletismo e natação

Depois de um ano de conquistas e vitórias para o Brasil e para o movimento paraolímpico, o Comitê Paraolímpico Brasileiro promoveu no Rio de Janeiro, em 15 e 16 de dezembro, o Meeting Internacional Paraolímpico Loterias Caixa, uma competição que reuniu os melhores atletas do mundo nas modalidades atletismo e natação. Foram convidados cerca de 60 brasileiros e 60 atletas de 22 países. Na competição, foi possível acompanhar provas como os 100m rasos classe T11, com o brasileiro Lucas Prado, atual recordista mundial da prova, e, na natação, os 50m e 100m livres, classe S10.

i www.cpb.org.br



Primeiro showroom exclusivo da América Latina

Primeiro showroom de veículos para deficientes

O Grand Company, um dos mais expressivos grupos de concessionárias autorizadas de veículos no Brasil, inaugurou em São Paulo o primeiro showroom exclusivo de veículos para deficientes da América Latina. A nova loja, batizada de Grand Special, reúne em um único espaço as mais importantes empresas do setor de adaptação, habilitação, seguro e isenção de impostos. Cada empresa manterá profissionais e representação para prestar as informações necessárias e viabilizar processos na busca da carteira de habilitação, isenções de impostos e rodízio, seguros automotivos de carros adaptados e adaptações disponíveis.

i Av. dos Bandeirantes, 1.729
Vila Olímpia – São Paulo/SP
www.grandspecial.com.br
(11) 3841-2000

Superação de limites

Para mostrar aos amigos e familiares que são capazes, 221 deficientes, crianças e adultos, fizeram a travessia de uma piscina semi-olímpica em 8 de dezembro, na Associação Desportiva Classista da Petroquímica União, em Santo André (SP). Além de ganharem medalhas, 103 deficientes receberam certificados de que estão aptos a frequentar praias e piscinas, a exemplo dos alunos e ex-alunos do Curso de Natação Adaptada. Esta é uma iniciativa da Prefeitura de Santo André, com recursos da Associação das Indústrias do Pólo Petroquímico do Grande ABC (Apolo) e apoio das Faculdades Integradas de Santo André (Fefisa).



Deficientes fazem travessia de piscina semi-olímpica

KPO apresenta Projeto Kpacitar

A KPO Consulting and Educational Services, empresa especializada em consultoria e assessoria em gestão de negócios, participou em 13 de dezembro do seminário "Comunicação e empreendedorismo para o profissional com deficiência visual", promovido pelo Instituto Vera, que teve como objetivo conscientizar sobre a importância da educação, profissionalização e treinamento do profissional com deficiência visual. Durante o evento, a KPO apresentou o Projeto Kpacitar, que oferece treinamentos técnicos voltados à área de tecnologia da informação e capacita os participantes por meio de treinamentos comportamentais, colaborando para o autoconhecimento, motivação, habilidades de relacionamento, melhoria da auto-estima, entre outros.

Produtos ortopédicos gratuitos

A área de Ortopedia da AACD Osasco é uma das credenciadas pela Secretaria da Saúde do município para a doação de produtos ortopédicos ou cadeiras de rodas para pessoas com necessidades especiais. Essa parceria visa diminuir a atual fila de espera, atendendo pessoas carentes que necessitam destes equipamentos para ter mais independência em seus movimentos. Para ter acesso a esse benefício, não é necessário ser paciente da AACD.

i www.aacd.org.br
(11) 3604-5177



Setor de Ortopedia da AACD

Paratleta é proibido de participar nos Jogos Olímpicos

Após seis meses de testes que geraram grande polêmica, o Comitê Técnico da Federação Internacional de Atletismo (IAAF, na sigla em inglês) decidiu não aprovar a participação do sul-africano Óscar Pistorius nos próximos Jogos Olímpicos de Pequim. Amputado das duas pernas até a altura do joelho desde os 11 meses, foi campeão paraolímpico dos 400m e lutava há um ano para alcançar o tempo mínimo para a prova e pela aprovação do IAAF de suas próteses ultra-leves de fibra de carbono. A decisão de impedir Óscar baseia-se em estudo segundo o qual as próteses flexíveis, feitas de carbono, podem lhe dar uma significativa vantagem em relação aos velocistas sem deficiência. O estudo concluiu que, ao se atingir determinada velocidade, correr com próteses consome menos energia do que correr com pernas naturais.

i www.iaaf.org



Atleta sul-africano Óscar Pistorius

Bradesco lança extrato em braile

Em uma iniciativa inédita no mercado brasileiro, o Bradesco lançou o primeiro extrato bancário impresso em braile, a fim de facilitar a leitura pelos próprios correntistas e pessoas com deficiência visual. A medida, em operação desde novembro de 2007, visa aprimorar a qualidade do atendimento e a política de responsabilidade socioambiental da organização, proporcionando aos clientes acessibilidade, privacidade e segurança na consulta de sua movimentação financeira. O demonstrativo consolidado, além da versão em braile, poderá ser impresso em formato ampliado. Neste caso, terá fontes (letras e números) maiores para facilitar a leitura dos que apresentam deficiência visual parcial.

i www.bradesco.com.br/rsa



Aparelho Parawalker

Aparelho auxilia paraplégicos a caminhar

Desenvolvido em um centro de pesquisa na Inglaterra e fabricado pela empresa alemã Otto Bock, o Parawalker é uma órtese que possibilita o caminhar aos paraplégicos. Já disponível no Brasil, o aparelho é indicado para pacientes portadores de lesão medular que perderam o controle da musculatura das pernas, quadril e tronco. O Parawalker é constituído por uma estrutura biomecânica fixada externamente ao corpo do paciente com articulações no joelho e quadril. O equipamento proporciona grande independência aos paraplégicos, que podem andar com o auxílio de muletas, e o movimento é realizado por meio de balanço. O principal objetivo é permitir que o paraplégico deixe de utilizar a cadeira de rodas durante algumas horas do dia, propiciando a diminuição do índice de escaras, redução da deformidade nas articulações e do número de infecções urinárias, melhora na circulação periférica e no funcionamento do intestino, diminuição da osteoporose e melhora da auto-estima.

i www.ottobock.com.br

O primeiro esquiador cego do Brasil

O vice-presidente da Urece, Marcos Henrique Lima, embarcou em 27 de dezembro para mais um desafio paraolímpico. Ele participa, a partir de 20 de janeiro, de uma oficina de esqui voltada para pessoas com deficiência na República Tcheca. O esqui é a única modalidade para deficientes visuais que consta do programa das Paraolimpíadas de Inverno e, até hoje, nenhum atleta brasileiro participou deste evento. "Não sei se vou me tornar o primeiro brasileiro a participar de uma Paraolimpíada de Inverno, mas alguém precisava dar o primeiro passo", conta Marcos. A experiência será registrada em vídeo.

i www.esqui.urece.org.br

O acesso da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho demanda mudanças na ética das empresas?

Gestores encontram dificuldades para lidar com características e condutas dos funcionários com deficiência intelectual

Sérgio Sampaio Bezerra
executivo@apaebrazil.org.br



Este artigo discute a questão ética nas organizações, destacando, como foco central do debate, a gestão de pessoas com deficiência intelectual inseridas no mercado de trabalho. Para isso, considerou um estudo recente, intitulado “Educação Profissional e Trabalho para Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla – Plano Orientador para Gestores e Profissionais” sobre a inclusão dessas pessoas nas empresas e realizou entrevistas com gestores de instituições que dispõem de pessoas com deficiência intelectual em seus quadros.

A revisão bibliográfica e os resultados das entrevistas apontaram para o que entendemos como “dilemas éticos” a serem enfrentados pelos gestores de organizações que recebem trabalhadores com deficiência intelectual. Também indicaram a necessidade de realizar estudos mais aprofundados sobre as especificidades implicadas nas relações e na conduta dessas pessoas, em ambientes de trabalho.

A deficiência intelectual e o trabalho

No Brasil, segundo os dados do censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), 14,48% da população, ou seja, 24,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência. Desses, 2,8 milhões são deficientes intelectuais. A inclusão da pessoa com deficiência é prioridade na política pública social. Por isso, resultou em uma legislação própria voltada para a

obrigatoriedade de garantia de emprego para esse grupo, considerado vulnerável.

Para promover a inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, a legislação brasileira estabeleceu uma reserva legal de cargos que ficou conhecida como a Lei de Cotas (art.93 da lei nº 8.213/91), que prevê que a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: de 100 a 200 empregados, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1.000, 4%; e de 1.001 em diante, 5%.

Uma pesquisa de demanda de trabalho para pessoas com deficiência intelectual, realizada em 2006 pela Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) mostra que, atualmente, do total dos trabalhadores com deficiência empregados, 50% são pessoas com deficiência física; 23% auditivas; 14% intelectual; e 11% visual. Foram pesquisadas 1.146 empresas em todas as regiões brasileiras. Os dados indicam que as oportunidades de emprego, no Brasil, para pessoas com deficiência intelectual cresceram sensivelmente em função da legislação.

Diante disso, faz-se necessário o entendimento – por parte de empregados e empregadores do setor empresarial – do que é a deficiência intelectual, a fim de que estejam preparados para receber esses trabalhadores, assegurando-lhes, sobretudo, condições favoráveis para o bom desempenho profissional.

Em complemento ao estudo, foram realizadas entrevistas (com perguntas abertas) com três executivos de três instituições que empregam pessoas com deficiência intelectual. Na oportunidade, eles relataram situações em que tiveram dúvidas quanto à atitude a ser tomada, considerando a ética das suas organizações.

Primeiro caso

M.S., 33 anos, portador da Síndrome de Down. Teve sua primeira experiência profissional em uma grande rede de sanduíches, fazendo ali o serviço de atendente, sendo sempre bem avaliado. Atualmente, trabalha no serviço público. Assumiu a função de *office boy*, atende também ao telefone e cuida do recebimento de todas as correspondências. Seus colegas de trabalho não tinham expectativas em relação ao seu rendimento, porém, em pouco tempo ele provou o contrário. Pela sua eficiência, foi assumindo outras funções.

Não gostava de ficar parado, sem fazer nada e sempre executou suas atividades com facilidade. Fez amizade em todo o ambiente de trabalho, tramitava em todos os lugares e com sua simpatia conquistou a todos, o que favoreceu muito a execução das suas atividades profissionais. Dois fatos sérios ocorreram em três anos de trabalho. Um foi quando na agência de correios, onde postava as correspondências, um funcionário do local fez uma brincadeira em relação ao seu time de futebol que havia perdido.

Não gostando do fato, avançou agressivamente para o outro funcionário, criando uma grande confusão que precisou da interferência do seu chefe para superar o incidente. Em outra ocasião furtou, de dentro da gaveta de sua chefe, dinheiro que os colegas recolhiam para comprar lanche. Foi descoberto sem dificuldade, pois, quando pressionado, confessou facilmente o ato, afirmando que pegou o dinheiro, pois estava com fome e queria lanche.

Isso mostra que para ele o fato não era visto como um furto. Em todas as ocasiões, houve a abordagem dos superiores, com autoridade e ameaça de demissão. Seus pais eram comunicados e, na segunda situação, entenderam que deveriam levá-lo ao psicólogo, onde iniciou sessões terapêuticas. Nas duas ocasiões percebeu-se que em seu ambiente familiar também havia algum transtorno.

Segundo caso

D.B., 25 anos, portadora de deficiência múltipla (deficiência física e intelectual). Ingressou profissionalmente em uma entidade nacional de defesa da pessoa com deficiência, para exercer função de recepcionista. Muito

educada, atenciosa, sempre tem uma palavra de elogio e mostra-se bastante agradável com os colegas de trabalho.

Quando lhe é dada oportunidade, faz defesa contundente dos seus direitos, expressando-se com facilidade, impressionando a todos pela consciência sobre o que lhe resguarda a lei. Mas, segundo o entrevistado, o seu desempenho profissional deixa a desejar, pois se confunde com os recados, é distraída, esquecida e muito fantasiosa. Criou histórias, contou mentiras – todas desvendadas ora pela mãe, ora pelas pessoas que acabavam descobrindo a farsa – que, de tão detalhadas, chegaram a convencer os colegas como fatos verossímeis.

Os colegas já não confiam em seu trabalho e não lhe delegam mais atividades, depois de várias tentativas sem resultados. O gestor reconhece que a demissão é inevitável, considerando o mau desempenho da funcionária, porém, enfrenta um dilema ético, pois essa atitude seria incoerente com a defesa da instituição.

Terceiro caso

G.S., 22 anos, deficiente intelectual, trabalha em um abatedouro de frangos. É elogiado pelos patrões e colegas. Em certa ocasião, surpreendeu um colega furtando frango no serviço e repreendeu-o por sua atitude. Porém, o colega recorreu no delito e estimulou G.S. a fazer o mesmo. Todavia, este se negou a cometer tal ato, dizendo que isso não era certo.

O fato foi registrado por uma câmera que fiscalizava o ambiente, que flagrou o ocorrido. Acarretou demissão para o infrator. G.S., reconhecido e respeitado por todos, transformou-se em exemplo de honestidade e dignidade.

Análise

O primeiro relato mostra que as pessoas com deficiência intelectual podem ser agressivas no trabalho, além de indicar que o nível de entendimento do certo e do errado pode ser diferente das pessoas que não têm deficiência intelectual.

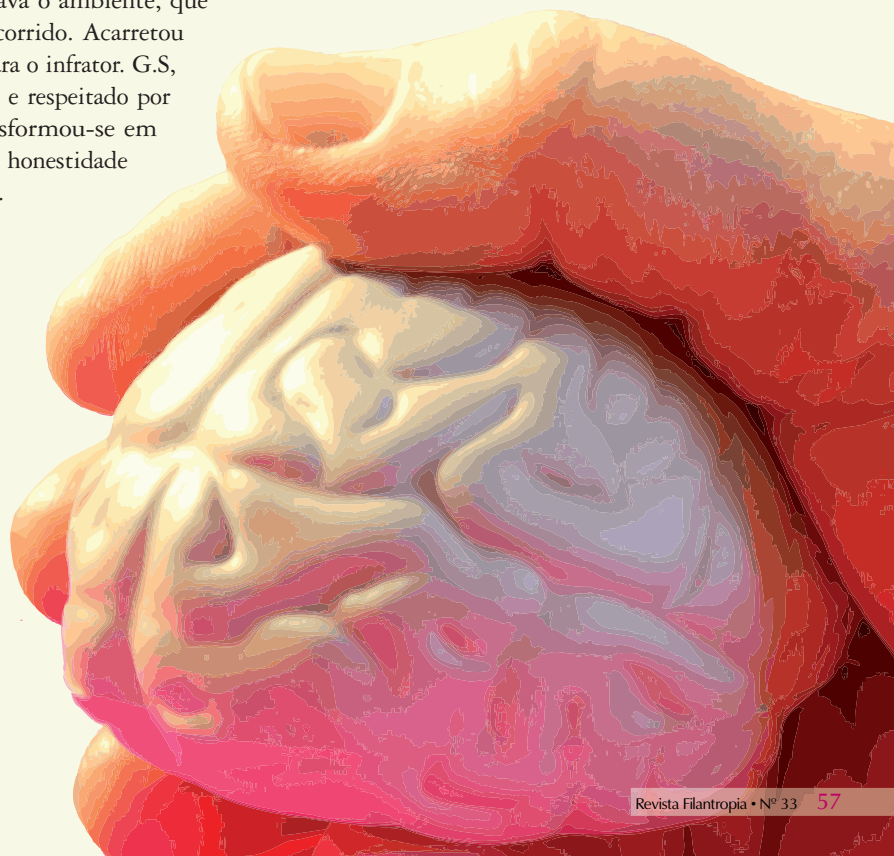
No segundo caso, observa-se que as fantasias criadas pela funcionária podem levá-la a mentir constantemente, perdendo a confiança tanto dos colegas de trabalho quanto da organização. Mesmo com uma avaliação negativa quanto ao seu desempenho profissional, a empresa tem dificuldade em demiti-la, por questões eminentemente éticas.

O último caso mostra que as pessoas com deficiência intelectual têm perfeita noção do errado; ou seja, quando a ação é errada – e isso é percebido – eles não cometem transgressão ética.

Conclusão

Apesar de a legislação garantir a colocação de pessoas com deficiência intelectual no trabalho, o estudo demonstrou que a grande maioria das empresas não consegue cumprir as exigências da Lei de Cotas e que somente empregam pessoas com deficiência devido à existência da mesma.

Portanto, faz-se imprescindível criar mecanismos de acesso à pessoa com deficiência intelectual ao mercado de trabalho, para a sua efetiva inclusão social. A idéia de inclusão se fundamenta no reconhecimento da diversidade





Faz-se necessário o entendimento – por parte de empregados e empregadores do setor empresarial – do que é a deficiência intelectual, a fim de que estejam preparados para receber esses trabalhadores

existente na vida em sociedade, o que garantiria a todos os indivíduos as oportunidades, independentemente de suas especificidades.

A ética estuda a moral, mostra qual atitude tomar, ensina a definir o que é certo e o que é errado e aponta a melhor maneira de agir coletivamente. Por meio da avaliação e compreensão dos costumes, diz quais ações são moralmente válidas e quais não são. A ética tende a estabelecer os princípios de valorização e condução da vida.

No que diz respeito à ética nas empresas, existem duas vertentes: a ética pessoal, que se divide em ética da convicção (cumpra suas obrigações) e em ética da responsabilidade (você é responsável pelo que faz); e a ética empresarial, que se refere à moral vigente na empresa.

Toda atitude ética prevê a escolha entre vários atos possíveis. De acordo com os relatos feitos pelos empregadores, as empresas se deparam com alguns dilemas éticos ao empregar pessoas com deficiência intelectual, devido às características peculiares a esse grupo.

Nesse cenário faz-se necessário responder a algumas perguntas. Deve-se ou não adequar os códigos de ética das empresas que empregam pessoas com deficiência intelectual, considerando as suas especificidades, para garantir sua efetiva colocação no mercado de trabalho? Demite-se ou não a pessoa com deficiência intelectual que transgredir o código de ética existente na empresa? Como demitir um empregado com deficiência intelectual por mau desempenho no trabalho? As empresas

estão dispostas a discutir uma nova ética, a partir da inclusão de trabalhadores com deficiência intelectual?

A recomendação é que sejam desenvolvidas pesquisas que façam abordagens sobre a ética e a gestão da pessoa com deficiência intelectual nas empresas brasileiras, considerando, sobretudo, a escassez – senão a ausência – de estudos que tratem dessa temática com profundidade e devida seriedade que o assunto requer. 

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. *Educação Profissional e Trabalho para Pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla – Plano Orientador para Gestores e Profissionais*. Brasília: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), 2007.

MONTEIRO, JANINE KIELING; ESPÍRITO SANTO, FABIANA COBAS DO; BONACINA, FRANCIELA. *Valores, Ética e Julgamento Moral: Um Estudo Exploratório em Empresas Familiares*. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 de setembro de 2007.

Sérgio Sampaio Bezerra. Secretário executivo da Federação Nacional das APAEs (Fenapaes), graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestrando em Gestão Empresarial pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV-RJ).



ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

Cursos in company

- **Práticas Contábeis para o Terceiro Setor (Módulos Básico e Avançado)**
- **Reorganização Patrimonial e Societária das Entidades Sociais e Religiosas**
- **Planejamento Legal Tributário - Como conquistar e manter Imunidade/Isenção Tributária (Módulos Básico e Avançado)**
- **Técnicas de Recuperação Tributária**
- **Prestação de Contas das Entidades Sociais aos Órgãos Públicos (INSS, MJ, TCM, CNAS)**

Informações:

Tel (11) 5102-4654 | Fax (11) 5102-4656

comercial@economica.com.br | www.economica.com.br

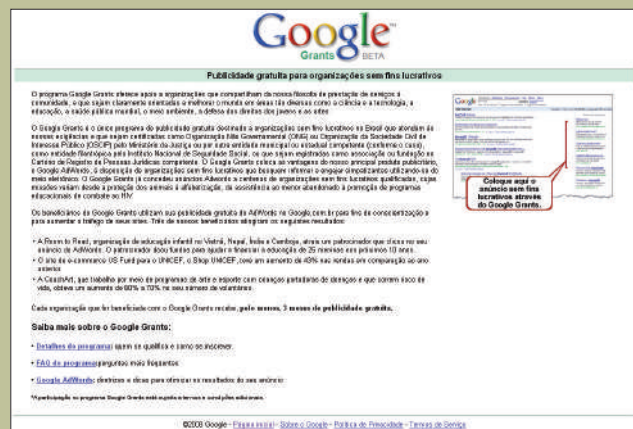
Agora a
ECONÔMICA
vai até você

Publicidade gratuita para ONGs no Google

O Google AdWords, principal plataforma de links patrocinados na web, também pode ser usado pelas organizações sem fins lucrativos, só que gratuitamente. Em versão beta, mas já disponível em países como Austrália, Índia, Irlanda e Suécia, o Google Grants permite que qualquer entidade tire proveito dos benefícios da propaganda contextual, direcionando mais usuários ao seu website. De acordo com a empresa, o objetivo é “oferecer apoio a organizações que compartilham de sua filosofia de prestação de serviços à comunidade, e que sejam claramente orientadas a melhorar o mundo em áreas tão diversas, como a ciência e a tecnologia, a educação, a saúde pública mundial, o meio ambiente, a defesa dos direitos dos jovens e as artes”. Para participar, a ONG deve ser “certificada como organização não-governamental (ONG) ou organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) pelo Ministério da Justiça ou por outra entidade municipal ou estadual competente (conforme o caso), como entidade filantrópica pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ou que sejam registradas como associação ou fundação no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas competente”. A elegibilidade das instituições também está condicionada à desistência de participação no AdSense, caso o utilizem. O AdSense permite que qualquer website incorpore links patrocinados contextuais em seus sites,

sendo remunerado pelo Google com uma parte da renda gerada pelos cliques, como um “programa de afiliados”. Neste caso, a ONG deverá avaliar em que opção obterá melhores resultados. O único porém é que a avaliação das inscrições não é on-line, podendo levar até seis meses.

www.google.com.br/grants



MercadoLivre.com é mais uma opção para o setor social

Entre 17 de dezembro de 2007 e 22 de janeiro deste ano, o MercadoLivre.com realizou uma pesquisa em sua homepage para saber o que os usuários do site pensam sobre comprar itens de caráter beneficente. Ao todo foram 1.191 respostas: 19% fariam ou já fizeram algum tipo de compra solidária; pouco mais de 71% afirmaram que nunca adquiriram nenhum produto com fins sociais; e 10% não souberam responder. O próprio MercadoLivre.com mantém uma plataforma voltada para este fim: o MercadoSolidário, que agrega ONGs que desejam vender objetos que ganharam ou parte de suas produções internas e, assim, aumentar sua renda. Atualmente, 18 entidades já utilizam o sistema, realizando leilões ou vendendo produtos pelo site sem ônus algum – as organizações têm isenção total de quaisquer tarifas.

www.mercadolivre.com.br/mercadosolidario

Site de comércio eletrônico beneficia entidades sociais

O recém-lançado site de e-commerce EuTô permite que o internauta faça suas compras pela internet por meio de um buscador de ofertas veiculado a grandes redes de comércio. E, após o término da compra, o consumidor tem a liberdade de escolher uma instituição para ajudar com parte do valor pago pelo produto adquirido, sem pagar nada a mais por isso. Os repasses são detalhados no próprio portal, para que o internauta possa acompanhar o destino do valor enviado a cada instituição.

www.euto.com.br

Acervo da legislação voltada para a criança e o adolescente

O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul (FMP/RS), lançou no final de 2007 a nova Base Legis totalmente atualizada e com novo visual. Trata-se de um abrangente acervo da legislação brasileira focado em temas que, direta ou indiretamente, se referem à história do direito da criança e do adolescente. Para facilitar a pesquisa do material, agora é possível realizar buscas por assunto, palavras-chave, ano e número do documento legislativo. Ao todo, são mais de 230 documentos legislativos, datados do início do século 19 até os dias atuais, distribuídos em constituições, leis, projetos de lei, decretos, normas internacionais, discursos e pronunciamentos históricos de personalidades dos meios político e jurídico.

www.ciespi.org.br

MG: Fundamig lança programa de TV

A Federação Mineira de Fundações de Direito Privado (Fundamig), em parceria com a PUC TV Minas, lançou em dezembro o programa de televisão “Por Exemplo”, que visa abordar temas como educação, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, ética e cidadania, entre outros temas relevantes ao Terceiro Setor. De acordo com a assessoria de imprensa da entidade, o “grande foco do programa é a solidariedade, a cooperação, a inclusão e a sustentabilidade, além de muitos outros valores que podem ser traduzidos em transformações da realidade e envolver as pessoas em causas importantes”. O programa tem duração de 45 minutos, divididos em três blocos, e é apresentado em forma de debate, com a participação de convidados e uma pequena platéia. Transmissão às segundas-feiras, às 19h45, com reprise nas quartas-feiras, às 17h45, e aos sábados, às 16h, pelas operadoras de TV a cabo Net (canal 12) e Way (canal 14).

www.fundamig.org.br



Logomarca do programa “Por Exemplo”

Apoio a projetos de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT) vai destinar R\$4 milhões para o financiamento de projetos de pesquisa que contribuam para o desenvolvimento das áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Sociais Aplicadas. Serão financiados projetos de pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação ou departamentos destas áreas de instituições de ensino superior, institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento. As inscrições vão até o dia 17 de março, e os resultados serão divulgados em junho.

www.cnpq.br

Apoio à elaboração de projetos de democratização cultural

O Grupo Votorantim produziu o Material de Apoio à Elaboração de Projetos de Democratização Cultural, composto por um manual e um vídeo, que se encontra disponível para download gratuito no site do seu Programa de Democratização Cultural. A iniciativa visa contribuir para a reversão dos baixos índices de práticas culturais entre a população brasileira e auxiliar indivíduos, grupos e instituições interessadas em elaborar projetos culturais em todo o país. O conteúdo abrange questões conceituais e práticas, com o objetivo de guiar e fomentar a criação de projetos consistentes e sustentáveis, voltados à democratização do acesso à cultura.

www.democratizacaocultural.com.br

Prêmio Educar para a Igualdade Racial

As inscrições para a 4ª edição do prêmio Educar para a Igualdade Racial estão abertas até 5 de maio. Promovido pelo Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert) e com apoio do Banco Real, o prêmio tem como objetivo sensibilizar e subsidiar profissionais da educação na inclusão social de crianças de diferentes etnias, professores e escolas de educação infantil e ensino fundamental do Estado de São Paulo. Podem ser inscritos projetos que valorizem a igualdade racial por meio de pesquisas, exposições, produções teatrais, entre outros, a fim de potencializar o debate e contribuir para eliminar a discriminação racial.

www.ceert.org.br

Documentário aborda segurança alimentar e nutricional

Foi lançado no dia 26 de janeiro, simultaneamente em Brasília (DF), Maceió (AL) e Teresina (PI), o documentário *Peraí, é nosso direito!*, dirigido por Renato Barbieri, que aborda a luta das comunidades Sururu de Capote (Maceió) e Vila Santo Afonso (Teresina) pela realização de seus direitos fundamentais. Entre 2004 e 2006, a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (Abrandh) desenvolveu projetos pilotos junto com as comunidades, tendo como foco central do trabalho a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada, no contexto da segurança alimentar e nutricional. Os pilotos foram apoiados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e contaram com a participação de inúmeras organizações da sociedade civil e de instituições do poder público local.

www.abrandh.org.br



Manual Prático

Elaborado pela Secretaria de Participação e Parceria (SEPP), da Prefeitura de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Convivência, Participação e Empreendedorismo Social (Conpares), o *Manual Prático: Organização Passo a Passo* (84 págs., distribuição gratuita) ensina como iniciar e manter uma ONG, tornando-a apta para receber recursos das esferas pública e privada. A cartilha traz uma lista de documentos, modelos de estatutos, declarações, atas, entre outras dicas, além de exemplificar os critérios e procedimentos nos programas desenvolvidos pela SEPP, como a inscrição de projetos para o Fundo Municipal de Direitos da Criança e Adolescente (Fundad).



www.prefeitura.sp.gov.br

(11) 3113- 9704



Crianças de todo o mundo compartilham suas histórias

O Unicef, a ONG One Laptop per Child (OLPC) e o Google lançaram no final de 2007 o site Our Stories (Nossas histórias), que visa preservar e compartilhar as histórias e a identidade das distintas culturas de todo o mundo, mediante a difusão em vários idiomas de histórias pessoais que estão disponíveis on-line. Utilizando computadores portáteis, telefones móveis e outros equipamentos de gravação, grupos de meninas e meninos gravarão em seus idiomas maternos as histórias contadas pelos mais velhos, por familiares e amigos.

www.ourstories.org

Alianças e Parcerias

O livro *Alianças e Parcerias – Mapeamento das Publicações Brasileiras sobre Alianças e Parcerias* (109 págs., R\$ 25) apresenta um mapeamento das publicações brasileiras sobre alianças e parcerias entre organizações da sociedade civil e empresas publicadas nos últimos dez anos. Realizado pela Aliança Capoava – uma iniciativa da Ashoka Empreendedores Sociais, Fundação Avina, Gife e Instituto Ethos –, traz um panorama das questões encontradas, consideradas essenciais na implementação e avaliação de ações conjuntas, além da opinião de responsáveis por alianças e parcerias e de especialistas no tema.



www.gife.org.br
crpb@gife.org.br

(11) 3816-1209, ramal 33

Agenda 2008

Março

1º
MBA: Controladoria e Governança no Terceiro Setor
Realização: Fipecafi
São Paulo/SP
www.fipecafi.com.br
candidato.mba@fipecafi.org
(11) 2184-2020

4/3 a 5/6
Terceiro Setor: Aspectos Jurídicos, Gestão e Captação de Recursos
Realização: Escola Superior de Advocacia / OAB-SP
São Paulo/SP
www.oabsp.org.br/esa
faleconosco@esa.oabsp.org.br
(11) 3209-4055 / 3277-7392

4/3
Curso de Responsabilidade Social
Realização: Senac Social
São José/SC
www.sc.senac.br
sasantos@sc.senac.br
(48) 3357-4197

13 a 15/3
Feira de Oportunidades & Conexões para a Juventude
Realização: ACJ Brasil / Rede de Responsabilidade Social
São Paulo/SP
www.redejovensaomateus.org.br
feiradeconexoes_zl@acjbrasil.org.br
(11) 3845-5080

15/3 a 26/4
Curso: Gestão de Entidades Sociais
Realização: Universidade São Francisco
São Paulo/SP
www.saofrancisco.edu.br
(11) 3315-2043

17/3
Curso de Especialização em Direito do Terceiro Setor
Realização: Universidade Positivo – UnicenP
Curitiba/PR
www.posunicenp.edu.br
posgraduacao@unicenp.edu.br
(41) 3317 3111

20 a 23/3
Curso: Metodologias para Projetos Florestais de MDL
Realização: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)
Nazaré Paulista/SP
www.ipe.org.br
cbbc@ipe.org.br
(11) 4597-1327

24/3
Especialização: Princípios de Gestão para Organizações do 3º Setor
Realização: GV PEC
São Paulo/SP
http://pec.fgvsp.br
(11) 3281-7777

28 a 30/3
Curso: Ferramentas da Ação Participativa
Realização: Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)
Nazaré Paulista/SP
www.ipe.org.br
cbbc@ipe.org.br
(11) 4597-1327

Abril

2 a 4/4
5º Congresso Gife sobre Investimento Social Privado
Realização: Gife
Salvador/Bahia
www.congresso2008gife.org.br
congresso2008@gife.org.br
(11) 3637-6314

5/4
Pós-Graduação: Gestão de Organizações do Terceiro Setor (semipresencial)
Realização: PUC-PR
Curitiba/PR
www.pucpr.br
especializacao.pos@pucpr.br
(11) 3271-1595

7/4
Especialização: Princípios e Práticas da Responsabilidade Social nas Empresas
Realização: GV PEC
São Paulo/SP
http://pec.fgvsp.br
(11) 3281-7777

24 a 27/4
7ª Reatech
Realização: Grupo Cipa Feiras & Congressos e Revista Reação
São Paulo/SP
www.reatech.tmp.br
adriana@textoassessoria.com.br
(11) 5585-4355

24/4
Curso: Terceiro Setor – Estratégias para o Desenvolvimento
Realização: Ferrari & Associados
São Paulo/SP
www.ferrari.cnt.br
marcelo@ferrari.cnt.br
(11) 6694-2803



Greenpeace lança campanha on-line

O Greenpeace colocou no ar a campanha "Qual é o seu clima?" contra o aquecimento global, desenvolvida pela Fess'Kobbi. O objetivo é reunir esforços, fortalecer ações e potencializar os resultados por meio de uma atividade on-line de conscientização. Com caráter viral, a campanha pretende se espalhar pela internet aglutinando o maior número de ativistas em busca de uma solução. No *hotsite* há um *quiz* para que o internauta identifique qual a sua parcela de culpa no aumento da temperatura global. Em seguida, é possível aprender como aplicar soluções ambientalmente corretas no dia-a-dia e também convidar amigos para participar.

1 www.greenpeace.org.br/seuclima

Compêndio para a Sustentabilidade

A publicação *Compêndio para a Sustentabilidade – Ferramentas de Gestão de Responsabilidade Socioambiental* (186 págs., download gratuito), organizada por Anne Louette, coordenadora do Instituto AntaKarana, tem como objetivo contribuir para que a adoção de práticas de responsabilidade social empresarial seja incorporada à cultura e aos sistemas de gestão de pequenas, médias e grandes organizações de vários portes e de todos os setores da sociedade: público, privado e organizações não-governamentais. A iniciativa é resultado de uma ampla pesquisa que compilou diversas ferramentas de gestão disponíveis em 33 países para apoiar a implementação da gestão sustentável nas organizações.



1 www.institutoatkwhh.org.br/compendio



Assistência Humanitária Internacional na internet

As notícias e documentos produzidos pelo Grupo Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional (Giah) estão disponíveis desde dezembro pela internet. O Ministério das Relações Exteriores lançou uma página especial sobre as atividades do grupo que reúne 11 ministérios. Criado em junho de 2006, o Giah tem o objetivo de aprimorar a capacidade de resposta brasileira a situações de crise humanitária, sobretudo na região da América Latina e Caribe. A página traz ainda uma galeria de fotos do brasileiro Sebastião Salgado.

1 www.assistenciahumanitaria.mre.gov.br

Mão dupla

Organizações que VOCÊ pode ajudar

Grupo Vontade de Viver de Apoio aos Portadores do Vírus da Hepatite C



Fundado em 19 de maio de 2002, trata-se de uma ONG apolítica e ecumênica, que não cobra taxas e/ou mensalidades e que detém os títulos de Entidade de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal. Sua missão é contribuir para a redução da hepatite C, no Estado da Bahia, mediante ações de prevenção, de estímulo à detecção, e acompanhamento dos infectados. O público atendido pela ONG são os habitantes do Estado da Bahia e, particularmente, os portadores do vírus da hepatite C. Atualmente, possui nove voluntários, e o atendimento é feito na sede, das 9h às 17h (dias úteis), além de via telefone e e-mail.

Necessidades:

- Sede própria
- Datashow
- Notebook
- Material de escritório

Doações:

Banco do Brasil
Agência: 3448-7
Conta-corrente: 12.265-3
Ou via boleto bancário
CNPJ: 05.283.381/0001-87

i Rua Carlos Gomes, 270, sala 110
Centro – Salvador/BA
CEP 40060-330
www.vontadedeviver.org.br
contato@vontadedeviver.org.br
(71) 3321-7646

Associação dos Deficientes Visuais de Londrina e Região (Adevilon)



Fundada em 13 de novembro de 1996, a missão da entidade é promover a inclusão social das pessoas com deficiência visual à sociedade, por meio de atividades de apoio sociofamiliar, defesa de direitos e inclusão produtiva que possibilitem o convívio social, a diminuição de barreiras arquitetônicas, atitudinais e sociais, bem como sua capacitação e autonomização. A Adevilon é mantida por convênio com a Prefeitura de Londrina, porém, a verba não é suficiente para suprir necessidades básicas como pagamento de aluguel, água, luz, telefone e funcionários. Possui três funcionárias, sendo duas assistentes sociais e uma auxiliar administrativa, além de voluntários: três professores e uma psicóloga. Hoje, são 217 deficientes visuais cadastrados, e o atendimento mensal é de aproximadamente 120 pessoas.

Necessidades:

- Veículo utilitário
- Computadores
- Aparelho de DVD
- Freezer e fogão industrial
- Aparelho de fax
- Móveis e roupas
- Material de escritório
- Material de limpeza

Doações:

Caixa Econômica Federal
Agência: 0394
Conta-corrente: 003/453 – 5
CNPJ: 01.550.053/0001-49

i Rua Amapá, 16
Centro – Londrina/PR
CEP 86026-440
<http://adevilon.googlepages.com/index.htm>
adevilon@yahoo.com.br
(43) 3329-8143

Centro de Aprendizagem e Melhoramento Profissional (Camp Centro)



Doações:

Banco Itaú
Agência: 0177
Conta-corrente: 51007-0
CNPJ: 691278350001/03

i Rua Galvão Bueno, 83, 1º andar
Liberdade – São Paulo/SP
CEP 01506-000
www.campcentro.org.br
campcentro@terra.com.br
(11) 3277-7948/2313

Projeto socioeducativo fundado em 13 de maio de 1992 pela Associação Comercial de São Paulo – Distrital Centro. Tem como objetivo complementar a educação de jovens de famílias de baixa renda, oferecendo gratuitamente um curso preparatório e de formação para o trabalho, com duração de cinco meses e carga horária de 4h30 diárias. Podem participar adolescentes de 15 ou 16 anos, ambos os sexos e que estejam matriculados e frequentando a escola convencional. Anualmente, a entidade atende de 180 a 200 adolescentes. Em novembro de 2000, o projeto firmou, junto ao Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional 2ª região de São Paulo, um termo de Ajustamento de Conduta de Estágio, regulamentando os procedimentos para o exercício do programa. O Camp conta com sete funcionários e, atualmente, promove a campanha “Adote um adolescente”.

Necessidades:

- Televisão 29 polegadas
- Datashow

Associação de Amigos e Pacientes com Fissura Lábio Palatina



Doações:

Banco do Brasil
Agência: 1812-0
Conta corrente: 23509-5
CNPJ: 03545152/0001-68

i Rua Itapeva 500, conj. 1-C
São Paulo/SP
CEP 01332-000
www.fissurado.com.br
(11) 6292-7528

A organização congrega pessoas que têm fissura lábio palatina (lábio leporino), parentes e amigos. A fissura lábio palatina é uma deformidade congênita e que necessita de uma série de profissionais para o seu tratamento adequado. Por ser uma patologia complexa, demanda o acompanhamento do paciente desde os primeiros dias de vida até a fase adulta. As visitas ao hospital são frequentes, o que exige dos familiares condições econômicas para acompanhar o paciente. Além da falta de recursos financeiros, este grupo também sofre com a falta de conhecimento de dentistas, pediatras, psicólogos e nutricionistas sobre o problema. Fundada em 2001, a associação tem como objetivos: fornecer vale transporte; verificar nas proximidades da moradia do paciente a existência de dentistas e outros profissionais que possam tratá-los; tratar os pacientes, na parte ortodôntica, em consultório próprio da entidade; capacitar dentistas a realizar este tipo de tratamento; entre outros. Hoje, a associação atende a cerca de 400 famílias.

Necessidades:

- Sede própria
- Nasofiboscópio
- Passes de ônibus
- Material odontológico
- Instrumental cirúrgico
- Motor para cirurgia

Lar de Amparo e Promoção Humana



Organização filantrópica, educativa e cultural que há 24 anos presta gratuitamente seus serviços à comunidade de baixa renda, amparando e promovendo o desenvolvimento integral do ser humano desde o útero materno até a terceira idade. Os programas sociais têm o objetivo de reduzir as desigualdades sociais por meio da provisão de apoio a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, além do suporte ao núcleo familiar como base inquestionável de valorização e formação dos princípios essenciais ao indivíduo e à sociedade. Atualmente, o Lar está presente em dez cidades do Estado de Minas Gerais: Uberlândia, Pará de Minas, Ituiutaba, Coromandel, Ibirité, Perdizes, São João Del Rei, Sacramento, Pedro Leopoldo e Formiga, contando com 383 funcionários e 90 voluntários. Mais de 16.500 pessoas já foram beneficiadas pelo projeto.

Necessidades:

- Cama elástica
- Fralda geriátrica
- Luvas de procedimento
- Creme cicatrizante

Doações:

Caixa Econômica Federal
Agência: 0161
Conta-corrente: 480-5
CNPJ: 21.289.889/0001-49

i Rua do Cinegrafista, 99
Planalto – Uberlândia/MG
CEP 38413-204
www.lar.org.br
larcomunica@lar.org.br
(34) 3217-0900

Lar Jesus Menino



Abrijo para crianças carentes, de ambos os sexos, acolhidas na faixa etária entre zero e seis anos, que são encaminhadas pela Vara da Infância e da Juventude ou pelos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. É mantido pelo Grupo Luz & Cura, uma entidade civil de direito privado e sem fins lucrativos. Os objetivos do abrigo são: acolher e amparar integralmente crianças carentes que se encontrem em situação de risco e/ou órfãs, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas que permitam o retorno ao lar ou viabilizem a adoção, conforme o caso; e orientar as famílias das crianças abrigadas, com vistas à sua reintegração ao meio familiar. Atualmente, o Lar possui oito funcionários e aproximadamente 20 voluntários, sendo 22 crianças abrigadas.

Necessidades:

- Alimentos
- Computador
- Produtos de higiene
- Produtos de limpeza

Doações:

Banco do Brasil
Agência: 1003-0
Conta-corrente: 429.976-0
CNPJ: 00.229.875/0001-60

i Chácara Jesus Menino de Praga, 33-C
Núcleo Rural Sobradinho I
Sobradinho/DF – CEP 70312-970
www.larjesusmenino.org.br
larjesusmenino@larjesusmenino.org.br
(61) 3034-4798

Associação Viva e Deixe Viver

Associação prepara voluntários para contarem histórias a crianças e adolescentes hospitalizados, com o objetivo de promover a humanização desses ambientes.

CNPJ: 02.926.858/0001-07

i Avenida Rebouças, 1.206, conj. 6
São Paulo/SP
CEP 05402-000
www.vivaedeixeviver.org.br
comunicacao@vivaedeixeviver.org.br
(11) 3081-6343

Bolsa

Oito modelos, com diversas estampas.



R\$ 350 cada

Associação Pró Hope

Instituição de apoio ao tratamento do câncer infantil. Em junho de 2008, pretende inaugurar sua sede própria, que deve se tornar o maior centro de apoio ao tratamento do câncer infantil da América Latina.

CNPJ: 02.072.483.0001-65

i Rua Joaquim Távora, 1.428
Vila Mariana – São Paulo/SP
CEP 04.015-014
www.casahope.org.br
(11) 5087-7999

Hope Fotos

Site de e-commerce especializado em personalização de produtos e soluções com alto grau tecnológico. O usuário pode fazer upload de suas fotografias e usá-las para personalizar álbuns, cartões, pôsteres e calendários.

www.hopefotos.com.br



R\$ 117,90

Revista

Impressa em papel couchê brilho 170g, com laminação em brilho frente e verso e grampeada. 12 páginas. 21 x 28 cm



R\$ 61

Álbuns

Impressos em papel couchê brilho 170g e encadernados com capa dura. Diversas cores. 20 páginas. Premium (20,5 x 29 cm) Pocket (13 x 21 cm)

R\$ 51

Mountain Wear Confeções

Empresa nacional referência no desenvolvimento de vestuários para atividades ao ar livre, responsável pelas marcas Eco Friend e Solo. Os produtos Eco Friend contribuem para a recuperação de uma área degradada, pois uma árvore é plantada a cada camiseta vendida.

i Rua Altinópolis, 316
Água Fria – São Paulo/SP
CEP 02334-001
www.ecofriend.com
www.solobr.com

Camisetas Eco Friend

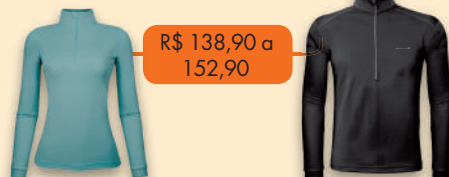
Produtos ecologicamente corretos, produzidos em bambu, que não utiliza pesticidas em seu processo produtivo. Masculino e feminino.



R\$ 119,90

X-Thermo – Underwear Termoisolante

Blusas e calças que agem como uma segunda pele, retendo o calor do corpo e mantendo a umidade da transpiração afastada da pele. Masculino, feminino e infantil.



R\$ 138,90 a 152,90

Camisetas Vapor, da Solo

Desenvolvidas com avançada tecnologia têxtil, foi concebida para atividades com altos níveis de transpiração. Masculino e feminino. Manga curta e longa.



R\$ 107,90 a 131,90

Jaqueta SoftShell Solo

Tecnologia revolucionária em camadas leves, que além de bloquear o vento têm a função de repelir a água e impedir a perda de calor, permitindo também que a umidade provocada pelo suor seja facilmente expelida.

Tamanhos: PP ao GGG

R\$ 479,90





A Grande feira do Setor

24 a 27
Abril de 2008

quinta e sexta-feira das 13hs às 21hs
sábado e domingo das 10hs às 19hs



Visitação Gratuita

São Paulo - SP

Informações (11) 5585-4355 - www.reatech.tmp.br

Promoção



Apoio



Realização



Colaboração



TRANSPORTE GRATUITO - Estação Metrô Jabaquara, saída das vans na Rua Nelson Fernandes



5º CONGRESSO GIFE SOBRE INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Experiências Locais, Transformações Globais

Salvador | Bahia | Brasil | 2 a 4 de abril 2008
www.congresso2008gife.org.br

O 5º Congresso GIFE sobre ISP representa um espaço privilegiado de relacionamento e intercâmbio entre os atores nacionais e internacionais mais relevantes para a transformação social, motivando a troca de experiências e o debate de soluções para os desafios sociais e ambientais, antes restritos aos países menos desenvolvidos.

Com o tema Experiências Locais, Transformações globais, o evento reunirá cerca de 700 lideranças nacionais e internacionais ligadas a governos, empresas e organizações da sociedade civil, além de consultores, imprensa, universidades e centros de estudo e pesquisa.

A programação do evento compreende **três dias de conferências**, com a presença de **palestrantes renomados** (nacionais e internacionais) e a realização de diversas mesas de debate. No **Espaço de Convivência**, com lounges, cyber café e outros ambientes, os participantes terão oportunidade de **trocar experiências e articular ações conjuntas e parcerias**. Uma **agenda cultural** diversificada completa a programação.

O
2
o
d
i
a
s
d
e
a
b
r
i
l
2
0
0
8

02 de abril

- 🕒 **Rede GIFE de Investimento Social Privado** (para associados GIFE)
 - Assembleia Geral Anual do GIFE
 - Encontros dos Grupos de Afinidade
- 🕒 **Coletiva de imprensa**
- 🕒 **Abertura oficial do evento**, seguida de coquetel de boas-vindas

03 de abril

- 🕒 **Campo Local (Brasil)** - A situação atual e o futuro do ISP no Brasil. As conferências e palestras terão foco na influência dos investidores na construção de políticas nacionais, oportunidades de alianças intersetoriais, possibilidades de dar escala a projetos e a construção de indicadores
- 🕒 **Jantar oficial comemorativo**

04 de abril

- 🕒 **Campo Global** - Discussões temáticas sobre as oportunidades de articulação supranacionais, com avaliação e perspectivas internacionais. Nesse ponto, os participantes poderão debater o intercâmbio de soluções para a atuação em escala mundial
- 🕒 **Plenária Final**
O conteúdo discutido nos três dias de evento será a base das discussões em plenária
- 🕒 **Festa de encerramento**

Informações 55 11 3816 1209 | congresso2008@gife.org.br



GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS
www.gife.org.br